

ALIMENTAÇÃO, JUSTIÇA E SOCIEDADE

EXPERIÊNCIAS MULTIDISCIPLINARES DE PESQUISA

**EDISON BOTELHO SILVA JÚNIOR
PRISCILA ERVIN SAVAL
(ORGANIZADORES)**

EDISON BOTELHO SILVA JÚNIOR
PRISCILA ERVIN SAVAL
(ORGANIZADORES)

ALIMENTAÇÃO, JUSTIÇA E SOCIEDADE

EXPERIÊNCIAS MULTIDISCIPLINARES DE PESQUISA

Editora Ilustração
Santo Ângelo – Brasil
2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

Editor-chefe: Fábio César Junges

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A411 Alimentação, justiça e sociedade [recurso eletrônico] : experiências multidisciplinares de pesquisa / organizadores: Edison Botelho Silva Júnior, Priscila Ervin Saval. - Santo Ângelo : Ilustração, 2022.
146 p. : il.

ISBN 978-65-6135-200-0
DOI 10.46550/978-65-6135-200-0

1. Sociedade. 2. Justiça. 3. Alimento. I. Silva Júnior, Edison Botelho (org.). II. Saval, Priscila Ervin (org.).

CDU: 316.32

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



E-mail: eilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánchez	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Edemar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSC, Florianópolis, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	ATITUS, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNIOESTE, Toledo, PR, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
Edison Botelho Silva Júnior	
Priscila Ervin Saval	
Capítulo 1 - A AÇÃO INGLESA NO COMÉRCIO DE ESCRAVIZADOS E SEU IMPACTO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA IMIGRATÓRIA DO SÉCULO XIX	13
Edison Botelho Silva Júnior	
Capítulo 2 - DE DEMANDA HIGIENISTA A DIREITO TRABALHISTA: SALA DE APOIO À AMAMENTAÇÃO REPRESENTADA NA SÉRIE MPT EM QUADRINHOS.....	25
Priscila Ervin Saval	
Mariele da Silva Barcellos	
Capítulo 3 - TERRORISMO DA INDIGNAÇÃO E PLUTOCRACIA EM DOMENICO LOSURDO: UMA ANÁLISE DO SIF10 DO CLUBE FARROUPILHA	41
Marcelo Noriega Pires	
Capítulo 4 - Wagner de Oliveira Rodrigues	
Guilherme Carvalho Ramos	
Manoel Oliveira Neto	
Capítulo 5 - SABORES DO KERB NO RIO GRANDE DO SUL: ALIMENTAÇÃO, IDENTIDADE E HERANÇA TEUTO- BRASILEIRA.....	77
Luciana Sanguiné	
Capítulo 6 - SOCIEDADE EM PERSPECTIVA: A HISTÓRIA SOCIAL, O MICRO, O MACRO E O GLOBAL NO ESTUDO DAS SOCIEDADES HUMANAS	89
Miguel Augusto Pinto Soares	

Capítulo 7 - VISUALIDADES DA ERA VITORIANA EM PELOTAS (RS): UMA LEITURA DE IMAGENS SOBRE O PERÍODO DE 1860 A 1880	99
---	----

Amanda Mensch Eltz

Laiana Pereira da Silveira

Francisca Ferreira Michelon

Capítulo 8 - QUARTO DISTRITO: QUAL O LUGAR DA ANTIGA PORTO ALEGRE INDUSTRIAL NAS DINÂMICAS DA PORTO ALEGRE CONTEMPORÂNEA?	131
---	-----

Victoria Malta Mascarello dos Santos

APRESENTAÇÃO

A ciência brasileira, em sua pulsante diversidade, não se faz isoladamente. Ela é o resultado de encontros, de confrontos de ideias e, sobretudo, da capacidade de olhar para o mesmo objeto através de prismas distintos. É com esse espírito de integração e resistência que apresentamos a obra “ALIMENTAÇÃO, JUSTIÇA E SOCIEDADE: experiências multidisciplinares de pesquisa”. Este livro não é apenas um compilado de artigos; é a materialização de um projeto independente, não institucionalizado, que nasce da vontade genuína de formar um coletivo científico multidisciplinar, rompendo as barreiras que muitas vezes segregam docentes, discentes e pesquisadores em suas respectivas áreas.

A proposta que aqui se concretiza objetiva ser uma vitrine do conhecimento produzido em distintas instituições do país, reafirmando a forte característica multi e interdisciplinar que sustenta a pesquisa na atualidade. Ao entrelaçar temáticas aparentemente distintas como alimentação, justiça e sociedade, provocamos o leitor a perceber que o tecido social é costurado por fios complexos: o alimento que nutre é também o que demarca identidades e denuncia desigualdades; a justiça que se busca nos tribunais é a mesma que se reivindica nas relações de trabalho e na memória histórica; e a sociedade é o palco onde essas dinâmicas se desenrolam e deixam seus vestígios.

O leitor encontrará nestas páginas um itinerário que atravessa o tempo e o espaço. Iniciamos nossa jornada revisitando as estruturas legislativas e econômicas do século XIX, com a análise de Edison Botelho Silva Júnior sobre a ação inglesa no comércio de escravizados e seus impactos na imigração, uma discussão fundante sobre justiça e liberdade. Avançando para os direitos contemporâneos, Priscila Ervin Saval e Mariele da Silva Barcellos nos convidam a refletir sobre a proteção à maternidade e o direito à amamentação através das histórias em quadrinhos, unindo saúde, direito e comunicação.

No campo da sociedade e suas disputas ideológicas, Marcelo Noriega Pires dissecou o fenômeno dos think tanks e as tensões políticas atuais através do Clube Farroupilha. A obra então se volta para a alimentação como ato político e cultural: Wagner de Oliveira Rodrigues, Guilherme Carvalho Ramos e Manoel Oliveira Neto nos levam às feiras livres da Bahia, demonstrando como elas são estratégias vitais de autonomia e segurança

alimentar. Em diálogo direto, Luciana Sanguiné explora a identidade teuto-brasileira no Rio Grande do Sul através dos sabores do Kerb, onde a comida se revela como patrimônio e herança.

Aprofundando o olhar sobre o espaço urbano e suas transformações, Victoria Malta Mascarello dos Santos analisa o Quarto Distrito de Porto Alegre, questionando o lugar do passado industrial nas dinâmicas contemporâneas. Simultaneamente, Amanda Mensch Eltz, Laiana Pereira da Silveira e Francisca Ferreira Michelon nos oferecem uma leitura visual da Era Vitoriana em Pelotas, decodificando a sociedade através de suas imagens. Por fim, Miguel Augusto Pinto Soares nos brinda com uma reflexão teórica sobre a História Social, costurando o micro, o macro e o global, oferecendo as ferramentas necessárias para compreendermos todas essas pesquisas em perspectiva.

Este e-book, custeado pelos próprios autores e disponibilizado gratuitamente, é um ato de democratização do saber. Pretende-se que este livro seja um espaço de compartilhamento e disseminação, permitindo que as vozes aqui reunidas alcancem para além do público acadêmico tradicional. Convidamos você a percorrer estas páginas com o olhar curioso de quem entende que a pesquisa histórica interdisciplinar é, antes de tudo, uma forma de ler e transformar o mundo.

Boa leitura!

Edison Botelho Silva Júnior
Priscila Ervin Saval
(Organizadores)

Capítulo 1

A AÇÃO INGLESA NO COMÉRCIO DE ESCRAVIZADOS E SEU IMPACTO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA IMIGRATÓRIA DO SÉCULO XIX

Edison Botelho Silva Júnior¹

Introdução

A história da imigração no Brasil está ligada aos caminhos da escravidão, entrecruzando-se suas posições no sistema produtivo do Brasil do século XIX. A marca escravista do setor agropastoril brasileiro teve que dar lugar à imigração europeia, à medida que o fim da escravidão era viabilizado. Ocorre que a Inglaterra teve um papel importante nessa transição, nessa viabilização e nas marcas na legislação que são testemunhas deste processo histórico.

A Inglaterra, ao proibir a escravidão, se viu obrigada a impor restrições ao chamado comércio de escravizados e seu tráfico. O país entrava em desigualdade na formação de preços no âmbito da produção agropastoril, em relação aos demais países, que ainda utilizavam a mão de obra escravizada de africanos. Assim, um motivo econômico levou a Inglaterra a uma cruzada humanística para extinguir a escravidão em outros países, começando pela restrição ao tráfico humano.

A ação inglesa teve como um dos alvos o Brasil, em seu processo de independência, que teve que ceder à pressão política e aos riscos bélicos, criando leis que apontavam para o fim do escravagismo. Essa pressão surtiu efeito nas políticas de imigração e suas leis, tendo em vista que provocavam os setores que adotavam o escravagismo a mudar sua mão de obra, tendo os imigrantes como alternativa.

Este artigo trata exatamente da ligação entre a pressão inglesa pelo fim do tráfico humano e da escravidão, e as leis brasileiras de atenção à

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense-RJ, Mestre em Direito pela Universidade Iguacu-RJ e Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria-RS, com tese em História do Direito da Imigração. Contato: edisonbsj@gmail.com e edisonj@unisc.br.

imigração. Há uma relação direta muito mencionada nos estudos históricos, a qual demanda um exame da história do direito. Com isso, o método de pesquisa histórica passa pela perspectiva das leis e de seu diálogo com a doutrina, que formam o tecido jurídico e político e o seu contexto social e econômico. Esse olhar sobre a lei é o ponto de partida, sobretudo na fase final do estudo, quando o tema passa a ser o exame dos efeitos da pressão inglesa na legislação brasileira.

A pressão da Inglaterra sobre a proibição do comércio de escravizados

Primeiro a Inglaterra proibiu o comércio de escravizados, para então iniciar um processo de difusão desta proibição em outros países. Em fevereiro de 1807, as duas Câmaras do Poder Legislativo da Inglaterra aprovaram o projeto de lei denominado “Abolition Act”, que declarava: “illegal o envolvimento de todo súdito britânico no tráfico de escravos a partir de 1º de janeiro de 1808”. Em 25 de março 1807, o projeto recebeu aprovação real. Após abolido o tráfico, a Inglaterra aprovou em 1833 o fim da escravidão. (Siqueira, 2018, p. 50)

Portanto, quando a Coroa Portuguesa rumou para o Brasil, mudando sua sede em 1808, com o auxílio da marinha inglesa, a referida proibição do comércio de escravos já vigorava na Inglaterra, ao passo que em Portugal era lícito e representava significativa fonte de riqueza. Aquele era um momento em que a Europa sofria com as guerras Napoleônicas e Portugal teve que contar com o poder militar inglês para a manobra de mudança da sede de governo para preservar sua soberania, ficando em débito com esse governo.

Francisca Pereira Siqueira (2018) mostra o quanto esse comércio havia trazido riqueza para a Inglaterra, sendo que a partir da efetivação desta lei, o país entraria em descompasso frente a outras nações, como Portugal, que continuavam a se enriquecer com este tráfico desumano. Paulo Roberto de Almeida (1998, p. 14 e 15) afirma que após a proibição do tráfico de escravizados, a Inglaterra tratou de iniciar uma campanha para ampliar esta proibição para os demais países e mercados. Uma de suas intenções era buscar a igualdade de condições, pois os demais países mantinham o sistema de enriquecimento por meio da exploração direta do comércio, ou da produção agrícola que se utilizava deste comércio. Conforme Leslie Bethell (2002, p. 14):

Além de considerações morais, havia sólidas razões econômicas para a Grã-Bretanha seguir tal política. Com os plantadores de açúcar das Índias Ocidentais britânicas privados da sua oferta regular de mão-de-obra barata, era importante que os seus rivais, especialmente aqueles em Cuba e no Brasil, que já gozavam de muitas vantagens sobre eles, fossem colocados em pé de igualdade pelo menos a este respeito. E se o continente africano devia ser aberto como um mercado para produtos manufaturados e uma fonte de matérias-primas (além de ser “civilizado” e “cristianizado”), como muitos na Grã-Bretanha tinham a esperança, era essencial que todo esforço fosse feito para levar o comércio de escravos à total destruição.

Em 1810, Portugal e Inglaterra assinaram um Tratado de Paz e Amizade, no qual o Príncipe Regente português se comprometeu a cooperar com Sua Majestade Britânica em adotar os mais eficazes meios para conseguir, em toda a extensão dos seus domínios, uma gradual abolição do comércio de escravos (art. 10). Segundo Freitas (1958, p. 181), este tratado marca o início das ações inglesas no proliferar a proibição do tráfico entre os países. Portugal era um ponto central no fim do comércio internacional, pelo tamanho que este alcançava, principalmente no território brasileiro. Afinal, era sabido que “o estabelecimento da sede da monarquia na rica colônia, iria estimular a necessidade de exploração das suas riquezas, o que representaria, sem dúvida nenhuma, um incremento a ser dado ao suprimento de trabalho escravo às lavouras brasileiras.” (Freitas, 1958b, p. 392),

Os esforços britânicos geraram acordos bilaterais e também conseguiu incluir o tema no Congresso de Viena, de 1815, que era destinado a resolver diversas questões europeias após as Guerras Napoleônicas. Lá se acordou a edição da Declaração das Potências acerca da abolição do tráfico de negros, através do Ato XV, datado de oito de fevereiro de daquele ano. O documento respeitava expressamente o tempo que cada potência considerasse necessário para abolir o tráfico, configurando uma declaração de princípios. (Alamino, 2018, p. 703)

Na relação com Portugal, firmaram um acordo que daria concretude ao que já estava firmado em 1810, assinado em 22 de janeiro de 1815, uma semana antes da Declaração das Potências. No tratado, o avanço obtido era que Portugal concordava com a proibição do tráfico acima do Equador. Com a Carta de Lei de 8 de junho de 1815, D. João VI deu publicidade a incorporação do acordo, que dispunha no artigo 1.º:

Ficará sendo proibido a todo e qualquer Vassalo da Coroa de Portugal o comprar escravos, ou traficar neles, em qualquer parte da Costa da

África ao Norte do Equador, debaixo de qualquer pretexto, ou por qualquer modo que seja; excetuando contudo aquele ou aqueles navios que tiverem saído dos Portos do Brasil, antes que a sobredita Ratificação haja sido publicada; contanto que a viagem desse ou desses navios se não estenda a mais de seis meses depois da mencionada publicação.

É relevante destacar que ações humanitárias da Inglaterra na busca do fim do tráfico de escravizados tinham, na verdade, no seu cerne, interesse econômico. O representante de Portugal no Congresso de Viena, António de Saldanha da Gama, assim o entendia. No Congresso de Viena havia negociado a questão deste comércio, sendo sempre contrário, mas com caráter crítico frente a posição inglesa (Gerhard, 2017). Em 1816, quando já era a Ministro Plenipotenciário português em São Petersburgo, apresentou para o ministro das Relações Exteriores do Império Russo, Ionnis Kapodistrias (que também havia atuado no Congresso), uma Memória Histórica e Política sobre o Comércio da Escravatura, onde expressava o seguinte:

Cabe aqui examinar se é a filantropia ou o interesse mercantil e colonial que gerou este ardente desejo de a Inglaterra fazer acabar o tráfico da escravatura nas outras nações. Parece-me que não será difícil provar que a filantropia é apenas o pretexto, e que o monopólio mercantil e colonial é a causa real. (Biker, 1880, p. 123)

Em 28 de julho de 1817, um tratado foi assinado pelos dois países, que entrou em vigor no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves através da Carta de Lei de 8 de novembro de 1817. Segundo Alamino (2018, p. 708)

O objetivo principal deste Tratado é garantir a ambos os Governos o direito de vigiar mutuamente seus vassalos com o direito de visita aos navios de pavilhão britânico ou sob o controle de súditos britânicos e aos navios de pavilhão português ou sob controle de portugueses, com o objetivo de garantir a aplicação do Tratado de 1815 e de se combater o comércio ilegal de escravos.

Constituía-se nesses tratados uma crescente busca da limitação ao tráfico e a construção de um sistema que permitia controle, fiscalização, intervenção e judicialização, inclusive com a formação de tribunais internacionais para julgar os crimes cometidos com o comércio. Segundo Freitas (1858b, p. 403), “na prática, porém, os tratados e convenções, que obrigara Portugal a assinar, pouca coisa representaram, pois o tráfico continuou a ser empreendido pelos portugueses, que o consideravam indispensável para a prosperidade do Brasil.”

Das negociações lideradas pelo governo britânico, através de bons ofícios², para celebrar a paz entre Brasil e Portugal, em 29 de agosto de 1825, seguiu-se para um novo documento firmado entre Brasil e Inglaterra:

um tratado de amizade, comércio e navegação, bem como uma convenção que visava à abolição do tráfico de escravos, documentos assinados em 10 de outubro de 1825, que firmavam mas que não foram aprovados pelo Governo britânico, naturalmente porque George Canning³ se convenceu de que Stuart não tivera instruções para tanto. (Soares, 1972, p. 56)

Na formalização do reconhecimento da Independência e a celebração da paz, entre Brasil e Portugal, havia o receio de que poderia deixar de reconhecer os tratados celebrados quando não tinha soberania (Freitas, 1958b). A Carta de Lei de 23 de novembro de 1826 formalizou o reconhecimento de validade dos tratados de 1815 e 1817, dando vigência no Brasil e aprofundou o compromisso, dispondo que:

Acabados três anos depois da troca das ratificações do presente Tratado, não será lícito aos súbditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na Costa d’África, debaixo de qualquer pretexto, ou maneira qualquer que seja. E a continuação deste comércio, feito depois da dita época, por qualquer pessoa súbdita de Sua Majestade Imperial, será considerado e tratado de pirataria.

Havia ali um prazo final para o comércio de escravizados, onde o Brasil aceitava encerrar a atividade, sob pena de ser alvo da poderosa marinha inglesa. A chancela da Inglaterra para a Independência custaria a política brasileira de fundar sua agricultura na desumanidade daquele comércio, indicando que o próprio escravismo estava com os dias contados.

Os impactos da pressão inglesa na legislação brasileira

Logo, a Inglaterra pressionava oficialmente o Brasil a encerrar o tráfico humano, que trazia escravizados africanos para as lavouras, viabilizando a produção agrícola e sua capacidade de concorrer no mercado internacional. Isso gerou dois efeitos no direito brasileiro: fomentou a criação de leis que atenderiam diretamente ao fim desse comércio e leis que dessem conta de trazer imigrantes europeus para fazerem uma espécie de substituição.

-
- 2 Os bons ofícios foram negociados com a Inglaterra por Portugal, sendo que após a aceitação se congitou a participação da Rússia e Áustria, mas não foi aceita. (Freitas, 1958b)
- 3 Este era o Secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros naquele momento. (Freitas, 1958b)

Quanto à imigração, as forças produtivas intentavam trocar o modelo de colonização adotado por D. João VI e consolidado por D. Pedro I. Ainda em 1825, o Imperador editou o Decreto de 2 de dezembro, ordenando a criação de uma comissão para “organizar, e propor-me um plano geral de colonização, que sirva com uniformidade para todas as Províncias”. De um lado, aceitava as condições inglesas e, de outro, tratava de buscar sanar a possível ausência dos escravizados na economia brasileira.

Era um momento propício para uma legislação sobre imigração, tanto pela experiência de formação de colônias estatais com alemães em 1824, quanto pelos acordos feitos com a Inglaterra voltados a acabar com a vinda de escravizados. A legislação brasileira tendia a ser afetada pelo ambiente político que se construía com a pressão externa.

Com o advento da Carta de Lei de 23 de novembro de 1826, que deu corpo legal definitivo à pressão inglesa, incorporando um tratado que ordenava o fim do comércio de escravizados no prazo de 3 anos, a política nacional tinha que dar conta de um cenário de possíveis mudanças. Encerrar o fluxo de mão de obra demandaria o atendimento das demandas por “braços para a lavoura” através de imigrantes.

O projeto de lei sobre colonização foi apresentado em 1827⁴, mas sem alcançar sucesso, tendo em vista que não foi aprovado. A pressão política da oligarquia rural pelo fim da colonização estatal encerrou o caminho do projeto, e a imigração (espontânea e a provocada pela iniciativa privada) seria a alternativa ao projeto do Imperador. Com isso, vieram algumas leis para atender essa via, destacando-se a lei sobre contratos de 1830, a lei de naturalização de 1832 e uma nova lei de contratos de 1837.

A lei de contratos de 1830 veio regular a contratação de brasileiros e estrangeiros, que fossem remunerados para locar seus serviços. Substituía as Ordenações Filipinas, quanto a esta questão, dando certa atenção às relações jurídicas com estrangeiros. Era uma lei simples, com apenas oito artigos, sem criar prerrogativas para nenhuma das partes⁵, voltado para reconhecer tais relações e dispor sobre a competência do Juiz de Paz para solucionar possíveis conflitos.

Os contratos tiveram uma nova regulação, em 1837, quando se tratou especificamente dos imigrantes. Era uma legislação que reconhecia mais poderes aos proprietários de terras sobre estes locadores de serviços, que podiam até ter uma condição que se aproximava à dos escravizados,

⁴ Anais do Senado do Império do Brasil do ano de 1827 – Livro 2.

⁵ Diferente de uma legislação trabalhista atual que garante a proteção do trabalhador.

ainda que muito distante, quando estes descumpriam o contrato e podiam ser forçados a trabalhar sem remuneração como penalidade. Mas nunca passavam a ter formal e efetivamente a condição jurídica de escravizados, cabe reforçar.

Era uma legislação que tratava diretamente da questão dos imigrantes e dava segurança jurídica a negócios que poderiam ser feitos fora do Brasil, como no aliciamento de mão de obra para as propriedades agropastoris. A queda de braço política, que tendia para o impedimento da colonização estatal e o fomento da iniciativa privada, tinha nessa legislação um possível auxílio para o solo jurídico das relações que ali surgiam.

No ano seguinte à primeira lei de contratos, 1831, veio a lei Feijó, que declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império, ou seja, que fossem trazidos do estrangeiro para o Brasil. Mas não era uma lei que dava aos africanos traficados para o Brasil a condição de imigrante livre, pois o artigo segundo dispunha que seriam reexportados, o que hoje seria dito como repatriados. Santos (2010, p. 228) demonstra que não havia a garantia de que realmente voltariam para a África, acabando no máximo sendo presos na Casa de Correção (Moraes, 1933, p. 86 e 87).

Era a lei prometida pelo acordo do Brasil com a Inglaterra, que pouco mudava o cenário da escravidão, mas que marcava o cenário jurídico brasileiro com a sombra do fim daquele sistema econômico desumano. O Brasil que já estava voltado para políticas de imigração, agora tinha de estar mais atento. A lei de contratos já estava em vigor e em 1832 veio a lei sobre naturalização, que aumentaria o laço dos imigrantes com o Brasil, tirando a proteção que estes estrangeiros podiam ter dos seus Estados de origem.

Estes foram impactos diretos da pressão inglesa que tomou corpo em 1826, e que se efetivava em leis criadas entre 1830 e 1832, que regulavam o tráfico humano de escravizados e a regulação do estrangeiro. Mas o impacto mais forte veio com a Lei Eusébio de Queiroz que nasceu no mesmo ano de 1850 da Lei de Terras. Findava definitivamente o comércio de homens e mulheres que eram escravizados na África e que eram desumanizados em terras brasileiras, enquanto se formava um marco jurídico das terras brasileiras, que fechava as portas para a entrega de terras aos imigrantes como política de colonização, consolidando sua condição de empregados da oligarquia rural brasileira.

Foi um definitivo ponto de inflexão da legislação brasileira, que entrelaçava o escravismo e a imigração, tendo o auxílio definitivo dos acordos do Brasil com a Inglaterra. As leis que vieram após 1850 deram

conta de sangrar de vez a escravidão, bem como o modelo de imigração com proprietários de terras, que era o antigo projeto de colonização estatal. Os escravizados seriam substituídos por imigrantes e a regulação do trabalho precisou ser madura, pois estes não seriam tratados juridicamente como escravizados e a cultura laboral brasileira não estava acostumada com o trabalho livre, como se nota nos eventos da Revolta da Imbicada (Davatz, 1851, p.120 e 121), por exemplo.

Quanto à maturidade legislativa, no sentido de tratar os trabalhadores rurais com mais segurança, destaca-se a Decisão n.º 340, de 26 de setembro de 1857, que criou regras gerais para contratos de colonização, incluindo os contratos de parceria, que haviam gerado problemas notórios. Em definitivo, para a Monarquia brasileira, veio o Decreto nº 2.827, de 15 de março de 1879, que regulava os contratos de prestação de serviço na agricultura, abrangendo brasileiros e estrangeiros.

Houve o fim da escravidão formal, pela Lei Áurea, mas o africano não se tornou um imigrante. Após a abolição e a Proclamação da República, adveio o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que dispunha o seguinte:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

O Brasil encerrara o tráfico de escravizados e fechara as portas para imigrantes africanos.

Considerações finais

Desde a carta Régia de abertura dos portos, em 1808, sentia-se a presença da Inglaterra na formulação do comércio internacional de Portugal através dos portos brasileiros. Foram celebrados “tratados desiguais”, que davam direitos aos ingleses e deveres aos portugueses, com largas vantagens para a Inglaterra. O benefício de Portugal era obter da amizade com os ingleses a sua proteção bética e manutenção do poder na dinastia Bragança, além de empréstimos. Nesse sentido afirma Ricupero (2011) que a abertura de portos de 1808 acabou se tornando a exclusividade de portos para a Inglaterra a partir de 1810.

Por essa via, os tratados sobre o fim do comércio de escravizados foram introduzidos no direito português, sendo herdados e confirmados pelo ordenamento jurídico do Brasil. Assim como foi herdada a dependência comercial com a Inglaterra, seja para a aquisição de seus produtos, seja como destino dos produtos agrícolas brasileiros. A boa relação política e comercial com a poderosa Inglaterra exigia o cumprimento dos tratados, os quais tinham virado Carta Régia e exigiam o fim da imigração forçada de africanos pelo chamado tráfico de escravizados.

Os tratados ingleses frutificaram em leis brasileiras que iniciaram um processo de encerramento das atividades de tráfico humano, até resultar no fim formal da escravidão. Esse caminho precisou de leis que dessem um corpo jurídico que atendesse à imigração, cujos homens livres substituiriam a força de trabalho escravizada.

Há uma relação direta entre a pressão inglesa puxando o Brasil para o mesmo quadro jurídico que haviam alcançado no início do século XIX, mas que aqui só seria realizado a partir da metade do mesmo século, para se encerrar perto da última década. O corpo legislativo brasileiro passou a contemplar normas necessárias para o fluxo de imigração empreendida pela iniciativa privada.

Mas é notório que o que perpassa toda a legislação não era a atenção humanitária voltada aos principais personagens: imigrantes e africanos. A questão era a de atender à demanda dos ingleses e dos proprietários de terras brasileiro. As leis brasileiras serviram a estes poderosos atores, que por vezes tiveram que ceder, quando erraram na medida, como no caso dos excessos causados aos imigrantes (como a referida Revolta da Imbicada).

O fim da escravização não atendeu aos africanos, mas aos ingleses. Os negros se tornaram livres, mas não se tornaram imigrantes. E o Decreto nº 528 de 1890 deixou bem claro que os africanos livres não eram desejados no Brasil

Referências

- ALAMINO, F. N. P. **O Congresso de Viena, o tráfico de escravos e as consequências para Portugal e Brasil.** Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 112, p. 701-713, 2018. DOI: 10.11606/issn.2318-8235.v112i0p701-713. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/149536>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e a diplomacia do tráfico (1810-1850).** Locus: Revista de História, [S. l.], v. 4, n. 2, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20466>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BIKER, Julio Firmino Judice Biker. **Suplemento a colleccão dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Corôa de Portugal as mais potencias desde 1640.** TOMO XIX. Do Ministerio dos Negocios Estrangeiros. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880.

DAVATZ, Thomaz. **Memórias de um colono no Brasil.** Trad. Sérgio Buarque de Hollanda. 2.^a ed. São Paulo: Martins, 1951.

FREITAS, Caio de. **George Canning e o Brasil: influência da diplomacia inglesa na formação brasileira.** V1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

FREITAS, Caio de. **George Canning e o Brasil: influência da diplomacia inglesa na formação brasileira.** v2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958b.

GERHARD, Philipp R. L. P.S. **A Europa Está Muito Velha": a premência de renovação Imperial e a diplomacia luso-brasileira no Congresso de Viena (1814-1815).** 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasilia, Brasilia, 2017.

MORAES, Evaristo. **A escravidão africana no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

RICUPERO, Rubens. **O Brasil no mundo.** In. SILVA, Alberto da Costa e (coord.). História do Brasil nação: 1808-2010. V. 1. Crise colonial e independência. 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SANTOS, Cleyton Rodrigues dos. **Para inglês ver: um estudo sobre a lei de 7 de novembro de 1831.** Intertemas ISSN 1516-8158, v. 15, n. 15, p. 226-243, 2010.

SENADO FEDERAL. **Anais do Senado. Ano 1827.** Livro 2. Transcrição. Brasília, Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1827/1827%20Livro%202.pdf. Acesso em: 31 maio. 2024

SIQUEIRA, Francisca Pereira. **Abolicionismo inglês e francês (1787-1833) em perspectiva comparada.** Revista de História Comparada. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 35-64, 2018.

SOARES, Teixeira. **O reconhecimento do Império do Brasil.** Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, 6 (3), 43-64, jul/set 1972.

ANEXO 1 – FONTES DOCUMENTAIS CITADAS

ANO	NORMA	EMENTA	FONTE
1815	Carta de Lei de 8 de junho de 1815	Retifica o tratado entre o Príncipe Regente de Portugal e o Rei da Grã-Bretanha, assinado em Viena a 22 de janeiro deste ano, para abolição do tráfico de escravos em todos os lugares da Costa d' África ao Norte do Equador.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/anterioresa1824/cartadelei-39527-8-junho-1815-569874-publicacaooriginal-93060-pe.html#:~:text=Retifica%20o%20tratado%20entre%20o,Africa%20ao%20Norte%20do%20Equador
1817	Carta de lei de 8 de novembro de 1817	Ratifica a convenção adicional ao tratado de 22 de janeiro de 1815 entre este Reino e o da Grã-Bretanha assignada em Londres em 28 de julho deste ano, sobre o comércio ilícito da escravatura.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei_sn/anterioresa1824/cartadelei-39430-8-novembro-1817-569614-publicacaooriginal-92834-pe.html
1826	Carta de lei de 23 de novembro de 1826	Ratifica a Convenção entre o Império do Brasil e Grã-Bretanha para a abolição do tráfico de escravos.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei_sn/1824-1899/cartadelei-39883-23-novembro-1826-570862-publicacaooriginal-150298-pe.html
1830	Lei de 13 de setembro de 1830	Regula o contrato por escrito sobre prestação de serviços feitos por brasileiro ou estrangeiro dentro ou fora do Império.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html
1831	Lei de 7 de novembro de 1831 – Lei Feijó	Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm

1832	Lei de 23 de outubro de 1832	Sobre naturalização dos estrangeiros.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37324-23-outubro-1832-563838-publicacaooriginal-87885-pl.html
1837	Lei nº 108, de 11 de outubro de 1837	Dando várias providencias sobre os contratos de locação de serviços dos colonos.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-108-11-outubro-1837-559407-publicacaooriginal-85738-pl.html
1850	Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850 – Lei Eusébio de Queiroz	Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm
1850	Lei 601, de 18 de setembro de 1850 – Lei de Terras	Dispõe sobre as terras devolutas do Império.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm
1857	Decisão n.º 340 de 26 de setembro de 1857	Manda executar o Regulamento provisório, contendo as bases dos contratos de colonização, para execução do art. 27 do contrato anexo ao Decreto de 28 de março do corrente ano.	https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18471/coleccao_leis_1857_parte3.pdf?sequence=3
1879	Decreto nº 2.827, de 15 de março de 1879	Dispondo o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decrito-2827-15-marco-1879-547285-publicacaooriginal-62001-pl.html
1890	Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890	Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decrito-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html

Capítulo 2

DE DEMANDA HIGIENISTA A DIREITO TRABALHISTA: SALA DE APOIO À AMAMENTAÇÃO REPRESENTADA NA SÉRIE MPT EM QUADRINHOS

Priscila Ervin Saval¹
Mariele da Silva Barcellos²

Introdução

O presente capítulo objetiva analisar de que modo a Sala de Apoio à Amamentação, um direito da mulher trabalhadora respaldado pela legislação trabalhista brasileira, é representado na edição nº 78 da série MPT em quadrinhos³. Para realização deste exercício seguimos os passos metodológicos estabelecidos por Will Eisner (1985), que enfatiza a importância da conexão da ilustração com a linguagem escrita contida nos balões de fala, bem como uma revisão qualitativa da literatura disponíveis acerca das temáticas da amamentação e da mulher trabalhadora que amamenta no cenário brasileiro.

A prática da amamentação, compreendida nos dias de hoje enquanto uma prática de cuidado, um direito social e uma política pública de saúde, possui uma extensa trajetória histórica, a qual é marcada por interesses científicos e por diferentes níveis de intervenções estatais ao decorrer dos séculos. No Brasil, desde o final do século XIX, médicos higienistas, intelectuais e instituições dedicadas à infância passaram a construir um conjunto de saberes e orientações que buscavam não apenas reforçar os benefícios do leite materno, mas também normatizar o comportamento

1 Historiadora, doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História com bolsa CNPq e pesquisadora colaboradora no Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Nutrição e Saúde da Criança do Programa de Pós-Graduação em Pediatria e Saúde da Criança PUCRS.

2 Enfermeira, Pós-graduada em Enfermagem Materno Infantil e mestrande em Enfermagem no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

3 As autoras atenderam as exigências estabelecidas pela série MPT em quadrinhos. A utilização da edição nº78 foi comunicada ao Ministério Público do Trabalho através do e-mail quadrinhos@mpt.mp.br em novembro de 2025.

das mulheres, especialmente no que dizia respeito à maternidade, ao cuidado dos filhos e ao papel social que deveriam desempenhar.

No que se refere à amamentação, a mulher trabalhadora, sempre ocupou espaço nas discussões acerca desta temática. Para os pensadores higienistas dos séculos passados, a relação do mercado de trabalho feminino com a prática da amamentação, a saúde dos filhos e a elevação dos índices da mortalidade infantil, era compreendido enquanto um problema delicado e de difícil resolução, sobretudo, por envolver interesses do sistema capitalista e do Estado. Embora, compreendessem a complexidade desta problemática, os intelectuais científicos, adeptos ao higienismo, não deixavam de tornar públicas as possíveis soluções para este embargo, como a existência de locais adequados que garantissem à mulher trabalhadora amamentar seus filhos. Apenas com as políticas trabalhistas inauguradas no Governo Vargas, na década de 1930, surgiram os primeiros dispositivos legais destinados a garantir condições mínimas para que mães inseridas no mercado de trabalho pudessem continuar amamentando.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em maio de 1943, reafirmou a necessidade destes espaços enquanto um direito da mulher trabalhadora durante o período de amamentação, contudo, passadas mais de oito décadas deste marco que a CLT representou na legislação trabalhista nacional, sobretudo relacionada à mulher-mãe-trabalhadora, produções como este capítulo ainda se fazem necessárias. Compreendermos como a amamentação é representada, comunicada e ensinada ao público é fundamental, visto que a relação amamentação-mercado de trabalho, ainda encontra barreiras no cotidiano de milhares de mulheres.

Conforme Caroline Araujo (2010), são amplas as possibilidades de inter-relação entre as áreas da Comunicação e da Saúde, as quais se apresentam muito benéficas quando o objetivo é a promoção da saúde. Materiais educativos, campanhas estatais e iniciativas de conscientização desempenham papel essencial na divulgação desses direitos e no fortalecimento de práticas de cuidado coletivo. Entre esses materiais, destacamos as produções realizadas na série “MPT em Quadrinhos”, o qual utiliza a linguagem das histórias em quadrinhos para abordar temas trabalhistas de forma acessível e pedagógica. A edição nº 78, publicada em 2024, trata especificamente das dificuldades enfrentadas pela mulher trabalhadora que amamenta, bem como, da importância e da regulamentação das salas de apoio à amamentação nos ambientes de trabalho.

Deste modo, a característica interdisciplinar da temática da amamentação possibilitou, a partir do conhecimento das autoras, reunir duas áreas científicas distintas (história e enfermagem) na construção deste capítulo o qual articula passado e presente, discurso e legislação, intenção pedagógica e realidade social, evidenciado não apenas a permanência das desigualdades as quais atravessam o aleitamento materno, mas também o potencial transformador de materiais educativos que objetivam comunicar, de maneira clara e acessível, direitos muitas vezes desconhecidos pela população.

Os primórdios do discurso pró-amamentação no Brasil e o espaço ocupado pela mulher trabalhadora

No Brasil, o discurso acerca do aleitamento materno data de fins do século XIX, neste período o médico carioca, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo (1846-1901), influenciado pelo pensamento higienista parisiense, passou a atuar em defesa da infância, instruindo a comunidade médica acerca da importância social da criança e da necessidade de aprimorarem seus conhecimentos quanto às especificidades fisiológicas, patológicas e anatômicas desta parcela da população⁴. Conforme a historiadora Maria Marta de Luna Freire (2016), dentre os temas discutidos pelos discípulos de Moncorvo e demais profissionais adeptos das ideias do movimento higienista de proteção à criança, encontrava-se a alimentação, sobretudo na primeira infância⁵, período no qual o leite materno era apontado como o único alimento possível de ser oferecido desde o nascimento até o sexto mês de vida.

A higiene infantil, assim como outros braços do movimento higienista, utilizou amplamente do recurso da comunicação de modo a “educar” a população quanto à maneira cientificamente correta de manter seus filhos vivos e saudáveis. Colunas de jornal e manuais de higiene infantil se tornaram recursos pedagógicos, diante dos quais, os médicos-higienistas disseminavam suas ideias juntamente com a doutrina higienista. Exemplo disto era a defesa pelo aleitamento materno, cujo discurso enaltecia que a importância da prática não se reservava apenas ao desenvolvimento do lactente, mas também, ao futuro e desenvolvimento do país. Ademais,

4 A atuação de Moncorvo, sobretudo quando relacionado a educação médica voltada à assistência da criança, lhe renderam reconhecimento enquanto pai da pediatria brasileira.

5 De acordo com (Silva, 1884 apud in Carula, 2016) Compreende-se como primeira infância o período que se estende do nascimento até o desmame.

condenavam o uso indiscriminado das amas de leite, utilizavam de questões religiosas para persuadir as mulheres a prática do aleitamento, condenavam certos tipos de vestimentas sob a alegação de prejudicarem na produção de leite e orientavam as famílias quando a necessidade de se organizarem, a fim amenizar as demandas domésticas para que a mulher pudesse se dedicar à prática do aleitamento. Embora estes discursos, fossem majoritariamente pensados e produzidos para alcançar um determinado grupo formado por mulheres, burguesas e letradas, os higienistas demonstravam preocupação com a situação das operárias, visto que a incapacidade de proverem tempo e cuidado cientificamente adequados aos seus filhos, acarretava a fragilização da saúde e no aumento dos índices de mortalidade infantil (Carula, 2016).

O advento da República, em 1889, juntamente com o despontar do século XX, potencializaram o apreço pelas das ideias higienistas, sobretudo às relacionadas à criança, cujas preocupações resultaram na criação de um movimento global pró-infância (Freire, 2016). No desabrochar do período republicano, a família Moncorvo reafirmava seu protagonismo em defesa da infância no Brasil, a partir das realizações de Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), o qual se utilizou do conhecimento que havia adquirido com o pai e do poder de articulação que possuía entre influentes da sociedade brasileira, para retirar o assistencialismo à criança do campo das ideias e concretizá-lo a partir da fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI)⁶, localizado na capital da República, a cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Freire (2016), os objetivos do IPAI se encontravam alinhados aos pensamentos mais modernos do higienismo:

[...] preencher a lacuna deixada pelo Estado, no âmbito da assistência à infância doente, abandonada e miserável; salvar a primeira infância, especialmente garantindo a lactação dos pobres; levar às mães noção de higiene para melhorar a criação dos seus filhos; combater doenças que atingiam a infância; realizar levantamento detalhado sobre as condições em que viviam as crianças desfavorecidas; promover a regulamentação do trabalho feminino na indústria, com o objetivo de favorecer indiretamente a infância; incentivar a construção de asilos de maternidade, para abrigar mulheres nos últimos meses de gravidez; estimular a criação de creches para crianças com

6 Conforme Zaniani (2008), o foco de Moncorvo Filho estava voltado à proteção da criança em seus anos iniciais, baseado nos conhecimentos médicos do período, Moncorvo alegava que intervenções deveriam ser realizadas até os oito anos de idade, período no qual o corpo ainda encontrava-se em desenvolvimento. Por este motivo, o IPAI limitava seus atendimentos, sobretudo de assistência à saúde realizada no dispensário, à infantes entre zero e oito anos de idade.

menos de 2 anos e jardins de infância para as maiores [...] (FREIRE, 2016, p. 85, grifo nosso).

Como é possível perceber nos grifos acima, a questão das mães operárias e o impacto da informalidade na infância de seus filhos, havia deixado de ser um problema do Império para se tornar uma demanda da República, dos Estados Unidos do Brasil. Ainda que Moncorvo Filho, tivesse retirado do papel parte das ideias higienistas referentes à proteção infantil, é importante destacarmos que as atividades promovidas pelo IPAII eram sustentadas e financiadas por ele e pela filantropia, deste modo, o avanço da assistência e proteção à infância, necessários para garantir o “futuro da nação”, demandavam de uma intervenção efetiva por parte do Estado. Contudo, conforme Édina Zaniani (2008), a contribuição do Estado para com os esforços de Moncorvo Filho, ficavam limitadas aos simbólicos reconhecimentos de suas ações e a destinação de pequenas quantias, as quais eram destinadas ao custeio do espaço ocupado pelo IPAII.

Quase três décadas se passaram até que houvesse uma intervenção efetiva do Estado na assistência à infância, o Código de Menores (Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927), inaugurou um novo tempo, a responsabilidade acerca dos menores desvanecentes foi transferida das mãos da caridade e da filantropia, para o regime estatal. Ademais, embora a promulgação do Código de Menores tenha regulamentado o exercício das amas de leite e proibido o trabalho infantil, antigas demandas dos higienistas, em nada contribuiu para a melhorar a situação dos lactentes, filhos de trabalhadoras operárias.

Em 1930, após o evento revolucionário que extinguiu a República Velha e resultou na ascensão do gaúcho Getúlio Vargas ao posto de Presidente, o Brasil passou a experienciar inúmeros avanços no que diz respeito às questões sociais, sobretudo trabalhistas (Gomes e D'Araujo, 1987). A influência dos movimentos higienistas e eugenistas, somados aos interesses do governo liderado por Vargas sobretudo os relacionados ao sistema capitalista e ao progresso nacional, o Estado adotou o discurso higienista “pró-infância”, inaugurando medidas que objetivavam para além de reduzir os índices de mortalidade infantil, garantir o “futuro da nação”. Uma das primeiras atividades desenvolvidas pelo governo, colocou fim em uma antiga demanda dos higienistas, a regulamentação das condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, criada em maio de 1932, foi a primeira ação jurídica que respaldou a prática do aleitamento para trabalhadoras da indústria e a proteção adequada aos filhos durante a primeira infância:

Art. 11. A mulher que **amamentar o próprio filho** terá direito a dois descansos diários especiais, de meia hora cada um, durante os **primeiros seis meses** que se seguirem ao parto.

Art. 12. Os estabelecimentos em que trabalharem, pelo menos, trinta mulheres com mais de 16 anos de idade terão **local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos em período de amamentação**. (BRASIL, 1932)

Ao analisarmos os grifos realizados, identificamos a presença da ideologia higienista, a iniciar pela repulsa do serviço prestado pelas amas de leite, o qual é reprimido pelo Estado ao limitar o direito a trabalhadora que amamenta o próprio filho, o período (seis meses) alinhava-se às orientações descritas nos manuais de higiene infantil produzidos pelos médicos-higienistas, por fim, o local apropriado também era uma antiga demanda destes intelectuais, pois além de garantir segurança a prática do aleitamento (em termos higiênicos), também fornecia assistência aos lactentes.

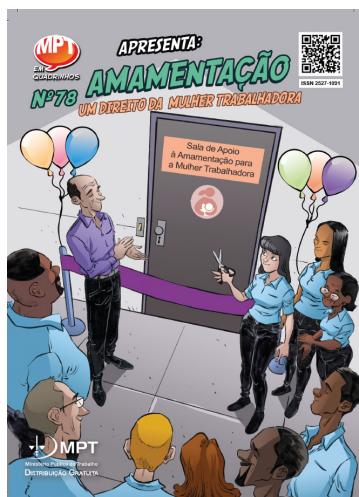
O discurso higienista afirmava que os altos índices de mortalidade infantil no Brasil resultavam do cenário de miséria da população, visto que a situação econômica impossibilitava o acesso à educação científica, boas práticas de higiene e alimentação adequada, Zaniani (2008). Contudo, após nos aprofundarmos no contexto que permeou o discurso pró-amamentação no território brasileiro durante pouco mais de meio século, não somos capazes de refutar o discurso higienista do médico carioca, tão pouco, negar a relação da prática da amamentação com o elitismo, questões sociais e econômicas. Embora, a prática da amamentação para as mulheres operárias fosse considerada um problema pelos higienistas, seus discursos pouco colaboravam para solucionar aquela realidade, pois só eram acessíveis aos letrados e às famílias com condições econômicas, capazes de organizar rotinas e custear vestimentas e alimentações adequadas.

Conforme veremos na sequência, o decreto criado por Getúlio Vargas em 1932, sofreu algumas alterações ao decorrer dos anos, contudo, na atualidade a mulher trabalhadora ainda enfrenta dificuldades para ter seu direito garantido, exigindo que o Estado e demais órgãos vinculados a ele, reforcem constantemente a importância da amamentação e os direitos da mãe-mulher que trabalha e amamenta, como veremos na sequência.

Sala de Apoio a Amamentação: um direito da mulher trabalhadora que amamenta na edição nº 78 da Série MPT em quadrinhos

A série MPT em quadrinhos coordenada pelo Ministério Público do Trabalho do Estado do Espírito Santo, foi criada em junho de 2012, a partir do projeto ““O MPT, a sociedade e o Cidadão” vinculado à Coordenadoria Nacional de Estágio do MPT [...]” (MPT, 2024, p. 2), objetiva a partir de uma linguagem lúdica informar e auxiliar o leitor quanto aos direitos e aos deveres que regem a legislação trabalhista no Brasil. A série conta atualmente com oitenta em cinco edições, as quais abordam diferentes temáticas que se relacionam com o espaço de trabalho como: trabalho em frigoríficos, ressocialização, trabalho por aplicativos, preconceito, saúde mental do trabalhador, sindicatos, trabalho em altura etc. Considerando a temática na qual ancoramos esta produção, objetivamos analisar como a continuidade da prática da amamentação, após o retorno da mulher ao trabalho é abordada na HQ edição nº 78⁷ produzida pela série MPT em quadrinhos e publicada em abril de 2024, cuja capa apresentamos abaixo:

Figura 1: Capa da edição nº 78 da Série “MPT em quadrinhos”



Fonte: Ministério Público do Trabalho (2024, capa)

⁷ A edição nº 78 da série “MPT em quadrinhos” foi publicada no mês de abril de 2024, sob a coordenação do pelo Ministério Público do Trabalho do Estado do Espírito Santo, gerencia de Wendell Luís Tobias (MPT/ES), sinopse e roteiro de Claudia Gomes da Cunha e ilustrações, revisão e editorações pela empresa Link editoração.

A edição intitulada “Amamentação – um direito da mulher trabalhadora”, produzida pelo Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo e publicada no mês de abril de 2024, dedica-se as dificuldades que permeiam a mulher trabalhadora que amamenta no seu retorno ao ambiente de trabalho após o período de licença-maternidade⁸. Protagonizada pela personagem Silvia, a qual, ao retornar de sua licença-maternidade enfrenta dificuldades para continuar ofertando seu leite materno ao filho.

O retorno da mulher-trabalhadora-mãe ao trabalho, após o período de licença-maternidade, é um processo difícil, delicado e desafiador, o qual demanda da mulher e de seu núcleo de apoio (caso houver), novas rotinas, obrigações e necessidades. Conforme Carolina Belomo de Souza (2021), a dificuldade em conciliar o retorno à rotina de trabalho com as demandas da maternidade, como a amamentação, é apontado como a justificativa mais frequente para descontinuação da prática do aleitamento materno. Em novembro de 2022, o Ministério da Saúde publicou os resultados de uma pesquisa acerca do impacto do trabalho feminino no cenário da amamentação no Brasil:

Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em 2008 revelou que 34% das mães brasileiras que trabalhavam fora de casa naquele ano e que tinham bebê menor de um ano não amamentavam mais a criança, enquanto que entre as mães que não trabalhavam fora de casa esse índice era de 19%. Os dados mostram que as condições de trabalho da mulher e o nível de sensibilidade da empresa implicam diretamente no tempo em que o bebê é amamentado e, consequentemente, na saúde da criança. (BRASIL, 2022)

Estes resultados vão ao encontro do exposto no subcapítulo anterior, as preocupações acerca da prática da amamentação pelas mulheres trabalhadoras é um problema crônico, persistente nas discussões da comunidade científica interessada pelas práticas materno-infantis, desde o século XIX. Embora, a legislação nacional, através da CLT, respalde a continuação da prática da amamentação após o cumprimento da licença-maternidade este é um direito que se encontra a margem do desconhecimento, seja por parte da trabalhadora ou do empregador. Diante disto, cabe ao Estado e demais instituições ligadas a ele, como o Ministério da Saúde e o Ministério Público do Trabalho, o desenvolvimento constante de programas, campanhas e demais alternativas, a fim de comunicar,

⁸ Conforme o artigo 392, do texto da CLT (Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), a gestante tem direito à licença-maternidade de 120 dias. Contudo, as empresas participantes do programa “Empresa Cidadã” (Lei n. 11.770/2008), garantem as suas trabalhadoras até 180 de licença-maternidade.

educar, instruir e reforçar a importância social da amamentação. Conforme Vanessa Marthinhago Borges Fernandes (2015), o incentivo à prática da amamentação no ambiente de trabalho, por parte dos gestores de empresas, resulta em benefícios que extrapolam as questões materno-infantis que envolvem a saúde e o cuidado da mulher-mãe-trabalhadora com seu filho, esta ação resulta na construção de uma imagem positiva da empresa perante os funcionários e sociedade, valorizando-a no mercado atuante.

Na edição em questão, a dificuldade enfrentada personagem Silvia diz respeito a ausência de um espaço apropriado para coletar e armazenar seu leite, durante sua jornada de trabalho conforme ilustrado nos trechos que seguem:

Figura 2: A personagem Silvia é surpreendida pelos colegas enquanto extraí seu leite



Fonte: Ministério Público do Trabalho (2024, p. 4)

Os trechos localizados na página quatro da edição, ilustram o momento em que a personagem Silvia foi surpreendida pelos colegas de trabalho enquanto coletava seu leite em uma sala desativada na gráfica onde trabalha. Embora a personagem utilize máscara e touca enquanto coleta o leite com o auxílio de uma bomba extratora, o local não atende as exigências sanitárias, necessárias para garantir que o leite coletado esteja em condições de ser ofertado ao seu filho. Ainda que o texto contido na HQ, não comunique a quantidade exata de mulheres empregadas pela gráfica, é importante salientarmos que salas de apoio a amamentação são um direito da mulher trabalhadora respaldado pelo texto da CLT:

Art. 389 – Toda empresa é obrigada:

[...] § 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

[...] Art. 400 - Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária. (BRASIL, 1943)

Embora, o texto da CLT destaque o número mínimo de funcionárias, necessário para tornar a “saleta” um direito, o fato de não dispor de trinta mulheres em seu quadro de colaboradores, não impediu (na ficção e não impede na realidade) a empresa de dispor de uma sala apropriada para prática da amamentação. Para Fernandes (2015), o gestor que promove e incentiva que a trabalhadora continue a amamentar, após retornar da licença-maternidade, afirma sua posição enquanto convededor dos benefícios sociais da amamentação, ou seja, investe em benefícios para colher desempenho.

Na HQ analisada, a motivação para criação da Sala de Apoio a Amamentação, parte do grupo de funcionárias, que se solidarizam com a dificuldade enfrentada pela personagem Silvia, que buscam um diálogo com Seu Davi (o empregador), utilizando como justificativa exatamente os benefícios coletivos do incentivo à amamentação no espaço de trabalho⁹. O resultado desta conversa resultou nos trechos ilustrados abaixo:

⁹ O diálogo entre as personagens Silvia, Inês e Dania, que resulta na decisão em solicitar a criação de uma Sala de Apoio a Amamentação na gráfica onde trabalham, transcorre entre as páginas 5-12 da HQ analisada, Ministério Público do Trabalho (2024)

Figura 3 - Inauguração da Sala de Apoio à Amamentação para a Mulher Trabalhadora



Fonte: Ministério Público do Trabalho (2024, p.13)

A orientações mencionadas pelo personagem “Seu Davi” (o empregador), resultam da série de esforços realizados pelo Estado para garantir que a mulher trabalhadora continue amamentando e ofertando leite materno para seu filho, após retornar ao trabalho, como a criação de manuais, cartilhas e guias. Neste caso “Guia para implementação de salas de apoio à amamentação para a mulher trabalhadora”, criado em 2015 pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para além de questões relacionadas a legislação brasileira e os

direitos maternais da mulher trabalhadora, orienta acerca da infraestrutura estes espaços:

“Para a instalação de uma sala de apoio à amamentação nos locais de trabalho, podem ser utilizados alguns parâmetros definidos na RDC nº 171, de 4 de setembro de 2006 para a “sala para ordenha” (retirada de leite do peito):

- dimensionamento de 1,5 m² por cadeira de coleta;
- instalação de um ponto de água fria e lavatório, para atender aos cuidados de higiene das mãos e dos seios na coleta;
- freezer ou refrigerador com congelador e termômetro, para monitoramento diário da temperatura, para guardar exclusivamente o leite materno” (BRASIL, 2015, p. 12).

Deste modo, a guia objetiva orientar a implementação adequada e segura das salas de amamentação, seja para empresas com mais de trinta trabalhadoras, cujo espaço está previsto por lei, ou estabelecimentos menores que ao apoiarem esta causa podem receber incentivos do Governo Federal, como o selo Empresa Amiga da Amamentação, criado em 2023, para reconhecer empresas que incentivam a prática do aleitamento materno em suas dependências, pode ser utilizado pelos contemplados como estratégia de marketing pelo prazo de um ano.

Deste modo, a HQ edição nº 78, produzida pela série MPT em Quadrinhos, ao dedicar-se à temática das salas de apoio a amamentação, evidencia a importância destes espaços, acolhendo e incentivando a mulher-mãe-trabalhadora em seu retorno ao trabalho, contribuindo para este momento, marcado pelo fim da licença-maternidade, deixe de ser associado à interrupção da amamentação.

Considerações finais

Ao decorrer desta produção identificamos que as questões que envolvem o discurso da amamentação no território brasileiro, permeiam entre intelectuais, cientistas e profissionais interessados pela temática relacionada à saúde materno-infantil, desde meados do século XIX. Ademais, a prática da amamentação no grupo formado pelas mulheres-mães-trabalhadoras, sempre foi tratado como sendo um assunto delicado e de difícil manejo solução. Embora uma intervenção estatal, que minimamente respaldasse este grupo, só tenha ocorrido na década de 1930, com as políticas sociais e trabalhistas criadas durante o Governo de Getúlio

Vargas, desde este período os avanços não foram muito significativos, sobretudo se nos voltarmos às demandas realizadas pelos higienistas na primeira metade do século XX. A criação da CLT, reafirmou a importância de empresas, sobretudo as de maior porte, disporem de um espaço sanitariamente adequado que contribuísse com a prática da amamentação. Contudo, a União e suas demais ramificações estão constantemente criando programas, promovendo campanhas e desenvolvendo materiais educativos, como é o caso da série MPT em quadrinhos, de modo à educar a sociedade brasileira de modo geral acerca da importância coletiva da prática da amamentação.

Embora não estivesse dentre os objetivos pensados para esta produção, não podemos ignorar uma questão, abordada na página 11 da HQ analisada, que diz respeito a (des)assistência que assola as mulheres-mães-trabalhadoras informais. Embora a trabalhadora formal tenha seus direitos assegurados pela legislação brasileira, é importante destacarmos que os discursos relativos à prática do aleitamento materno frequentemente partem de órgãos internacionais como, a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo nas Nações Unidas para Infância (UNICEF), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), os quais são reafirmados e disseminados pelo Ministério da Saúde, pertencente à União. Deste modo, a assistência à mulher trabalhadora que amamenta deveria ser de acesso universal, como ocorre com o Sistema Único de Saúde (SUS), Brasil (1990) e não ser condicionada à condição de sua ocupação de trabalho, seja este formal ou informal.

Por fim, após nosso exercício de análise, podemos concluir que, embora esteja previsto na legislação trabalhista brasileira em vigor, a sala de apoio a mulher trabalhadora que amamenta permanece enquanto um assunto que precisa ser intensamente retomado, informado e educado, sobretudo, por se tratar de um direito que se encontra à margem do conhecimento social, contribuindo para o seu não cumprimento.

Referências

- ARAÚJO, Caroline P. Araujo. Comunicação como estratégia para a promoção da Saúde. Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul: Intercom/Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_IJ-DT1.htm. Acesso em 14 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 476, 31 dez. 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-norma-pe.html>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 9666, 19 maio 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-norma-pe.html>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, p. 11937, 9 ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11770.htm. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.683, de 20 de setembro de 2023. Institui o selo Empresa Amiga da Amamentação, para estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 21 set. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14683.htm. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 18055, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Mulher trabalhadora que amamenta**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/mais-programas/mulher-trabalhadora-que-amamenta>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde; AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Anvisa). **Guia para implantação de salas de apoio à amamentação para a mulher trabalhadora.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. 16 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_implantacao_salas_apoio_amamentacao.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

CARULA, Karoline. A Alimentação na Primeira Infância: médicos, imprensa e aleitamento no fim do século XIX. In: SANGLARD, Gisele (Org). **Amamentação e políticas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016, p.31-56.

EISNER, Will. **Comics and sequential art.** Flórida: Poorhouse Press, 1985.

FREIRE, Maria M. de Luna. Salvando o esteio da nação: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. In: SANGLARD, Gisele (Org). **Amamentação e políticas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016, p.83-100.

GOMES, Angela Maria de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e Trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro,** CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1987.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **MPT em Quadrinhos apresenta: Amamentação: um direito da mulher trabalhadora.** Coordenação: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Vitória, ES: MPT, 2024. 16 p. (Série MPT em Quadrinhos). ISSN 2527-1091. Disponível em: <https://mptemquadrinhos.com.br/>. Acesso em 03 out. 2025.

OLIVEIRA, Seilane O. C. Polastro de et al. Manutenção da amamentação da trabalhadora formal: fatores que influenciam e suas consequências. **Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 10, n. 57, p. 3739-3748, 2020. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/download/960/1092/2432>. Acesso em: 5 de out. 2025.

SOUZA, Carolina B. de. **Salas de apoio à amamentação:** estratégia Mulher Trabalhadora que Amamenta do Ministério da Saúde. 2021. 166 f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e do Adolescente) – Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital>.

ufpr.br/xmlui/handle/1884/75523. Acesso em: 5 out. 2025.

ZANIANI, Ednéia José Martins. **Sob os auspícios da proteção: Moncorvo Filho e a higienização da infância.** 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008. Disponível em: <https://cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/pesquisa/teses-e-dissertacoes-defendidas/lista-de-paginas-de-teses-e-dissertacoes/sob-os-auspicios-da-protecao-moncorvo-filho-e-a-higienizacao-da-infancia>. Acesso em 20 mar. 2025.

Capítulo 3

TERRORISMO DA INDIGNAÇÃO E PLUTOCRACIA EM DOMENICO LOSURDO: UMA ANÁLISE DO SIF10 DO CLUBE FARROUPILHA

Marcelo Noriega Pires¹

Introdução

Ao longo deste artigo, demonstrar-se-á que Santa Maria – RS, mesmo sendo uma cidade no interior do Rio Grande do Sul, possui muita importância para o estudo sobre as *think tanks* no Brasil, não só pelo fato de ser umas das cinco cidades de maior força econômica no referido estado, mas também por ser a primeira cidade do interior do Brasil a ter uma universidade federal, no caso a UFSM.

Tendo em vista estas questões, é de extrema importância iniciar a construção de síntese sobre o Clube Farroupilha (ou Club Farroupilha, como em sua página na rede social Instagram), pelo seu Seminário Interdisciplinar Farroupilha (SIF10) realizado em 03 de dezembro de 2023, o qual teve como objetivo rememorar esta década de existência da *think tank*, alguns elementos chamam bastante a atenção. Primeiramente, houve a palestra de Adriano Paranaiba, talvez não por coincidência, mas sim pela importância dos fatos, abordando exatamente o período analisado neste trabalho, o que demonstra a sua importância para a pesquisa acadêmica comprometida em compreender as disputas ideológicas presentes no Brasil atual. A segunda palestra foi com aquele que é considerado a maior liderança política do CF, o ex-deputado estadual Giuseppe Riesgo, do Partido Novo. Já Pablo Pacheco, até então vereador em Santa Maria pelo Partido Progressistas (PP), e Lúcio Antunes, ex-membro da direção do DCE da UFSM, se apresentaram como lideranças da juventude da *think tank*. Entre estas palestras tivemos a de Percival Pugina, político e escritor conhecido como crítico do PT e da esquerda. Encerrando as palestras, no palco principal,

¹ Doutorando em História pelo PPGH-UFSM. Vice-coordenador do GT História e Marxismo - Anpuh-RS. Professor da Rede Estadual do Rio Grande do Sul.

houve a palestra de Ricardo Jobim, candidato a Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em 2022, pelo Partido Novo, nas eleições de 2022. Vale destacar também que o evento em questão teve um segundo palco voltado para a Libertas, gestão que presidiu o DCE-UFSM de 2016 até 2017, o que demonstra claramente a intenção da *think tank* em retomar a sua influência no movimento estudantil da referida Universidade.

Várias hipóteses podem ser feitas, desde a questão de apresentar as lideranças do Libertas como futuros “empresários” do movimento estudantil, até o fato da questão das representatividades étnico-raciais e de gênero. Anotações que servem para tentar compreender tanto a importância que o CF coloca para o movimento estudantil, principalmente o da UFSM, bem como também sua tática de atuação. De acordo com relatos divulgados pelos próprios organizadores do SIF10, seus organizadores consideram que eles representam.

O maior evento universitário em defesa da liberdade porque contamos com o apoio de muitas pessoas: apoiadores, patrocinadores, coordenadores do Clube Farroupilha e, em especial, do nosso público! Foi um dia de evento, com 7 horas de conteúdo, 5 expositores, 2 palcos e 300 espectadores. Juntos, estamos criando um mundo mais livre e próspero. (Página do Instagram do Seminário Interdisciplinar Farroupilha (SIF10). (CLUBE FARROUPILHA, s/d).

Fica evidente a ênfase na pujança do referido seminário, o que demonstra a intenção de demonstrar força para quem esteja tendo acesso ao relato. Nada mais evidente, para quem analisa a questão dos discursos utilizados na luta de classes em nível das ideias, do que se apresentar como o maior evento do setor que busca representar, mais precisamente, uma totalidade quase que abstrata dos eventos acadêmicos de cunho liberal.

Para finalizar mais precisamente a questão da relação do SIF10, realizado em 2013, com políticos eleitos na esteira do crescimento experimentado pela think thank a partir do Golpe de 2016. Analisar-se-á, a partir deste ponto, o discurso do CF sobre o período de 2013 até 2016, estudando o material divulgado em seu sítio, com a produção de Adriano Paranaiba, não por acaso o convidado da referida *think tank* para o SIF10.

O primeiro passo é determinar quem é Adriano Paranaiba, apresentado pela divulgação do SIF10 como economista e editor-chefe do IMB. Esta primeira caracterização comprova a relação estreita entre as duas *think tanks*, demonstrando uma aparente articulação nacional do CF com instituições nacionais de maior porte.

Uma pesquisa sobre a atuação do economista em questão demonstra que se trata de um defensor convicto do liberalismo no Brasil, tanto que se destaca o seguinte trecho de seu artigo, em comemoração aos cinquenta anos do South Royalton Conference, a qual reuniu defensores da escola austriaca de economia, em 1974.

Hoje, a Escola Austríaca está em grande expansão, não só na divulgação das ideias no grande público, mas também em crescimento na participação de seus professores nos quadros de grandes e importantes universidades do mundo. Em especial no Brasil, diversos Institutos, *think-tanks* (além do próprio Instituto Mises Brasil) e professores universitários utilizam os fundamentos teóricos desta escola de pensamento econômico. O jargão “Menos Marx, Mais Mises”, durante as manifestações de impeachment de Dilma, ganhou voz para todos os defensores da liberdade. Relembra e comemorar os 50 anos de South Royalton é lutar e manter acesa a chama da liberdade, tão atacada em nosso país, que merece, assim como todos os brasileiros, usufruir seus benefícios: paz e prosperidade! (PARANAIBA, 2024)

Fica bem nítido que, muito daquilo que já foi demonstrado em estudos como os de Losurdo (2006, 2010, 2012, 2020) e Jason Stanley (2022), se comprova, no sentido de pensar como que a imposição de um discurso idealizado do passado é utilizada para fortalecer projetos políticos que não permitem espaço para o contraditório, o que se enquadra nesta construção de síntese que se realiza neste trabalho partindo do lema(jargão) “Menos Marx, mais Mises”. Elementos que também servem muito para compreender a atuação das *think tanks* de cunho liberal no objeto desta pesquisa. O que pode ser visto como uma curiosidade, no já referido texto de Paranaiba, é uma certa crítica ao próprio Mises, tido como “uma pessoa difícil, corretamente inflexível na defesa de suas ideias, mas que também não entendeu a importância de uma divulgação mais efetiva da Escola Austríaca”.

De acordo com o texto em questão, a Escola Austríaca de Economia é apresentada, por esta avaliação, como que de maneira quase que hagiográfica, sendo a única alternativa para a construção de um futuro próspero para aquilo que seus adeptos definem como sendo humanidade. O que leva a poder afirmar que a produção de consensos é algo comum ao *establishment*, o que atua por negar a própria luta de classes.

O próprio CF também demonstra possuir bastante identificação com a Escola Austríaca e seus pensadores, como Friedrich Hayek, como se pode notar no texto de Luciano Rolim, no blog da *think tank*:

Portanto, a lição Hayekiana é clara: por mais que o estado possua o controle da moeda e do juro, não se deve estimular a economia de forma artificial e cair na armadilha do crédito fácil. Baixar os juros artificialmente só gera um boom temporário, seguido de recessão para corrigi-lo. E se essa correção econômica for impedida, as crises apenas se prolongarão. A história comprova esta afirmação ao longo de diversas crises e bolhas que, sem exceção, foram previstas pela Escola Austríaca – escola de pensamento econômico da qual Hayek faz parte – tais como a crise dos anos 1970, o colapso no mercado imobiliário dos EUA em 2008, a crise grega que continua em andamento e até mesmo a depressão de 1929. (CLUBE FARROUPILHA s/d).

O discurso da não intervenção do Estado na economia é bem marcante na concepção de pensamento da Escola Austríaca, por isso aparecem críticas a qualquer política de distribuição de renda, mesmo que não represente expressivamente ameaças à lógica do capital.

Tendo em vista estas questões, é de extrema importância pensar sobre a própria consolidação do CF enquanto *think tank*, presente e atuante em Santa Maria – RS, como produto da ascensão de uma direita declaradamente liberal e que tem por objetivo influir diretamente nas políticas de Estado.

Se torna necessário compreender a aversão do CF em relação ao Governo de Dilma Rousseff. Um ponto é bastante elucidador: logo no início de seu primeiro governo, houve um ajuste fiscal. Este ajuste foi classificado por Celso Barros como bastante duro, pois, de acordo com o autor, “buscava criar condições para que o Banco Central pudesse reduzir os juros” (2022, p. 294). Postura esta que criaria a tal “artificialidade”, apresentada na citação de Luciano Rolim, estando em desacordo com o fortalecimento dos preceitos liberais. Desta forma se justificaria a abertura de processo de impeachment. Tem-se, portanto, uma demonstração clara de embate de ideias entre duas visões bastante distintas sobre o papel do Estado na economia.

Entretanto, seria um peso muito grande afirmar que as *think tanks*, como o CF, se colocaram contra o governo de Dilma Rousseff apenas por discordarem do ajuste fiscal da então Presidenta da República. Vale destacar que, segundo o já citado Barros (2022), Dilma Rousseff já pretendia romper com o então PMDB desde o início de seu governo, o que representaria, naquele momento, um expressivo enfrentamento com o *status quo* da política brasileira. O PMDB era então o partido mais longevo no apoio aos governos federais, fazendo parte deles desde o processo de reabertura política.

Vale destacar também que a margem para o segundo colocado, Aécio Neves, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), foi de 3,28%. Esta pequena diferença demonstra uma eleição bastante acirrada e que deve ser pensada, como definiu o já citado Barros (2022), como uma campanha de alta temperatura e uma aposta muito arriscada. Neste sentido, é importante buscar a contribuição de Marc Blyth (2020), o qual relaciona a questão da austeridade com a ascensão da extrema-direita, ao longo dos tempos, definido que a austeridade é uma “ideia perigosa” que serve muito bem aos interesses do grande capital.

Tanto Barros (2020) quanto Boito Jr. (2018) afirmam que as esquerdas tiveram uma derrota com a consolidação do Golpe de 2016, chegando a demonstrar que muito desta derrota já estava ocorrendo quando os governos federais, liderados pelo PT, optaram por não potencializar lutas que poderiam materializar a contradição entre capital e trabalho.

O caminho adotado foi exatamente o contrário: o da grande conciliação social, mesmo que setores que se beneficiaram largamente com esta política já dessem sinais de insatisfação, caminho este que se demonstrou bastante desgastado quando Dilma iniciou o seu segundo mandato. É nesta realidade que houve o Golpe de 2016 e o crescimento de *think tanks* declaradamente liberais, como o santa-mariense CF, o qual, nas eleições seguintes, passou a exercer sensível presença nas disputas político-ideológicas em Santa Maria – RS, refletindo na localidade as disputas em nível estadual e, em certo modo também nacional.

O terrorismo da indignação

Ao se buscar construir uma síntese sobre a conjuntura anterior à Segunda Guerra Mundial e a consequente ascensão do nazifascismo, pode-se afirmar que a propaganda que visa a construção de um inimigo comum é algo que faz parte do *modus operandi* da extrema-direita, visando assim uma espécie de unidade que possibilite se colocar em prática sua política autoritária. Todavia, não se trata de uma política restrita ao período em questão. Stanley (2022) relaciona estas práticas com as práticas atuais da extrema-direita internacional a qual se utiliza da construção de inimigos comuns, sejam eles o “marxismo cultural”, os imigrantes, a “degeneração” sexual e religiosa...

Losurdo (2020) fornece um importante elemento para compreender as lutas de classes na atualidade, ao problematizar o termo “terrorismo da

indignação”. O marxista italiano contribui na possibilidade de compreender como a extrema-direita tem avançado nas últimas décadas, ao associar a esquerda ao apoio a regimes ditatoriais que teriam realizados os mais vis ataques aos direitos humanos, transformando, assim, o combate à esquerda como sendo uma espécie de tarefa moral do nosso tempo. De acordo com o filósofo, existe uma “seletividade moral”, em que os líderes classificados como sendo do espectro político de esquerda são vistos como sendo “ditadores”, enquanto os líderes classificados como sendo do espectro político de direita são vistos como “libertadores”.

O “terrorismo da indignação” seria exatamente uma espécie de “cruzada”, tendo por objetivo “combater formas degeneradas de construção político-social”, possibilitando que se construam práticas que não impeçam o “desenvolvimento do livre mercado” e de suas “benesses naturais”. Ao se ler Losurdo (2010, 2012, 2020), é possível se compreender que os Estados Unidos são o exemplo mais avançado na prática do “terrorismo da indignação”, seja na questão do combate aos “inimigos internos ou externos”.

Uma síntese mais detalhada sobre a formação dos Estados Unidos seria algo que tomaria muito deste espaço e, de certa forma, talvez, até pudesse tangenciar o objeto de pesquisa de pesquisa aqui apresentado. Por isso, se deterá exclusivamente na questão das eleições presidenciais, concluídas em novembro de 2024, que resultaram na eleição de Donald Trump, do Partido Republicano. A própria figura de Trump, mesmo anos antes de sua eleição, já demonstra um exemplo bem concreto daquilo que se está afirmando. Em 1989, o então magnata do ramo imobiliário comprou diversos espaços publicitários, pedindo pena de morte para cinco jovens negros que supostamente teriam violentado uma mulher no Central Park, o que foi comprovadamente inverídico e os jovens inocentados². Trump, ao longo da campanha, se utilizou largamente do “terrorismo da indignação”, apresentando imigrantes como sendo os grandes responsáveis pela crise nos Estados Unidos e prometendo todo e qualquer tipo de protecionismo à indústria estadunidense.

Igualmente, dois outros pontos merecem destaque, ao se construir uma síntese sobre a vitória eleitoral de Donald Trump e que dialogam bastante com a proposta desta pesquisa. O primeiro deles diz respeito à questão da disputa entre Republicanos e Democratas, nos Estados Unidos.

² JORNAL CARTA CAPITAL. Entenda o processo dos “cinco do Central Park” contra Trump por difamação. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/entenda-o-processo-dos-cinco-do-central-park-contra-trump-por-difamacao/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

Pode-se afirmar, ao ler Losurdo (2010), que temos duas “faces da mesma moeda”, ou seja, as eleições estadunidenses definem quem vai liderar as práticas imperialistas e colonialistas no mundo, construindo, assim, uma fachada de democratismo e pluralismo que oculta a continuidade de um projeto elitista e excludente. A “democracia” estadunidense, nessa visão, seria um mito que serve para legitimar a dominação de uma minoria privilegiada, visando a efetivação de uma plutocracia.

Vale destacar as limitações do próprio sistema eleitoral estadunidense, que é o único do tipo liberal que não garante, necessariamente, a eleição do candidato a Presidente da República que consiga o maior apoio popular, ao mesmo tempo também que se torna praticamente inviável a formação de outro partido político que não sejam os dois já estabelecidos.

Para embasar este debate sobre a questão do “terrorismo da indignação” e o papel de Donald Trump enquanto Presidente da maior economia do mundo, é importante relacionar com a visão que *think thanks* como o IMB demonstra sobre esta liderança mundial. Vale destacar que possui como intenção ser um veículo de formação para as demais organizações de mesmo tipo no Brasil, como o CF.

Uma consulta ao sítio do IMB mostra que o debate sobre a política econômica de Trump é um dos principais temas abordados neste espaço. Destaca-se, para fins de estudo do discurso liberal, o artigo intitulado “Políticas econômicas de Trump: o bom, o ruim e o incerto”³, de Jon Wolfenbarger, publicado em 08 de janeiro de 2025. Neste artigo existem elementos bem característicos do “terrorismo da indignação”: a proclamação de um passado mítico, em que os Estados Unidos foram formados por pessoas que trabalharam duro para tocar bens e serviços, que a política de redução de impostos é sempre boa para a sociedade e que aumentar gastos públicos é necessariamente ruim para esta mesma sociedade. Até este ponto, pode-se dizer que nada difere do chamado ideário liberal básico, incluindo sua parte moralmente aceitável.

Já a questão do “terrorismo da indignação” está materializada na questão dos imigrantes. Tem-se, de acordo com o texto em questão:

Imigração: a economia dos EUA precisa de pessoas pacíficas e trabalhadoras para fazer a economia crescer, mas não precisa de pessoas que cometem crimes e recebem assistência social paga por

³ WOLFENBARGER, Jon. **Políticas econômicas de Trump: o bom, o ruim e o incerto.** Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/3519/politicas-economicas-de-trump-o-bom-o-ruim-e-o-incerto>. Acesso em: 06 jun. 2025.

trabalhadores e pagadores de impostos americanos. Resta saber o que Trump pode fazer para melhorar o sistema de imigração nos EUA. (WOLFENBARGER, 2025).

Percebe-se uma demonstração de que os imigrantes são vistos com muita desconfiança, como uma possível ameaça ao *american way of life*, o que corrobora e muito para se pensar a materialidade da elaboração do “terrorismo da indignação”. O fato deste texto ter sido publicado em uma *think tank* de cunho liberal, demonstra a validade do pensamento de Losurdo (2006), o qual relaciona a implementação do liberalismo com práticas coloniais e neocoloniais.

Para concluir a crítica específica a este texto de Wolfenbarger, destaca-se a sua conclusão:

Espera-se que Trump implemente mais políticas orientadas para o livre mercado, em vez de intervenções que prejudiquem o livre mercado. O principal problema de curto prazo para a economia é que o Fed já aumentou as taxas em um ritmo que provavelmente levará a uma recessão e agora está cortando as taxas, apesar da inflação teimosamente alta. Assim, devemos esperar o melhor, mas nos preparar para o pior.

Esta breve conclusão, além de ter muito da expressão do ideário liberal mais elementar, na defesa do livre mercado e apelo para não intervenção estatal na economia, também mostra uma certa simpatia e, ao mesmo tempo, uma incerteza se Trump terá condições de colocar o ideário liberal completamente em prática, apresentado como único caminho viável para o desenvolvimento daquilo que seus adeptos definem como sendo a sociedade.

Terrorismo da indignação e plutocracia

Primeiramente, é preciso buscar uma definição sobre o termo plutocracia. O termo vem do grego antigo (*ploutos* – ricos, *cracia* – governo), o que já nos demonstra que tipo de governo está se fazendo referência. Losurdo (2012, 2020) faz referência direta a este termo para definir a configuração dos governos classificados no espectro político de direita, principalmente no sentido da construção daquilo que classificou como sendo a “construção do imperialismo liberal”, responsável pela construção de consensos que visam a consolidação da deslegitimização de projetos antiliberais pelo mundo.

A plutocracia seria, então, este consenso sobre quem deveria governar, visando o desenvolvimento das potencialidades da sociedade,

isto ao se falar daquilo que o liberalismo defende como sendo o único caminho para alcançar estas potencialidades. Todavia, não se pode esquecer da luta de classes e mesmo da questão dos chamados conflitos intraclasses, mesmo que sejam no âmbito dos capitalistas. Roberto Grün, ao analisar as disputas por aquilo que é possível se definir como “comando da plutocracia no Brasil”, indica que o termo se trata de um “arquétipo que viaja no tempo e no espaço, ainda que destituído de seu nome próprio consagrado na historiografia” (2007). Pelo menos este aparentemente parece ser o objetivo de seus adeptos tendo em vista a pouca simpatia que o termo tende a exercer em relação à sociedade.

Acredita-se que, dificilmente, um plutocrata dificilmente gostaria de ser chamado como tal, o que remete à afirmação de Margaret Thatcher que “não existe alternativa”. Como não poderia deixar de ser, a construção de sistemas com um certo verniz democrático funciona para fortalecer esta afirmação, como diz Pedro Miguel Cardoso:

Além disso, o sistema político com o colégio eleitoral, constituído por representantes dos Estados, para a eleição do presidente dos EUA estabeleceu desde o início distorções que se prolongam na atualidade. Há também mecanismos de manipulação, como o “gerrymandering” que é um método de definir os distritos eleitorais de um território para obter vantagens no número de representantes políticos eleitos, utilizado para favorecer ou prejudicar um determinado grupo social ou político. Mas sobretudo, importa destacar como o grande capital representado em Wall Street e os doadores financeiros dominam completamente os processos econômicos, políticos, mediáticos e eleitorais nos EUA e todas as estruturas estatais. Os candidatos ao congresso, senado e presidência dos EUA, são em regra cidadãos ricos e ricamente financiados por interesses privados. Por isso, há acadêmicos que consideram o termo plutocracia (o governo dos ricos para os ricos) mais adequado para descrever o sistema vigente no país. No plano externo, ainda mais evidentes são as políticas contra a democracia e a liberdade: golpes de Estado para remover presidentes e governos democraticamente eleitos, guerras e invasões para garantir controlo de recursos naturais noutros países, combate ao socialismo e ao comunismo e promoção do terrorismo a nível mundial (2024).

Este trecho explicita como a plutocracia acontece na prática nos Estados Unidos, a fim de garantir que os eleitos não apenas estejam de acordo com o *establishment*, mas de fato o sejam. Cardoso (2024) vai no mesmo caminho que o já citado Losurdo (2006, 2010, 2012, 2020), assim como Stanley (2022) que, mesmo ao não utilizar o termo plutocracia,

acaba por chegar em conclusões semelhantes sobre o *modus operandi* da maior economia do mundo.

Quando se relaciona a questão do “terrorismo da indignação” e da plutocracia com a questão dos dois acontecimentos citados anteriormente, tem-se a possibilidade de construção de sintetizar o problema de como que essas duas questões se materializaram nas manifestações que pediam a retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República, manifestações em larga escala contra a figura do então ex-Presidente Lula.

Tem-se acima uma demonstração concreta de como que os conceitos abordados nesta parte deste texto são apresentados na forma do discurso hegemônico tendo em vista a batalha de ideias inerentes à luta de classes na atualidade, ou seja, uma questão de unidade que nega toda e qualquer antagonismo (seja de classes, tendência política ou qualquer outro), assim como a questão do “inimigo comum”, no caso uma visão abstrata de corrupção como o grande mal que ataca a esta construção abstrata é conceito de sociedade e impede o desenvolvimento da totalidade das potencialidades humanas.

Não por acaso, na “Ponte para o futuro”, apresentada por Michel Temer, a qual, de acordo com Monique Cittadino, teve um caráter: “francamente neoliberal e favorável ao setor financeiro da economia globalizada”, pois era necessário “acalmar o mercado” (2023). Estas questões demonstram a validade tanto da concepção do “terrorismo da indignação” quanto da plutocracia, na conjuntura do Brasil enquanto um país influenciado pelas políticas imperialistas do capitalismo financeiro internacional. A autora vai mais além, ao relacionar a “Ponte para o futuro” com a crise econômica, prejuízos para a classe trabalhadora e mesmo com cortes naquilo que os liberais consideram como “gastos públicos” a fim de atingir o equilíbrio fiscal, o que certamente desagradou o rentismo nacional e internacional e abriu a possibilidade para a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Terrorismo da indignação e plutocracia nas redes sociais do clube farroupilha

Tendo em vista o que foi apresentado sobre “terrorismo da indignação” e a plutocracia, é importante que se compreenda como se pode encontrar estes conceitos nas redes sociais do CF. Para tal, se discutirá alguns textos presentes no blog do CF. O primeiro deles é o texto publicado em 05

de junho de 2025, intitulado: “Movimentos ambientais: ideal ambiental ou jogo político?”⁴, texto eivado de elementos típicos do liberalismo, como a defesa do livre mercado e que apresenta os movimentos ambientais como sendo um entrave para o desenvolvimento da economia, no qual apresenta a privatização como solução para a superexploração dos recursos de uso coletivo. De acordo com o texto em questão,

a solução para esse problema é a privatização dos recursos, permitindo que mecanismos do mercado regulem seu uso de maneira eficiente e natural. Hans-Hermann Hoppe, em sua obra “The Economics and Ethics of Private Property” (“A Economia e Ética da Propriedade Privada”) reforça que, quando um recurso tem um proprietário claro, este tem incentivos para cuidar do ativo e evitar sua degradação. Um exemplo para explicitar essa ideia são os estudos sobre pescarias (Commonwealth), que mostram como as populações de peixes são mais sustentáveis em regiões onde existe gestão privada de cotas de pesca, enquanto áreas de acesso livre são frequentemente esgotadas pela exploração excessiva.

Para além da defesa do setor privado, como sendo o único capaz de gerir os recursos naturais, temos o “terrorismo da indignação”, no sentido de apresentar o uso comum como sendo uma tragédia, o cidadão comum como sendo o grande responsável pela questão da crise ambiental. Temos aqui a construção de um inimigo, de uma ameaça que somente o setor privado teria condições de enfrentar ao criar barreiras de acesso e uso dos recursos naturais. Este texto mostra que o discurso liberal pretende construir um tipo de consenso que não ataca os interesses do grande capital e opta por culpabilizar não os verdadeiros culpados pela crise ambiental, o grande capital industrial e especulativo. Restringir o acesso aos recursos naturais dialoga muito com a questão da segregação típica do discurso que apenas um setor privado idealizado teria a responsabilidade necessária para preservar estes recursos naturais.

Tem-se uma demonstração bem clara do uso da História de forma a buscar uma absolutização que sirva para legitimar o discurso liberal, o qual se pretende universalista, no sentido de apresentar um único caminho para aquilo que definem como sociedade. Pode-se notar, também, diversas aproximações com a plutocracia, no sentido que só um setor privado, detentor não só da expertise de gestão, mas também dos recursos financeiros necessários, seria capaz de administrar os recursos naturais com

⁴ CLUBE FARROUPILHA. **Movimentos ambientais: ideal ambiental ou jogo político?** Disponível em: <https://clubefarroupilha.com.br/movimentos-ambientais-ideal-ambiental-ou-jogo-politico/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

a competência necessária, além de obviamente gerar lucros. Outro texto, publicado em 19 de agosto de 2024 e intitulado “Venezuela: a fraude Bolivariana”⁵, não por acaso é um texto que aborda a questão das últimas eleições presidenciais que garantiram a recondução de Nicolas Maduro à Presidência daquele país. Diferentemente do primeiro texto analisado nesta parte deste trabalho, tem-se um claro endereço a quem o “terrorismo da indignação” é apresentado.

Nicolás Maduro e o Movimento Bolivariano são apresentados de maneira com que sejam vistos exatamente como que Losurdo (2020) define a conceituação de lideranças que, de uma maneira ou outra, ameaçam os interesses do capital. Chegando-se ao ponto de definir a trajetória política anterior da Venezuela como de relativo sucesso e crescimento do poder de compra dos venezuelanos em Miami, nos Estados Unidos.

Este discurso, de um passado idealizado, muito presente nas análises de cunho liberal e que não leva em conta a estratificação social, é uma prática típica deste modelo de pensamento, defendendo um único caminho de desenvolvimento para a humanidade. No caso mais específico deste texto, tem-se a “demonização” daquilo que veio na sequência, no caso a Revolução Bolivariana e, consequentemente, Hugo Chávez é apresentado como um ditador perverso.

Neste trecho, explicita-se a presença de todos os elementos classificados como “terrorismo da indignação”, ou seja, uma figura política apresentada como antidemocrática e antípoda dos preceitos democráticos, inimigo do livre comércio e da livre iniciativa, com a intenção de se manter no poder, exercendo cerceamento da contestação por parte de seus opositores, escolhendo gestores não por competência e sim por afinidade política, manipulando o sistema eleitoral e a opinião pública para manter a si ou seu grupo no poder.

Já em relação às eleições majoritárias de 2024 na Venezuela, são ainda mais ácidos, criticando o próprio governo brasileiro como sendo um apoiador de uma suposta fraude eleitoral. Podemos notar que existe uma intenção bem evidente de colocar o atual Governo do Brasil enquanto “sequestradores da diplomacia brasileira” e não como produto de eleições que expressaram a vontade popular. Tentar criar a imagem de que o Brasil apoia uma ditadura que nega os direitos universais da cidadania é uma prática não exclusiva do CF, mas muito comum do discurso liberal,

5 CLUBE FARROUPILHA. **Venezuela: a fraude Bolivariana.** Disponível em: <https://clubefarroupilha.com.br/venezuela-a-fraude-bolivariana/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

abordado nesta pesquisa. Para concluir esta reflexão, é preciso destacar que o Brasil desenvolve uma postura extremamente crítica ao governo venezuelano, não reconhecendo o próprio resultado das eleições em questão, bem como vetando a entrada da Venezuela nos BRICS. Estes temas não são objetos de estudo deste trabalho e, por isso, não se abordará as eventuais consequências da postura diplomática brasileira.

Primeiramente, é preciso definir o que é o campo progressista. Sendo assim, se torna necessário afirmar que existem diferentes eixos de construção de síntese para se definir o que seria o dito campo progressista e que não se chegará a um consenso sobre esta definição. Considera-se, para efeito de pesquisa, como campo progressista, principalmente, os agrupamentos político-partidários que apoiaram os governos federais, liderados pelo PT, e, em menor escala, partidos de esquerda com certa representatividade institucional, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Esta escolha se deve principalmente a questões de espaço. Em estudos posteriores, pretendo expandir estas reflexões para agrupamentos e partidos que possuem menor representatividade social e eleitoral.

Entremes, os governos de Lula ficaram caracterizados por terem sido governos que optaram pela tentativa de conciliação de classe e não por potencializar a luta de classes em nosso País. Vale destacar que, no período de 2003 até 2010, houve alta expressiva nas *commodities*, o que contribuiu muito para os índices econômicos do Governo em questão, tanto que Igor Palma Barbosa (2020) definiu o período como “milagrinho”. Por mais que o termo utilizado pelo autor não aparente ser de bom tom, é evidente que esta conjuntura foi muito benéfica para a postura de conciliação de classes dos governos Lula, já que havia uma certa margem para tentar agradar aos interesses de capitalistas e trabalhadores.

Já Dilma Rousseff (2011-2016) não encontrou uma conjuntura internacional tão favorável e não havia mais a mesma margem de conciliação. Ao optar pelo já citado ajuste fiscal, houve um choque com sua base de apoio, o que contribuiu muito para o enfraquecimento da resistência ao Golpe de 2016. Todavia, estes são fatos consumados e resta compreender como que o campo progressista em estudo deve pensar sua atuação na disputa pelo comando da institucionalidade do Estado.

O primeiro passo, talvez, seja o de não buscar respostas prontas e acabadas, pois um tema tão complexo não se esgota em breves páginas. Contudo, é preciso contribuir para a disputa, tanto na luta de classes no campo das ideias bem como também na prática social. Tendo em mente

que não se conseguirá alcançar soluções simplistas, se torna necessário a busca por contribuições da literatura do materialismo histórico e dialético sobre aspectos que podem auxiliar neste objetivo. Desta forma, se analisará um ponto de extrema importância para pensar a disputa do Estado por parte do chamado campo progressista, a luta de classes.

Em tese, se teria um “jogo de ganha-ganha”, onde tanto capitalistas como trabalhadores só teriam vantagens, o que desconsidera a própria luta de classes. O grande problema é que esta possibilidade só é possível em uma realidade de eterno crescimento econômico, o que está longe de ser uma constante no capitalismo, por mais que economistas do chamado campo liberal ortodoxo julguem acreditar nesta possibilidade.⁶

Com a retração econômica iniciada com a baixa no preço das *commodities*, tivemos o rompimento desta conjuntura e a necessidade de outras posturas por parte do governo da então Presidenta Dilma Rousseff. Como já dito, o caminho adotado foi o do rigoroso ajuste fiscal, o que expôs os limites da aliança governamental liderada pelo PT. De acordo com Marcos Nobre (2022), se iniciou uma crise em dois pontos que mantinham um tipo de pacto político, desde o processo de redemocratização, iniciado logo após o fim da Ditadura Civil-militar no Brasil: o peemedebismo e o presidencialismo de coalizão.

De fato, como já mencionado neste texto, as Jornadas de Junho de 2013 trouxeram para o centro do debate político uma série de personagens que antes estavam à margem das decisões políticas, como o próprio Bolsonaro. Este é o ponto que tanto o PT, enquanto líder de uma coalizão, que, de acordo com Boito Jr. (2018), reunia frações de classes com interesses dispare, se apoio muito na existência de uma burguesia brasileira, quanto o próprio PSOL, o qual se colocou, majoritariamente, contra o Golpe de 2016, por mais que não compusesse os governos liderados pelo PT, souberam lidar.

Depois desta explanação, urge compreender como se deu todo este processo, sendo preciso entender que os anos de estabilidade econômica também representaram uma mudança no paradigma da dita classe média brasileira. Os estudos de Blyth (2020), Boito Jr. (2018), Losurdo (2015),

6 Recomendamos a leitura da entrevista de José Eli da Veiga, o qual critica a possibilidade de crescimento econômico eterno, por ser insustentável por não se preocupar, inclusive, com as condições de vida das gerações futuras: Blog Ary Ramos. **Economistas ainda pensam em crescimento eterno, diz José Eli da Veiga**. Disponível em: <https://www.aryramos.pro.br/economistas-ainda-pensam-em-crescimento-eterno-diz-jose-eli-da-veiga/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

Rocha (2021) e Souza (2022), apesar das diferenças entre si, demonstram aquilo que se pode chamar de “caráter pendular” da pequena burguesia. Soma-se a isso, o próprio papel da Mídia, a qual, desde antes da chamada Operação Lava-jato, já havia iniciado um processo de criminalização do PT e de seus aliados. Tanto que o então Juiz Sérgio Moro foi alçado à categoria de “paladino da justiça”, argumentação desmontada por Pedro Souza (2022), que o definiu como “certa personificação da hipocrisia moral da alta classe média”.

Com tudo o que já foi dito aqui, é necessário compreender que não existe uma resposta pronta e acabada que possa, em um passe de mágica, determinar aquilo que o campo progressista possa fazer para retomar influência política perdida a partir do Golpe de 2016. Outro ponto é que as *think tanks* liberais, do tipo CF, passaram a ocupar um papel expressivo na política, tanto no âmbito municipal de Santa Maria – RS, quanto em outros níveis.

Apenas ignorar o problema não significa que ele não exista. Por isso, é necessário pensar maneiras de enfrentar essa apologia ao liberalismo que estas organizações promovem. Para tal, é de extrema importância que a esquerda reveja seu *modus operandi*, pois é preciso voltar a disputar os rumos da atual configuração da luta de classes no Brasil atual, colocando projetos em disputa na sociedade. Como afirma Jessé Souza (2018) se não houver reformas em muitas frentes e disputa política aguda, o Brasil manterá sua sina de extrema desigualdade na concentração de renda.

Considerações finais

Abordar a questão das *think tanks* e a luta de classes, no período da criação do CF até o Golpe de 2016, é uma tarefa extremamente importante para compreender as disputas político-ideológicas do Brasil atual. Rocha e Solano (2019) e Rocha (2021) desenvolveram importantes estudos no sentido de entender como estas organizações ganharam importância, no sentido de deixarem de se constituir unicamente em fóruns de internet e passarem a disputar diretamente os rumos do Estado brasileiro. Ao que tudo indica, estas organizações vieram para ficar na política brasileira e as desconsiderar seria um erro político muito grave.

Percebe-se que a esquerda brasileira, e não só santamariense, ainda precisa compreender a importância social das *think tanks* de cunho liberal. No caso do CF, é interessante considerar que, nas eleições municipais de

Santa Maria de 2024, as duas candidaturas majoritárias ligadas a esta *think tank* alcançaram 29.09% dos votos válidos no primeiro turno.

O fato de quase 30% dos eleitores de Santa Maria – RS terem optado por votar nas candidaturas de Roberta Leitão (PP) e Giuseppe Riesgo (Novo), mostra que o CF já é uma força suprapartidária expressiva na cidade, o que justifica a realização desta pesquisa.

Por fim, é importante compreender que o discurso liberal, ancorado nas elaborações de Ludwig Von Mises talvez possua o mérito de dialogar bem com a população em geral, tanto que me arrisco a dizer que se trata de uma simplificação do ideário neoliberal. Ponto este que, devido a sua importância, estará presente nas minhas futuras produções. Desta forma, pretendo contribuir para o debate sobre o papel que o dito campo progressista deve desempenhar para disputar os rumos do Estado brasileiro.

Referências

- BARBOSA, Igor Palma. **A alta das commodities agrícolas e o estabelecimento do milagrinho na economia brasileira do governo Lula.** *Conjuntura Global*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/75712>. Acesso em: 30 out. 2024.
- BARROS, Celso Rocha de. **PT, uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BLOG Ary Ramos. **Economistas ainda pensam em crescimento eterno, diz José Eli da Veiga.** Disponível em: <https://www.aryramos.pro.br/economistas-ainda-pensam-em-crescimento-eterno-diz-jose-eli-da-veiga/>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- BLYTH, Mark. **Austeridade:** a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- BOITO Jr., Armando. **Reforma e crise política no Brasil:** os conflitos de classes nos governos do PT. São Paulo: Unicamp/Unifesp, 2018.
- CARDOSO, Pedro Miguel. **A plutocracia norte-americana.** Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-plutocracia-norte-americana/>. Acesso em: 07 jun. 2025.
- CLUBE FARRROUPILHA. **Movimentos ambientais:** ideal ambiental ou jogo político? Disponível em: <https://clubefarroupilha.com.br/>

movimentos-ambientais-ideal-ambiental-ou-jogo-politico/. Acesso em: 07 jun. 2025.

CLUBE FARROUPILHA. **Venezuela:** a fraude Bolivariana. Disponível em: <https://clubefarroupilha.com.br/venezuela-a-fraude-bolivariana/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

CLUBE FARROUPILHA. **O Estado como organização social detentora do monopólio da coerção.** Disponível em: <https://www.clubefarroupilha.com.br/o-estado-como-organizacao-social-detentora-do-monopolio-da-coercao/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

Jornal Carta Capital. **Entenda o processo dos “cinco do Central Park” contra Trump por difamação.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/entenda-o-processo-dos-cinco-do-central-park-contra-trump-por-difamacao/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

LOSURDO, Domenico. **Contra história do liberalismo.** Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império:** léxico da ideologia estadunidense. São Paulo: Boitempo, 2010.

LOSURDO, Domenico. **A não violência:** uma história fora do mito. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes:** uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente:** crise, sociedade do espetáculo, guerra. São Paulo: Editora Anita Garibaldi/Fundação Maurício Gabrois, 2020.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia:** de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

PARANAIBA, Adriano. **Por que é importante comemorar os 50 anos da South Royalton Conference?** Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/3375/por-que-e-importante-comemorar-os-50-anos-da-south-royalton-conference>. Acesso em: 09 jun. 2025.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises:** o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. **As direitas nas redes e nas ruas:** a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ROLIM, Luciano. **Especial Hayek.** Política monetária: Hayek contra o

keynesianismo. Disponível em: <https://clubefarroupilha.com.br/politica-monetaria-hayek-contra-keynesianismo/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

SIF10 (SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR FARROUPILHA - 10 ANOS). **Acervo de fotos.** Disponível em: <https://www.instagram.com/sif.clubefarroupilha/>. Acesso em: 04 mai. 2025.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira. **Uma história da desigualdade:** a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 2022.

SOUZA, Jessé. **A herança do golpe.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo:** a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE-RS). Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. **Roberta Leitão.** Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUL/RS/2045202024/210001995616/2024/88412>. Acesso em: 04 mai. 2025.

WOLFENBARGER, Jon. **Políticas econômicas de Trump:** o bom, o ruim e o incerto. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/3519/politicas-economicas-de-trump-o-bom-o-ruim-e-o-incerto>. Acesso em: 06 jun. 2025.

Capítulo 4

FEIRAS LIVRES ENQUANTO ESTRATÉGIAS DE AUTONOMIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: O CONTEXTO DE ITAJUÍPE, NO LITORAL SUL DA BAHIA

Wagner de Oliveira Rodrigues¹

Guilherme Carvalho Ramos²

Manoel Oliveira Neto³

Introdução

A discussão sobre segurança alimentar e nutricional nas cidades ultrapassa a dimensão puramente biológica da alimentação e insere-se no campo do direito urbanístico, do planejamento e da justiça social. As cidades, entendidas como espaços de coexistência e reprodução da vida, devem assegurar não apenas moradia, mobilidade e infraestrutura, mas também o acesso a alimentos de qualidade, a preços justos e culturalmente adequados. No contexto brasileiro, a reconfiguração das políticas públicas de abastecimento tem reposicionado as feiras livres como arenas centrais para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e, simultaneamente, para a concretização do direito à cidade, previsto no artigo 182 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

1 Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito (linha de Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos). Professor Titular lotado no Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. Advogado e Pesquisador, coordena o Grupo de Pesquisa “Fome de Direitos, Conflitos Agroambientais e Justiça Alimentar” e o Núcleo Extensionista Territorial em Direitos do Campo (Jus Soli). E-mail: worodrigues@uesc.br

2 Discente do Curso de Direito na Universidade Estadual de Santa Cruz. Bolsista de Iniciação Científica pelo Programa de Iniciação Científica pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Pesquisador no Grupo de Pesquisa “Fome de Direitos, Conflitos Agroambientais e Justiça Alimentar”. E-mail: gcramos.drt@uesc.br

3 Discente do Curso de Direito na Universidade Estadual de Santa Cruz. Voluntário de Iniciação Científica pelo Programa de Iniciação Científica pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Pesquisador no Grupo de Pesquisa “Fome de Direitos, Conflitos Agroambientais e Justiça Alimentar”. E-mail: moliveira.drt@uesc.br

As feiras livres representam, historicamente, o encontro entre o urbano e o rural, o formal e o popular, o trabalho e a cultura. Elas são, ao mesmo tempo, espaços econômicos e políticos, territórios de convivência, resistência e produção de sentido. Na contemporaneidade, diante da privatização crescente dos espaços públicos e da mercantilização da vida urbana, a feira ressurge como símbolo de reapropriação do território e de exercício democrático do espaço coletivo. Nelas, o alimento deixa de ser mera mercadoria e assume valor social, ético e simbólico, tornando-se meio de mediação entre comunidades rurais e populações urbanas.

O município de Itajuípe, situado no Território Litoral Sul da Bahia, constitui um exemplo expressivo dessa relação. A feira livre municipal, atualmente em processo de requalificação, revela a interdependência entre agricultura familiar, economia popular e políticas urbanas de abastecimento. Com base em levantamentos empíricos e em documentos locais, como a Lista de Produtores da Feira Livre Municipal de Itajuípe (2025), o presente trabalho investiga as dinâmicas territoriais, institucionais e simbólicas que estruturam o abastecimento alimentar da cidade, buscando compreender de que modo a feira livre se consolida como instrumento de efetivação do DHAA e de materialização do direito à cidade em escala local.

Assim, este estudo propõe refletir sobre as feiras livres como expressões do urbanismo cidadão e da justiça alimentar, analisando suas implicações para o planejamento municipal, para as práticas de soberania alimentar e para o fortalecimento das redes territoriais de produção e consumo. Parte-se da hipótese de que o fortalecimento das feiras enquanto equipamentos urbanos de abastecimento popular representa uma via concreta de construção de cidades mais inclusivas, democráticas e sustentáveis.

Acesso à cidade e alimentação: marcos fundamentais

De modo geral, registrar e analisar os elementos que reforçam o direito à alimentação adequada em determinado tempo e espaço contribui significativamente para o fortalecimento da própria essência dos direitos humanos fundamentais e para a compreensão das urgências impostas por uma cidadania que, sobretudo em áreas urbanas consolidadas, demanda um conjunto de instrumentos e políticas públicas capazes de reafirmar a dignidade humana daqueles que nelas vivem. Nesse sentido, identificar os equipamentos de promoção do direito à cidade associados diretamente ao

acesso à alimentação adequada revela-se essencial, pois é no cotidiano das práticas cidadãs que muitos desses direitos se materializam, como ocorre na relação entre o direito à cidade e as feiras populares.

Contudo, para avançar no tema é importante tratar da própria razão de ser do chamado “direito à cidade” e suas nuances no cotidiano do corolário de direitos que o cercam. Assim, tal se torna compreendido como um direito coletivo que assegura a todos os habitantes o usufruto pleno dos espaços urbanos, para além da lógica da propriedade privada ou da simples habitação. A cidade como obra de todos e não como mercadoria (Lefebvre, 1968) exsurge de um movimento de afirmação identitária e cidadã que não se resume num rótulo ou comportamento específico. A cidade, em si, demanda a construção de uma nova práxis urbana pautada na justiça social, na participação política e na apropriação democrática do espaço. A literatura contemporânea, por sua vez, tem tensionado esse conceito relacionando-o à ideia de “acesso à cidade” como expressão concreta dos direitos urbanos. Esse acesso diz respeito à mobilidade, à moradia, ao saneamento, à saúde, à educação, à cultura entre outros bens essenciais à vida digna nas cidades (Rodrigues *et al.*, 2021). A luta pelo direito à cidade, portanto, é inseparável da luta pelos direitos sociais e pela justiça espacial e pode envolver, inclusive, novos direitos - como é o caso do direito humano à alimentação adequada inserida pela Emenda Constitucional n. 64/2010.

Para o desiderato em comento a lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) institucionalizou diretrizes para o uso da propriedade urbana com base na função social e estabelece instrumentos para a gestão democrática e o planejamento participativo das cidades (Brasil, 2001). Ainda assim, como evidenciado em experiências locais, o ordenamento territorial nem sempre atua como instrumento de justiça e muitas mazelas ocorrem ignorando processos históricos de marginalização - como é o caso da própria fome como um projeto político institucional.

A fome é um “projeto político” que o Direito, quando convém, a instrumentaliza como ferramenta do agir público ou, do contrário e virtuosamente, a enfrenta como reflexo de um flagelo social dada a conjunturas sociais e políticas adversas reconhecidas no tempo e espaço. A “crise urbana”, historicamente retratada por inúmeras questões de (in)acesso às políticas públicas como habitação, mobilidade, serviços públicos etc., também inclui, dentre outros, o flagelo da fome manifesta especialmente por meio dos índices de insegurança alimentar e nutricional - que retratam, pelo não acesso regular a alimentos (em quantidade e qualidade mínimas à

sobrevivência humana) a vulnerabilidade urbana e rural que compromete a própria dignidade humana e o existir, também, nos espaços urbanos. Não à toa, “segurança alimentar - cidades e comunidades sustentáveis” são objetos da Organização das Nações Unidas retratadas nas suas metas de desenvolvimento sustentável para todo o planeta até o ano de 2030 (metas 02 e 11, respectivamente) (IPEA, 2023; NAÇÕES UNIDAS, 2024). Quando as suas populações estão seguras de que não passarão fome e terão condições de produção e escolha, livre e desimpedida, de participar destes processos de abastecimento popular estarão elas, portanto, tendo os seus direitos humanos respeitados e incluídos no processo de produção, econômica, cultural e social das cidades e de seus territórios em verdadeira expressão de cidadania.

No Brasil não é difícil de se compreender este cenário desafiador ao entendermos que o direito à cidade (hoje entendida como o direito aos territórios) (RODRIGUES, 2018) é um direito humano fundamental (art. 182 da Constituição Federal de 1988) na mesma medida do direito à alimentação é (art. 6º, caput) e que ambos se coincidem em níveis de efetivação em mesmo tempo e espaço quando o município, e as várias expressões multiterritoriais e pluriétnicas, é o foco. Conjugar instrumentos legais locais e, por meio de arenas locais, e viabilizar esta relação jurídica principiológica entre ambos direitos fundamentais é fortalecer, sobretudo, o Estado de Direito e realizar a cidadania de nível local em prol de todas as diversidades ali havidas, sejam elas do campo, dos territórios tradicionais e das periferias dos centros urbanos ali retratados. Dentre os direitos considerados urbanísticos, destacam-se como exordiais o direito à moradia, à mobilidade, ao saneamento, ao lazer e à alimentação. A alimentação, muitas vezes associada ao meio rural, vem sendo reivindicada também como um direito urbano, pois depende de políticas territoriais, de abastecimento e de acesso aos alimentos nos territórios populares (Ferreira et al., 2020). Assim, como apontam Rodrigues e Madeira (2021), o direito à alimentação deve ser entendido como parte da luta por justiça espacial e elemento indissociável do direito à cidade.

O direito humano à alimentação adequada é definido como o direito de toda pessoa ao acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e em conformidade com as culturas alimentares, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (Brasil, 2006). A consolidação institucional desse direito ocorre com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), estabelecido pela Lei nº 11.346/2006, que articula

ações intersetoriais com participação da sociedade civil para promover a soberania e a segurança alimentar (Brasil, 2006). Essa legislação parte do reconhecimento de que a fome e a má nutrição não decorrem apenas da escassez, mas da desigualdade e da ausência de políticas públicas eficazes.

Como demonstram Menezes e Medeiros (2023), a efetivação desse direito esbarra em determinantes sistêmicos - jurídicos, econômicos e políticos - que minam os instrumentos de justiça alimentar. A concentração fundiária, os subsídios às monoculturas e a mercantilização dos sistemas alimentares comprometem a soberania alimentar, especialmente nas periferias urbanas e nas populações em situação de vulnerabilidade. Historicamente, a alimentação foi tratada como uma questão ligada ao campo, mas a realidade urbana exige que se reconheça o espaço urbano como território de realização (ou negação) do direito à alimentação. Nas cidades, os desafios incluem não apenas o acesso físico a alimentos, mas também sua disponibilidade e a qualidade nutricional. As estratégias de realização do direito à alimentação no espaço urbano envolvem políticas públicas como os programas de aquisição de alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os restaurantes populares, os bancos de alimentos e as hortas urbanas (Belik, 2012).

Tais políticas evidenciam, assim, a urgência de uma articulação entre planejamento urbano e segurança alimentar. A cidade não pode ser pensada sem considerar os circuitos alimentares e os territórios onde se distribuem feiras, mercados, cozinhas comunitárias e hortas (Ferreira et al., 2020). Como demonstrado por Gonçalves et al. (2023), o planejamento territorial, quando descolado das realidades locais, pode excluir práticas alimentares tradicionais e romper redes de sociobiodiversidade. Portanto, o direito humano à alimentação adequada, em contexto urbano, deve ser compreendido como parte integrante do direito à cidade e da construção de territórios alimentares justos, saudáveis e sustentáveis.

Acesso à cidade, alimentação e as feiras livres locais

As feiras livres, mais do que simples estruturas de comercialização, configuram-se como territórios simbólicos e concretos de produção do urbano, espaços onde a economia popular, a cultura e o direito à cidade se entrelaçam em torno do alimento. Elas são, historicamente, uma das expressões mais antigas de organização comunitária das cidades, antecedendo os mercados formais e participando ativamente da formação

dos espaços públicos. No Brasil, seu papel transcende a dimensão comercial: representam modos de vida, práticas de sociabilidade e relações de reciprocidade que revelam o caráter múltiplo da cidade e sua dimensão socialmente construída (Silva, 2022).

A feira livre é, portanto, uma instituição social, cuja persistência e transformação ao longo do tempo refletem o próprio processo de urbanização. Araújo e Ribeiro (2023) observam que a permanência das feiras nas cidades contemporâneas expressa uma resistência à lógica da mercantilização dos espaços urbanos e do consumo padronizado. Elas reintroduzem o princípio da proximidade e da confiança, aproximando produtores e consumidores em relações que escapam, em parte, à lógica capitalista da intermediação e da impessoalidade. Nelas, o alimento recupera seu sentido comunitário e cultural, deslocando-se do lugar de mercadoria para o de bem comum, articulado à ideia de soberania e justiça alimentar.

Essa dimensão social e simbólica das feiras tem relação direta com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que, segundo Brignol (2024), só se efetiva quando há condições materiais e territoriais que assegurem o acesso contínuo, digno e culturalmente compatível aos alimentos. A feira, nesse contexto, representa um espaço de concretização desse direito, porque aproxima o cidadão de práticas alimentares sustentáveis e de sociabilidades locais baseadas na solidariedade. Ela é também um espaço de resistência às desigualdades impostas pela urbanização excludente, marcada pela concentração de serviços e pela privatização dos espaços públicos.

A estruturação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil consolidou a importância das feiras como instrumentos estratégicos de abastecimento. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) instituíram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que articula União, estados e municípios em ações voltadas à promoção do DHAA. Dentro desse sistema, as feiras são reconhecidas como equipamentos urbanos de segurança alimentar, cuja função ultrapassa a simples distribuição de alimentos e alcança a esfera da cidadania (ARAÚJO; RIBEIRO, 2023). Os autores destacam que as políticas municipais de apoio às feiras (infraestrutura, capacitação, crédito e logística) são determinantes para sua permanência e efetividade. Segundo eles, “a ausência de políticas urbanas

articuladas faz com que as feiras sejam tratadas como espaços informais ou meramente tradicionais, quando na verdade são parte integrante da política de abastecimento alimentar e da estrutura econômica das cidades” (ARAÚJO; RIBEIRO, 2023, p. 94).

A consolidação dessas políticas passa, portanto, por uma dimensão urbanística: é preciso reconhecer as feiras nos planos diretores municipais, integrando-as às redes de equipamentos urbanos, aos planos de mobilidade e aos espaços públicos de convivência. Quando o direito urbanístico se articula ao direito alimentar, a cidade deixa de ser mero cenário da circulação de mercadorias e passa a ser compreendida como ecossistema de reprodução da vida, onde o alimento é elemento estruturante do território e da cidadania.

As feiras livres são, também, espaços de mediação territorial entre o campo e a cidade. Elas operam como pontes concretas e simbólicas entre diferentes modos de produção, culturas e temporalidades. Costa (2024) argumenta que a feira é “uma estrutura plural que articula práticas educativas, políticas e culturais”, na medida em que o encontro entre produtor e consumidor gera não apenas a circulação de bens, mas a troca de saberes, experiências e valores comunitários.

Nessa perspectiva, o alimento deixa de ser apenas um produto e torna-se uma forma de comunicação social. Ele expressa as relações de pertencimento e de memória, tornando-se veículo de reapropriação dos territórios urbanos. Como afirma Silva (2022), as feiras materializam uma “reapropriação do espaço urbano pela população”, por meio da ocupação de praças e ruas que, em outros contextos, tenderiam a ser privatizadas ou esvaziadas de uso coletivo. Esse uso político e simbólico do espaço público restitui à cidade sua dimensão de bem comum, reafirmando o direito dos cidadãos de participar de sua construção e usufruto. No contexto brasileiro, onde a urbanização produziu centros de consumo segregados e periferias desassistidas, as feiras desempenham um papel corretivo e redistributivo. Elas funcionam como mecanismos de democratização do acesso aos alimentos, ao mesmo tempo em que devolvem à cidade uma função social historicamente negligenciada: a de ser um espaço de encontro e convivência, e não apenas de circulação e lucro.

O direito à cidade, como fórmula Lefebvre (1968), é o direito de transformar o espaço urbano em um território de vida e não de exclusão. Sob essa ótica, as feiras livres representam um exercício cotidiano desse direito, porque restituem à população o uso do espaço público, criando

formas autônomas e coletivas de viver e produzir na cidade. Brignol (2024) observa que as feiras possibilitam “o diálogo entre políticas públicas e práticas comunitárias”, materializando, no cotidiano, uma política urbana centrada na vida social e não apenas na gestão técnica dos espaços. A feira é, portanto, um equipamento urbano de democracia: ela combina acesso, participação, convivência e diversidade. Costa (2024) destaca que os estudos recentes sobre feiras revelam sua dimensão educativa e emancipatória, ensinando sobre o território, sobre os alimentos e sobre as relações humanas. Quando associadas a políticas públicas de abastecimento e de economia solidária, transformam-se em ferramentas urbanísticas de inclusão, combatendo a segregação espacial e social que marca as cidades brasileiras.

Essa articulação é especialmente relevante no contexto das cidades médias e pequenas, onde a feira ainda constitui o principal canal de abastecimento popular. Em tais localidades, o espaço da feira não é apenas um mercado, mas o centro simbólico da vida urbana, onde o direito à alimentação se concretiza em práticas cotidianas de troca, solidariedade e convivência. A feira é, assim, a tradução concreta de uma cidade viva, uma cidade que alimenta, acolhe e reconhece seus habitantes.

A dimensão ambiental e social das feiras também merece destaque. Ao promoverem a circulação de produtos locais, elas contribuem para reduzir a pegada ecológica do consumo urbano, fortalecendo economias regionais e práticas sustentáveis. Silva (2022) descreve as feiras como “ecossistemas urbanos de sustentabilidade”, porque reúnem práticas agrícolas, formas de organização comunitária e dinâmicas econômicas alternativas que produzem um território mais equilibrado. Esses espaços, portanto, não se limitam a reproduzir o mercado: eles o reinventam em escala local, transformando o ato de comprar e vender em um ato de cidadania.

Ao integrar alimentação, urbanismo e sociabilidade, as feiras livres revelam que o direito à cidade é também o direito ao alimento, ao convívio e à permanência nos espaços públicos. Elas demonstram que políticas urbanas e alimentares não são campos isolados, mas dimensões complementares de um mesmo projeto de sociedade: aquele que busca democracia territorial, segurança alimentar e justiça urbana. As feiras livres são, simultaneamente, instrumentos de política pública, espaços de resistência e arenas de cidadania. Elas condensam múltiplas dimensões:

econômica, cultural, ambiental e política, que tornam o alimento um vetor de reconfiguração do espaço urbano.

Em tempos de crescente privatização das cidades e mercantilização da vida cotidiana, sua existência reafirma a cidade como território do comum, onde o planejamento urbano deve servir não à acumulação, mas à vida. Deste modo, é possível afirmar que as feiras livres concretizam, em escala local, os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e do Direito à Cidade, articulando políticas de abastecimento, economia solidária e reapropriação do território urbano. Elas não apenas garantem o acesso a alimentos, mas devolvem à cidade sua função originária: ser um espaço de encontro, convivência e emancipação social.

Segurança alimentar e requalificação do espaço público: a feira livre de Itajuípe e suas transformações recentes

O município de Itajuípe, localizado no Território Litoral Sul da Bahia, apresenta-se como um núcleo intermediário entre os pólos regionais de Ilhéus e Itabuna. Sua posição geográfica o coloca em um eixo estratégico de circulação de pessoas, bens e alimentos, funcionando como ponto de convergência entre o campo e a cidade. A economia local é fortemente influenciada pelo setor de serviços, pelo comércio e pela agricultura familiar, ainda marcada pela presença histórica da monocultura do cacau, elemento que moldou tanto a ocupação territorial quanto às relações econômicas e produtivas do município.

Essa dependência do cacau, contudo, também traz desafios contemporâneos à diversificação agrícola e à construção de circuitos autônomos de produção de alimentos voltados ao abastecimento interno. Pequenos agricultores e feirantes relatam que a concentração fundiária e a valorização da monocultura reduzem o incentivo à plantação de gêneros alimentícios de ciclo curto, como hortaliças e grãos, destinados à feira livre municipal.

A atual administração municipal, por meio das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, coordenada por Maurício Santana, e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, dirigida por Anderson Uta, tem buscado fortalecer políticas públicas voltadas ao abastecimento popular e à valorização do pequeno produtor. A gestão implementa medidas de reestruturação da feira livre e de ampliação de programas de incentivo,

como o Credibahia, que oferece linhas de crédito de valores entre três e vinte e seis mil reais para comerciantes e feirantes.

Essas ações estão articuladas a um convênio com o Governo do Estado da Bahia, que permite o cadastramento formal dos feirantes e o acesso a linhas de crédito e capacitação. Segundo informações da Secretaria de Agricultura, há cadastro atualizado dos comerciantes, dividido por setores (hortifrutigranjeiros, carnes, grãos, produtos secos e manufaturados), com revisões periódicas e emissão de termos de permissão de uso. Essa formalização amplia a segurança jurídica e administrativa dos feirantes e favorece sua inclusão em políticas de fomento.

Além disso, o município busca fortalecer programas estruturantes de segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com o Estado, para estimular a compra de produtos locais e o escoamento da produção da agricultura familiar. O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) desempenha papel essencial nesse processo, fiscalizando a qualidade da merenda escolar e garantindo que parte significativa dos alimentos seja adquirida de produtores rurais do próprio município. Essas ações evidenciam um esforço institucional para conectar o campo e a cidade, promovendo uma segurança alimentar ativa, sustentada por instrumentos de crédito, gestão participativa e consumo local.

Durante a visita de campo, constatou-se que a feira livre municipal de Itajuípe é o principal equipamento urbano de abastecimento e sociabilidade popular. Localizada no centro da cidade, a feira abriga comerciantes de diversas seções e mantém um público fiel, composto majoritariamente por adultos e idosos que valorizam o contato direto com os produtores e a tradição do comércio local. Entretanto, o espaço enfrenta problemas estruturais acumulados desde gestões anteriores, como falhas na drenagem, infiltrações, falta de higienização dos banheiros e ausência de zeladoria. A atual administração herdou essas deficiências e, para enfrentá-las, iniciou uma reforma completa do antigo mercado municipal, com o objetivo de transformá-lo em um novo Centro de Abastecimento. Enquanto as obras são executadas, atualmente com cerca de dez trabalhadores atuando no canteiro, os feirantes foram realocados temporariamente para locais próximos, de modo a não interromper o comércio. Essa fase de transição tem gerado expectativas e apreensões: alguns comerciantes acreditam que a reestruturação trará melhores condições e visibilidade; outros temem excessos de fiscalização e a burocratização do trabalho informal.

O projeto do novo mercado prevê melhorias na acessibilidade, organização por seções, áreas cobertas, câmaras frias e espaços de armazenamento adequados. Durante as entrevistas, os feirantes destacaram que os valores cobrados em taxas referentes à ocupação de espaço, limpeza e energia são recolhidos diretamente pela Prefeitura, e parte dos recursos é destinada à manutenção e limpeza do local. Contudo, ainda não há prestação de contas pública e regular sobre o destino total dessas arrecadações, apontando um campo a ser aprimorado em termos de transparência e gestão.

Figura 01 – Centro de Abastecimento/”Mercadão” antes da reforma.



Fonte: Acervo Institucional (2025).

Figura 02 – Centro de Abastecimento/”Mercadão” em reforma.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

A fiscalização e a administração cotidiana da feira são realizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. As equipes de fiscais atuam no controle do uso dos espaços, da higiene e da cobrança de taxas. Há revezamento de fiscais ao longo da semana, e a Guarda Municipal realiza a vigilância noturna do local, garantindo segurança patrimonial. Embora ainda não exista uma equipe fixa de fiscalização, a administração planeja criar um núcleo permanente de gestão da feira, que possa atuar em conjunto com os próprios comerciantes, promovendo diálogo constante e participação coletiva nas decisões sobre o espaço.

No campo da organização social, destaca-se o papel do Sindicato dos Produtores Rurais de Itajuípe, entidade ativa que oferece cursos de profissionalização e intermedia o contato entre o poder público e os produtores rurais. Embora o município ainda não possua uma associação formal de feirantes, há um projeto em andamento para sua constituição, o que permitirá representação institucional mais sólida e envolvimento nas políticas de requalificação e gestão.

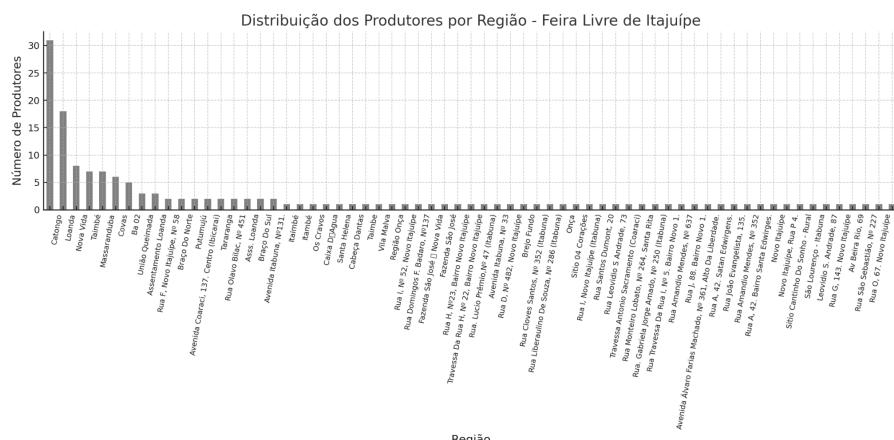
Ademais, o levantamento da Lista de Produtores de Itajuípe (2025), que reúne 169 feirantes cadastrados, revela uma rede de abastecimento amplamente descentralizada, com presença significativa de produtores em diferentes comunidades rurais do município. A análise dos dados indica que há concentração de registros em nove regiões principais, com destaque

para Catongo (18 produtores no total, somando as variações de grafia), Loanda (8), Massaranduba (6), Taimbé (6) e Covas (5). Há também núcleos menores, como Nova Vida e União Queimada, que somam cerca de dez produtores.

A presença de 31 registros sem identificação territorial explícita (sem região declarada) demonstra que parte dos produtores ainda atua em situação de informalidade cadastral, sendo este um aspecto relevante para o planejamento da nova fase de requalificação do Centro de Abastecimento. Essa ausência de padronização territorial indica que o sistema de cadastramento, embora abrangente, ainda requer integração administrativa entre as Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, garantindo melhor rastreabilidade da produção e maior capacidade de planejamento urbano-rural.

O gráfico de distribuição (ver abaixo) evidencia a capilaridade territorial da feira, com forte presença de produtores oriundos de áreas periféricas e comunidades rurais consolidadas. Esse padrão sugere que o abastecimento da feira é sustentado predominantemente por unidades familiares de produção localizadas no entorno de Itajuípe, o que reforça o caráter territorializado e autossuficiente do sistema alimentar municipal. O predomínio de regiões como Catongo, Loanda e Massaranduba também demonstra a importância dos vales e zonas intermediárias da zona rural, onde se concentram pequenas propriedades agrícolas e atividades agroecológicas voltadas ao consumo interno.

Figura 4 - Gráfico de distribuição dos produtores por região em Itajuípe, Bahia.



Fonte: Acervo Institucional (2025)

Esses dados, quando articulados ao processo de requalificação da feira livre e ao projeto do novo Centro de Abastecimento Municipal, revelam o potencial de integração entre as políticas urbanas e as estratégias de fortalecimento da agricultura familiar. A identificação territorial dos produtores, associada à infraestrutura física e à gestão participativa da feira, constitui um instrumento estratégico para o planejamento do abastecimento alimentar urbano, assegurando a efetividade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a função social do espaço público.

Assim, a feira livre de Itajuípe configura-se não apenas como um ponto de comercialização, mas como um território produtivo de conexão urbano-rural, cujo mapeamento e ordenamento espacial permitem compreender a cidade em sua totalidade: como espaço que acolhe, organiza e redistribui os fluxos de alimento, trabalho e sociabilidade.

A feira livre de Itajuípe reflete a dualidade entre produção local e dependência externa: enquanto as carnes são produzidas no próprio município, os grãos e cereais vêm de fora, principalmente de cidades vizinhas. Essa composição reforça a importância da feira como espaço de circulação de alimentos frescos e de origem conhecida, mas também revela a necessidade de políticas que estimulem a autossuficiência alimentar.

Os relatos de campo também evidenciaram a persistência de produtores locais com dificuldades estruturais, expostos às chuvas e à falta de barracas adequadas, o que impacta diretamente a renda e a dignidade do trabalho. Muitos enfrentam a desvalorização dos preços e os efeitos da pandemia de Covid-19, que reduziu drasticamente o movimento e as vendas. Ainda assim, o público permanece assíduo, reforçando o papel simbólico e social da feira como espaço de resistência e continuidade.

No meio rural, verificou-se que equipamentos públicos voltados ao beneficiamento, como a antiga casa de farinha comunitária, foram desativados e alienados, reduzindo a capacidade produtiva e o valor agregado dos alimentos locais. A influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é pontual, ligada a antigas experiências produtivas, sem registros recentes de conflito ou parceria direta com o poder público municipal. A feira livre de Itajuípe constitui não apenas um ponto de comércio, mas um espaço de memória, identidade e sociabilidade. Entre as histórias colhidas durante a pesquisa, destaca-se a de Raimunda, 60 anos, vendedora há quatro décadas, que trabalha sozinha todas as sextas e

sábados. Sua trajetória traduz a força da economia popular e a importância das feiras como espaço de autonomia, convivência e trabalho digno.

Figura 5 - Atual dinâmica de abastecimento alimentar da feira livre em Itajuípe.



Fonte: Acervo pessoal (2025)

Os comerciantes entrevistados expressaram diferentes expectativas quanto ao futuro da feira: parte acredita que a reforma trará valorização e reconhecimento; outra parte teme o aumento da burocracia e da fiscalização. Essa tensão revela o desafio central da política pública: equilibrar modernização e preservação das práticas tradicionais. A população acompanha com atenção o andamento das obras e manifesta preocupação com os prazos, já que a reforma, embora em curso, avança lentamente. No entanto, há consenso quanto à necessidade de requalificação e à importância de uma gestão compartilhada e transparente.

A experiência de Itajuípe demonstra uma transição em curso: o município caminha da informalidade histórica das feiras livres para um modelo de gestão integrada, participativa e institucionalizada, em que o direito humano à alimentação adequada se articula ao direito à cidade. O êxito desse processo dependerá da continuidade das ações públicas, do diálogo entre governo e feirantes e do fortalecimento dos instrumentos de participação social.

Considerações finais

O levantamento empírico realizado no município de Itajuípe revelou um quadro de reestruturação gradual das políticas de abastecimento alimentar. A feira livre, apesar das limitações físicas e institucionais,

permanece como um dos principais espaços de segurança alimentar e de expressão da cultura local. O envolvimento das secretarias municipais, a requalificação do mercado e a atuação de conselhos e sindicatos apontam para um cenário de fortalecimento das políticas públicas de base territorial, centradas no protagonismo dos feirantes e na valorização do alimento como direito.

O percurso analítico desenvolvido permite afirmar que o direito à alimentação adequada é, em essência, um corolário do direito à cidade. Ambos partilham a mesma base normativa e ética: a garantia de condições dignas de existência, a função social do território e a democratização dos bens essenciais à vida. Comer de forma adequada, saudável e culturalmente referenciada é uma dimensão concreta de habitar a cidade, pois envolve acesso a espaços públicos de abastecimento, infraestrutura urbana, transporte, renda e políticas de planejamento que assegurem o encontro entre produção e consumo. O alimento, nesse sentido, não se resume ao produto em si, mas constitui um elemento estruturante do espaço urbano e da cidadania.

No caso de Itajuípe, essa correlação se manifesta de maneira nítida. A feira livre municipal, sustentada por 169 produtores cadastrados oriundos de diversas comunidades rurais, como Catongo, Loanda, Massaranduba e Covas, representa um elo vital entre o campo e a cidade. O abastecimento diário, o contato direto entre feirantes e consumidores e a presença de redes familiares de produção configuram a feira como território de direito, onde o espaço urbano é reapropriado pelo trabalho, pela solidariedade e pelo alimento. Os dados revelam uma estrutura de abastecimento territorializada, que valoriza o pequeno produtor e mantém viva a lógica comunitária da economia local; tais dimensões que materializam, na escala municipal, o princípio da função social da cidade previsto no Estatuto da Cidade.

Essas constatações permitem vislumbrar propostas e caminhos concretos para a consolidação do direito à alimentação como direito urbano. O primeiro deles é o reconhecimento das feiras livres como equipamentos urbanos estratégicos de segurança alimentar, integrando-as formalmente aos planos diretores e às políticas municipais de desenvolvimento. O segundo, a criação de instâncias participativas permanentes (conselhos, comitês ou fóruns locais de alimentação) que assegurem o protagonismo dos feirantes e consumidores nas decisões de gestão do espaço. Por fim, a integração intersetorial entre agricultura, planejamento urbano, saúde

e educação é indispensável para transformar o abastecimento em eixo de política pública, não como ação pontual, mas como componente do direito à cidade e da justiça territorial.

Em síntese, o estudo de Itajuípe demonstra que o direito à alimentação adequada não se realiza fora do espaço urbano, mas nele se concretiza. A feira livre, ao reunir produção, circulação e encontro, é mais que um mercado: é um símbolo da cidade viva, onde o alimento se torna instrumento de cidadania e o espaço público, lugar de convivência e emancipação social. O fortalecimento dessas estruturas é, portanto, uma aposta na reconstrução das cidades a partir do cotidiano e das práticas populares: uma cidade que alimenta, acolhe e pertence a quem a produz e a quem dela se alimenta.

Referências

- ARAÚJO, Alexandre Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Iniciativas governamentais de apoio e fortalecimento às feiras livres brasileiras. Mundos Plurales*, v. 10, n. 2, p. 83–110, 2023.
- BELIK, Walter. *Políticas públicas e segurança alimentar no Brasil*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 159-168, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2001.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.
- BRIGNOL, Andressa Rodrigues. *Relato de experiência: a Feira do Guará como espaço para promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)*. RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 1, n. 1, p. 1–3, jan./jul. 2024.
- COSTA, Sara Soares. *Feiras livres: o que dizem as pesquisas sobre o fenômeno no Brasil? Revista Territórios Educativos*, v. 20, n. 1, p. 1–8, 2024.

FERREIRA, Aline Gonçalves; FIGARO, Rafael; ZANIRATO, Silvia. Planejamento urbano e alimentação: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Consea/UFF, 2020.

GONÇALVES, Caio Silveira; MONTEIRO, Ana Flávia Moreira; MADEIRA, Wilson de Jesus. Planejamento estratégico e sociobiodiversidade em Oriximiná: quando o ordenamento territorial produz o conflito. Rio de Janeiro: UFF, 2023.

ITAJUÍPE (BA). *Lista de Produtores da Feira Livre Municipal de Itajuípe*. Itajuípe: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 2025. 1 arquivo (.csv).

LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.

MENEZES, Felipe Gonçalves de; MEDEIROS, Marcelo Leite. Dos determinantes sistemáticos da injustiça alimentar: análise crítico-jurídica dos determinantes (jurídicos, políticos e econômicos) que atuam em face da efetividade dos instrumentos da justiça alimentar no Brasil. Niterói: UFF, 2023.

RODRIGUES, Wagner Costa; MADEIRA, Wilson de Jesus. *Direito à cidade e a luta por justiça espacial*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

UZÊDA, Mariella Camardelli (Org.). *O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia*. Ilhéus: Editus, 2004. 131 p. ISBN 85-7455-079-5.

Capítulo 5

SABORES DO KERB NO RIO GRANDE DO SUL: ALIMENTAÇÃO, IDENTIDADE E HERANÇA TEUTO-BRASILEIRA

Luciana Sanguiné¹

Introdução

Kerb é uma das celebrações mais tradicionais entre os descendentes de imigrantes de língua alemã no Rio Grande do Sul, integrando um conjunto de manifestações que envolvem religiosidade, música, dança e, de modo particular, a comida. Originalmente derivado do termo alemão *Kirchweih*, que, traduzido literalmente, significa “feira da igreja”, o Kerb surgiu na Europa Central como uma festa religiosa que marcava a consagração ou a inauguração de templos cristãos (Lenzi, 1989). Com o tempo, o termo Kerb passou a ser utilizado como forma abreviada de *Kirchmesse*, *Kerbfest* ou *Kirchweihfest*, designações associadas às festividades religiosas em homenagem ao padroeiro ou ao aniversário da fundação da igreja (Franz; Bezzi, 2022).

Ao ser introduzido no sul do Brasil, no contexto das colônias formadas a partir do século XIX, essa festividade foi reinterpretada e adaptada, adquirindo novas dimensões sociais e culturais. Para os imigrantes e seus descendentes, o Kerb tornou-se mais do que uma celebração religiosa, transformando-se em um ritual de reencontro e de fortalecimento comunitário, especialmente diante do isolamento² vivido nas antigas picadas coloniais (Wagner, 2020). Era o momento em que famílias e vizinhos se reuniam para confraternizar, trocar experiências e reviver costumes trazidos da Europa, mantendo viva a lembrança das terras de origem (Schneck et al., 2013). O Kerb representa, portanto,

¹ Doutoranda em História pela PUCRS, Mestra em Gestão de Projetos pela University of Essex, graduada em História, Letras, Engenharia da Computação e Gestão de TI. Pesquisa Imigração, identidade e etnicidade no Rio Grande do Sul.

² Sobre a revisão da ideia de isolamento das colônias alemãs, ver Witt (2024) *Eram os colonos alemães “isolados”? (Re)interpretações de uma tese*. O autor demonstra que, apesar das dificuldades geográficas, as colônias mantinham intensas redes de sociabilidade e circulação cultural.

um ritual de fé e também de convivência, configurando-se como espaço de preservação da memória coletiva dos grupos de ascendência teuto-brasileira, especialmente por meio da comida, que funciona como marcador simbólico de identidade e continuidade cultural (Franz; Bezzi, 2022).

Neste trabalho, emprega-se o termo “alemão” de forma geral, reconhecendo que nem todos os imigrantes historicamente categorizados dessa maneira eram, de fato, oriundos da Alemanha. A classificação “alemã” foi, em grande medida, uma construção administrativa e social que englobou imigrantes provenientes de diferentes regiões da Europa Central e Oriental, como Áustria, Alsácia-Lorena, Suíça, Boêmia e partes da atual Polônia e República Tcheca, muitos dos quais compartilhavam apenas a língua ou práticas religiosas semelhantes. Como reforça Dreher (2024), essa generalização foi recorrente nos registros e discursos oficiais. Assim, mais do que uma identidade nacional rígida, o que se consolidou no Rio Grande do Sul foi uma herança teuto-brasileira, marcada por trocas culturais, reelaborações e sincretismos que se manifestam especialmente na comida.

A alimentação, nesse contexto, é compreendida como um marcador identitário e relacional, conforme discutem Poutignat e Streiff-Fenart (1998), ao abordarem a etnicidade como uma categoria de fronteira e interação. No Kerb, comidas como cucas, linguiças, batatas, chucrute e doces coloniais ultrapassam a função nutricional e tornam-se expressões materiais de pertencimento e de continuidade cultural (Franz; Bezzi, 2022). Lesser (2015) observa que, no Brasil, a comida funciona simultaneamente como elemento de aproximação entre grupos e como afirmação de diferenças. O Kerb exemplifica essa dinâmica, pois a partilha da mesa configura-se como forma de sociabilidade que reforça vínculos familiares e comunitários, preservando memórias, sabores e gestos transmitidos entre gerações.

Ainda que este estudo se concentre no contexto gaúcho, reconhece-se que não há um Kerb único, mas múltiplas versões dessa festa, que variam de acordo com a história local, o grau de religiosidade, a organização comunitária e o processo de municipalização das celebrações. Em algumas localidades, o Kerb mantém seu caráter devocional; em outras, tornou-se evento turístico, com forte apelo gastronômico e cultural (Schneck et al., 2013). Essa diversidade, longe de descharacterizar a tradição, evidencia a vitalidade das práticas que, ao se transformarem, reafirmam a identidade e a sociabilidade dos grupos que as mantêm vivas.

Assim, este artigo tem por objetivo analisar a comida no contexto do Kerb como fenômeno simbólico e identitário, observando de que modo o ato de comer, preparar e partilhar alimentos expressa heranças culturais, memórias familiares e processos de pertencimento entre descendentes de imigrantes de origem germânica no Rio Grande do Sul. A partir de uma abordagem histórica e cultural, busca-se compreender a comida como linguagem social e patrimônio imaterial, capaz de conectar passado e presente, fé e celebração, tradição e transformação.

Caminhos metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa por permitir compreender os significados atribuídos às práticas sociais e culturais no contexto estudado. Tal escolha baseia-se na concepção de Denzin e Lincoln (2018), segundo a qual a pesquisa qualitativa busca interpretar os fenômenos humanos em seus ambientes históricos e simbólicos, privilegiando o sentido das ações e das narrativas em vez de sua quantificação. Assim, a análise concentra-se na interpretação de documentos e registros que expressam experiências coletivas e modos de pertencimento, tomando o texto como vestígio de práticas culturais e memórias compartilhadas.

O corpus empírico foi constituído a partir de obras produzidas por instituições locais, como o livro *Mosaicos de então: pessoas, fatos, lugares de memória, crônicas de Ivoi* (Wagner, 2020) e os registros de Schneck et al. (2013), que reúnem depoimentos de moradores e memórias transmitidas entre gerações. Esses materiais foram complementados com estudos teóricos sobre etnicidade, identidade e memória cultural, especialmente os de Poutignat e Streiff-Fenart (1998), Lesser (2015), Franz e Bezzi (2022), Dreher (2024), Neumann (2014) e Hobsbawm e Ranger (1997), o que permitiu estabelecer um diálogo entre o plano simbólico e as práticas sociais. A interlocução com esses autores possibilita compreender o Kerb simultaneamente como tradição preservada e como prática constantemente reinventada, revelando de que modo a comida funciona como mediadora entre memória, identidade e sociabilidade.

A análise privilegia a perspectiva interpretativa, inspirada na história cultural e nas metodologias da micro-história, que valorizam a experiência cotidiana e os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas. O Kerb é tomado como fenômeno social dinâmico, no qual a comida atua como

mediadora entre o sagrado e o profano, o passado e o presente, o individual e o coletivo.

O estudo, portanto, assume caráter essencialmente interpretativo, priorizando a leitura crítica de fontes locais e teóricas para compreender a comida como mediadora entre memória e identidade, sem recorrer a procedimentos quantitativos ou de campo.

A comida como elemento identitário e de sociabilidade

A centralidade da comida nas celebrações do Kerb evidencia seu papel como expressão de identidade, memória e pertencimento. Preparar e partilhar os alimentos torna-se um gesto de comunhão que conecta tempos e gerações, reafirmando vínculos afetivos e comunitários. O alimento atua como mediador simbólico entre fé e celebração, tradição e mudança, condensando nos sabores e nos rituais de comensalidade os sentidos mais profundos da herança teuto-brasileira. Nos tópicos a seguir, essa relação é explorada a partir de suas dimensões sociais, culturais e simbólicas, destacando a comida como linguagem de memória, trabalho e patrimônio.

Comensalidade e pertencimento

Durante os três dias de celebração do Kerb, o alimento ultrapassa sua função cotidiana e transforma-se em um objeto de memória. O preparo coletivo, realizado em família, converte o ato de cozinhar em uma prática simbólica que reforça vínculos afetivos e comunitários. Mais do que uma experiência culinária, trata-se de uma relação intergeracional, em que receitas, gestos e saberes são transmitidos como herança cultural. Comer e preparar a comida tornam-se formas de perpetuar costumes e reafirmar o pertencimento a uma tradição compartilhada.

As fontes memorialísticas analisadas, especialmente as obras de Wagner (2020) e Schneck et al. (2013), descrevem o Kerb como um momento em que o alimento reúne os laços de fé, memória e sociabilidade. Nas lembranças de antigos moradores, os preparativos começavam dias antes da festa, com a limpeza das casas, a pintura das paredes com cal e o planejamento do cardápio. As mulheres dedicavam-se à confecção de cucas, bolos e pães, enquanto os homens se ocupavam da criação dos animais, da fabricação das bebidas e da recepção dos convidados. Essa divisão de

tarefas expressava a estrutura social da colônia e a centralidade do trabalho familiar na organização da vida comunitária.

O ato de cozinhar e partilhar a comida tinha também valor simbólico. Franz e Bezzi (2022) observam que as práticas alimentares expressam as formas pelas quais um grupo se reconhece e se diferencia, e, nesse sentido, a comida do Kerb reforça fronteiras de pertencimento. Ao reunir famílias e vizinhos em torno da mesa, o alimento funcionava como mediador entre o passado e o presente, entre o individual e o coletivo. Como assinala Fischler (1988), comer é participar de um sistema de significados sociais e culturais, em que o alimento define quem se é e a qual grupo se pertence.

A fartura e a hospitalidade do Kerb representavam mais do que generosidade. Segundo Apadurai (1981), o alimento também constitui um campo de negociação de status e de poder, uma forma de “gastropolítica” que expressa hierarquias e sistemas de prestígio. Servir bem e oferecer abundância eram formas de reconhecimento social e de reforço dos laços comunitários. A mesa farta era símbolo de prosperidade e honra, transformando o ato de comer em uma linguagem de afeto e respeito.

A repetição dos rituais culinários nas festas anuais do Kerb reforça o que Hobsbawm e Ranger (1997) chamam de “tradição inventada”. O preparo coletivo das comidas, a organização da casa e a partilha da mesa são práticas que, ao serem repetidas de geração em geração, produzem coesão e continuidade. Como lembra Neumann (2014), diante da diversidade de origens dos imigrantes, foi necessário construir uma identidade comum retomando, e muitas vezes reinventando, tradições culturais. Assim, o ato de cozinhar coletivamente durante o Kerb recria vínculos familiares e afetivos em um novo espaço social, em que o sabor e o gesto adquirem a função de memória.

A imagem a seguir ilustra essa dimensão simbólica da fartura e da partilha. O conjunto de comidas típicas de café da manhã, almoço, sobremesas e café da tarde, inspirado nas tradições germânicas, sintetiza visualmente o repertório alimentar do Kerb e seu valor como elemento de identidade e sociabilidade.

Figura 1 – Café da manhã, almoço, sobremesas e café da tarde típicos do Kerb (cucas, embutidos, compotas, doces coloniais e pratos de influência germânica).



Fonte: Musskopf, 2016.

Essas práticas culinárias constituem um patrimônio imaterial, nos termos definidos pela UNESCO (2003), pois envolvem saberes e celebrações que expressam identidade e continuidade. O Kerb, nesse sentido, atua como um arquivo vivo de tradições que atravessam gerações, articulando religiosidade, convivência e memória. Como reforça Dreher (2024), a identidade teuto-brasileira formou-se não pela simples reprodução de costumes europeus, mas por um processo contínuo de adaptação e reelaboração cultural. As comidas típicas e os modos de preparo incorporaram ingredientes e técnicas locais, transformando-se em práticas que, ao mesmo tempo, preservam e reinventam a herança recebida.

Essa vitalidade se mantém nas celebrações contemporâneas, como observa o Jornal Repercussão (2024), ao relatar que as comidas típicas do Kerb “ganham sabor ainda mais especial” justamente por associarem-se à memória afetiva das famílias e ao sentimento de comunidade. O periódico destaca que, em cidades como Sapiranga e Dois Irmãos, o preparo coletivo continua sendo um momento de encontro intergeracional, em que o cheiro das cucas e das linguiças evoca lembranças e reforça laços entre as pessoas.

Nas narrativas de Schneck et al. (2013), o alimento é recordado como um elo entre tempos e pessoas. Famílias economizavam meses para garantir abundância, e o ato de partilhar a comida era descrito como expressão de solidariedade e honra. Comer juntos significava reconhecer-se como parte de um mesmo grupo, reafirmando a continuidade das tradições herdadas e o sentimento de pertencimento à coletividade.

Trabalho e transmissão geracional

O Kerb é uma celebração que só se concretiza por meio do trabalho coletivo. O empenho das famílias na preparação dos alimentos, na organização dos espaços e na recepção dos convidados revela um modo de vida em que o alimento atua como elo entre fé, dever e continuidade das tradições. Conforme descrevem Wagner (2020) e Schneck et al. (2013), as tarefas eram cuidadosamente distribuídas entre os membros da casa: as mulheres assumiam a panificação, as sobremesas e os pratos quentes, enquanto os homens se encarregavam do abate dos animais, da produção das bebidas e da montagem do salão. Essa divisão expressava uma estrutura social na qual o trabalho culinário feminino possuía um valor simbólico de cuidado, honra e pertencimento.

Woortmann (2007) argumenta que o trabalho alimentar das mulheres, mais do que uma função prática, é um espaço de construção de sentido e de reprodução de valores culturais. No contexto do Kerb, as mulheres garantem a preservação das receitas, dos modos de preparo e dos significados associados ao ato de cozinhar, atuando como mediadoras entre a tradição e a contemporaneidade. O aprendizado culinário, transmitido de geração em geração, constitui uma forma de educação moral e afetiva, em que gestos e palavras substituem registros escritos. Cada receita guarda fragmentos de uma herança coletiva, que sobrevive por meio da repetição ritual e da partilha do alimento.

A continuidade dessas práticas pode ser compreendida à luz do conceito de “tradição inventada” de Hobsbawm e Ranger (1997). As tarefas e os rituais do Kerb foram sendo reinterpretados e adaptados, acompanhando as transformações sociais e econômicas, mas mantendo-se como práticas de coesão e memória. Neumann (2014) observa que, diante da diversidade de origens dos imigrantes, foi necessário construir uma identidade comum a partir da reinvenção de costumes partilhados. O trabalho coletivo na preparação das comidas, portanto, não apenas preserva uma herança cultural, mas também reafirma os vínculos comunitários e a solidariedade intergeracional.

Essa dimensão simbólica do trabalho pode ser entendida, ainda, a partir da noção de “economia moral da comida” proposta por Mintz e Du Bois (2002). No Kerb, preparar em abundância é um gesto que expressa mais do que hospitalidade: é uma demonstração de honra, prestígio e reconhecimento social. A fartura dos alimentos reflete o esforço das famílias e o valor atribuído ao trabalho bem feito, constituindo uma forma de reciprocidade e de respeito dentro da comunidade. Cozinhar para o Kerb é um ato de generosidade que sintetiza fé, pertencimento e memória.

Dreher (2024) reforça que, nas antigas colônias germânicas do Rio Grande do Sul, o aprendizado culinário foi um dos principais meios de transmissão cultural. Mesmo com as mudanças nos modos de vida e a urbanização crescente, o Kerb continua a mobilizar famílias inteiras em torno da cozinha, reafirmando a importância do trabalho conjunto como herança imaterial. Preparar e servir as comidas da festa é, ainda hoje, um gesto que mantém viva a identidade teuto-brasileira, articulando tradição, afeto e resistência cultural.

Patrimônio, memória e reconfiguração cultural

O Kerb, ao longo de quase dois séculos, consolidou-se como uma das expressões mais emblemáticas da herança cultural teuto-brasileira. Diferentemente de grandes festivais de origem germânica como a Oktoberfest, cuja apreciação se tornou majoritariamente turística, o Kerb mantém vínculos orgânicos com a fé, com a comunidade e com a memória coletiva. Essas conexões fortalecem seu papel como plataforma simbólica de identidade e pertencimento em escala regional.

De acordo com a UNESCO (2003) e com as diretrizes do IPHAN (2000), o patrimônio cultural imaterial é composto por práticas,

representações e saberes que configuram identidades e garantem a continuidade das comunidades. No caso do Kerb, tais práticas envolvem rituais culinários, sociabilidades e celebrações comunitárias que persistem não por repetição estática, mas por adaptação e reconstrução constante. Desta forma, o alimento, os modos de preparo, a mesa compartilhada e o encontro coletivo funcionam como repertório vivo dessa herança.

A circulação simbólica do Kerb alcança a cultura popular contemporânea. A canção Kerbfest, do grupo catarinense Os Montanari, é versão em português da música alemã *Die Disco Oma*. Nos versos “A cuca e a linguiça vão repondo as energias / Tenho que estar preparado pois o Kerb são três dias”, a letra menciona alimentos típicos como símbolos de continuidade festiva. Essa adaptação musical evidencia como o Kerb se recoloca também na rememoração de tradições de imigração, mas como patrimônio em diálogo com a cultura popular contemporânea, ampliando sua relevância regional.

Hoje, o Kerb é reconhecido em diversos municípios do Rio Grande do Sul como manifestação de patrimônio imaterial, figurando em programas de salvaguarda e em roteiros turísticos regionais. No entanto, essa patrimonialização implica tensões entre celebração comunitária e mercantilização. Conforme o IPHAN (2000), salvaguardar esse tipo de patrimônio exige reconhecer o protagonismo das comunidades que o detêm e preservar sua função social original. A festa, ao mesmo tempo que se abre para o turismo e para o consumo simbólico, permanece um espaço de memória, devoção e convivência.

Assim, o Kerb continua a expressar uma identidade que se reinventa a cada edição, articulando festa, comida e coletividade. Não é apenas uma herança fixa, mas uma cultura em movimento que transforma memórias em práticas e práticas em memória compartilhada.

Considerações finais

O Kerb permanece como uma das expressões mais emblemáticas da herança cultural teuto-brasileira, revelando como práticas cotidianas, como o preparo e a partilha dos alimentos, condensam memórias e identidades coletivas. Ao longo de quase dois séculos, a festa resistiu às transformações sociais e econômicas, mantendo-se como um espaço de convivência, fé e celebração. A análise demonstrou que a comida, mais do que um elemento decorativo, constitui uma linguagem simbólica de

pertencimento e continuidade, sustentando vínculos entre gerações e reafirmando o sentimento de comunidade.

As fontes documentais e memorialísticas examinadas indicam que o alimento cumpre funções sociais e afetivas fundamentais, reforçando valores de hospitalidade, solidariedade e reconhecimento mútuo. O ato de cozinhar e comer juntos preserva costumes herdados e, ao mesmo tempo, permite reinterpretá-los à luz do presente. Dessa forma, o Kerb se atualiza continuamente, configurando-se como patrimônio vivo que combina tradição e transformação.

Apesar de sua relevância cultural, ainda há carência de registros e estudos etnográficos que documentem a dimensão simbólica do Kerb, especialmente a partir de olhares externos às comunidades que o celebram. A escassez de imagens e descrições detalhadas das práticas alimentares também limita a compreensão das transformações recentes e da permanência dos rituais culinários. Pesquisas futuras poderiam aprofundar o estudo da transmissão intergeracional desses saberes e observar como as novas gerações se relacionam com a festa no contexto contemporâneo.

Reconhecido em diversas localidades como parte do patrimônio imaterial, o Kerb reafirma-se como prática social de resistência e reconstrução identitária. A cada celebração, o encontro em torno da mesa, a música e a fé renovam o sentido de pertença e mantêm viva a memória coletiva. Mais do que um vestígio do passado, o Kerb representa uma tradição em movimento, um modo de viver e de celebrar a história por meio dos sabores e gestos que unem o passado ao presente.

Referências

APPADURAI, Arjun. Gastro-politics in Hindu South Asia. **American Ethnologist**, v. 8, n. 3, p. 494–511, 1981. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/ae.1981.8.3.02a00050>. Acesso em: 20 out. 2025.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **The SAGE handbook of qualitative research**. 5th ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

DREHER, Martin N. **Breve história das migrações alemãs para o Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2024.

FISCHLER, Claude. Food, self and identity. **Social Science**

Information, v. 27, n. 2, p. 275–292, jun. 1988. DOI: <https://doi.org/10.1177/053901888027002005>.

FRANZ, Juliana Cristina; BEZZI, Meri Lourdes. **Compreensão do código cultural da gastronomia entre os descendentes de imigrantes alemães no contexto regional do Vale do Taquari/RS**. In: OLIVEIRA, Ana Cristina Pereira de et al. (org.). *Dinâmicas espaciais: olhares sobre o agrário, o urbano e o cultural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. p. 209–218.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais: Patrimônio Imaterial e o Registro de Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares**. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2025.

JORNAL REPERCUSSÃO. **Comidas típicas ganham sabor ainda mais especial durante o Kerb**. Jornal Repercussão, Sapiranga, 20 jan. 2024. Disponível em: <https://www.jornalrepercussao.com.br/cultura-2/comidas-tipicas-ganham-sabor-ainda-mais-especial-durante-o-kerb>. Acesso em: 20 out. 2025.

LENZI, Zuleica M. **O Kerb em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC; Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado, 1989.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasiliade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MINTZ, Sidney W.; DU BOIS, Christine M. The Anthropology of Food and Eating. **Annual Review of Anthropology**, v. 31, p. 99–119, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.32.032702.131011>. Acesso em: 20 out. 2025.

MUSSKOPF, Dióvana. **Kerb – festa com comida típica alemã**. Prezi, 4 out. 2016. Disponível em: <https://prezi.com/y7sun4wu5tbg/kerb-festa-com-comida-tipica-alema/>. Acesso em: 24 out. 2025.

NEUMANN, Rosane Marcia. Imigração e identidade étnica: a construção do “ser alemão” no Sul do Brasil. **História: Debates e Tendências**, v. 14, n. 1, p. 94–107, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5965766>. Acesso em: 25 out. 2025.

LIMANA, Caroline Heckler; FARINHA, Alessandra Buriol. Festa étnica

como bem cultural: a Kerbfest de São Paulo das Missões - RS. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 6–21, 2023. DOI: 10.18472/cvt.22n3.2022.2018. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/2018>. Acesso em: 20 out. 2025.

OS MONTANARI. **Kerbfest**. [S. l.]: Gravações Continental, 2018. 1 disco sonoro (3 min 10 s). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/os-montanari/kerbfest/>. Acesso em: 20 out. 2025.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SCHNECK, Andrea Cristina Baum; KLEIN, Liane Kunz; SILVA, Liane Maria Pereira da; FINGER, Norma. Alegres tempos de Kerb em Ivoiti. In: KREUTZ, Roque Amadeu (org.). Bom Jardim–Ivoiti no palco da história. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. p. 173–180.

WAGNER, Hermedo Egidio. Kerb ontem e hoje em Ivoiti. In: BAUM, Andréa Cristina; MEINE, Belmiro; WAGNER, Hermedo Egidio; et al. (orgs.). **Mosaicos de então: pessoas, fatos, lugares de memória, crônicas de Ivoiti**. Ivoiti: Sociedade Ivoitiense de Estudos Humanísticos, 2020. cap. 4.1, p. 108–109.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/convention>. Acesso em: 20 out. 2025.

WITT, Marcos. Eram os colonos alemães “isolados”? (Re)reinterpretações de uma tese. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, [S. l.], n. 166, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/136494>. Acesso em: 24 out. 2025.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Padrões alimentares, trabalho e turismo: da tradição à modernidade. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO (ANPTUR), 4., 2007, São Paulo. **Anais**[...]. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2007. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/4/133.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

Capítulo 6

SOCIEDADE EM PERSPECTIVA: A HISTÓRIA SOCIAL, O MICRO, O MACRO E O GLOBAL NO ESTUDO DAS SOCIEDADES HUMANAS

Miguel Augusto Pinto Soares¹

A história e a sociologia, nos primórdios do século XX, iniciaram um relacionamento acadêmico bastante profícuo, no que diz respeito aos embates que caracterizaram a relação entre ambas nos anos anteriores. Essa aproximação teórica e metodológica entre essas áreas do conhecimento gerou o crescimento e o desenvolvimento da história social e da sociologia histórica, representando uma alteração importante nos trabalhos realizados por estas disciplinas e, sobretudo, na relação entre elas.

Revistas de história e sociologia começaram a evidenciar um empenho renovado nos temas históricos apresentados pela sociologia, assim como, inquietações sociais trabalhadas com uma perspectiva mais histórica. Também foram lançados inúmeros livros que corroboravam esse novo momento, merecendo destaque as obras *Historical Sociology* de Philip Abrams, *As Sociology Meets History* de Charles Tilly, *Sociology and History* de Peter Burke e *The Sociological Imagination* de D. Wright Mill, entre outras obras.

Cabe destacar, que persistia entre historiadores e sociólogos, o entendimento da sociologia como área de métodos e teorias, e a história relacionada a dados e elucidações do passado, estudos de caso sobre o qual a teoria sociológica deveria ser verificada. Nesse sentido, compete salientar que a história é uma ciência tão teórica como a sociologia (KAYE, 1989).

Assim, os historiadores podem oferecer à teoria social tanto quanto os sociólogos. A falta de rigor nas contribuições que os historiadores têm conseguido dar à teoria social não tem sido característica apenas dos especialistas não marxistas. Isto é, até há poucos anos, os estudos marxistas do pensamento social não conseguiram reconhecer o trabalho teórico dos historiadores (mesmo dos marxistas), apesar da importância capital da história no pensamento e na obra do próprio Marx (KAYE, 1989, p. 165).

1 Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica. Bolsista CNPQ.

A História Social, por fim, começava a aparecer com força junto a história política, econômica, cultural, entre outras. Aos poucos foi surgindo uma intenção da historiografia de formar e apreender a história social como área do conhecimento referente a uma dimensão social específica. A história econômica e a história social em seguida se uniram a nova história política, a história demográfica, a História Cultural, a História das Mentalidades. Segundo Barros existe na história social diferentes objetos de pesquisa

Recortes humanos (as classes e grupos sociais, as células familiares), ou a ‘recortes de relações humanas’ (os modos de organização da sociedade, os sistemas que estruturam as diferenças e desigualdades, as formas de sociabilidade). Em um caso, estudam-se fatias da sociedade (ou os subconjuntos internos à sociedade); em outro caso, estudam-se elementos específicos e transversais que parecem atravessar a sociedade por inteiro, os mecanismos de organização social e os sistemas de exclusão, por exemplo, atravessam a sociedade como um todo (BARROS, 2005, p.12).

Segundo o autor, existe uma forma pontual de como a História Social apreende os processos políticos e econômicos. Barros afirma que “as repercuções sociais dos fatos políticos e econômicos, seja nos grupos específicos ou em um conjunto mais amplo, devem ser também objetos privilegiados para os historiadores sociais.” (BARROS, 2005, p.14), destacando que não existem fatos políticos, econômicos ou sociais isolados. Cabe ao historiador social dar a devida abordagem, a partir do seu interesse, a cada um dos elementos – políticos, econômicos, culturais, sociais, entre outros.

A história social, ao longo do tempo, foi sendo vista como uma sub-especialidade da História, focada em elementos específicos e que se diferenciavam dos objetos das outras formas de se fazer história, entretanto, alguns historiadores começaram a identificar a história social como uma “história total”, que pretendia obter uma síntese da distinção de dimensões e abordagens ligadas a análise de uma determinada comunidade ou formação social, conclui Barros

Portanto, estaria a cargo da História Social criar as devidas conexões entre os campos político, econômico, mental e outros – o que implica que nesta acepção a História Social deixa de ser uma modalidade mais específica, como qualquer outra, para se tornar o campo histórico mais abrangente que se abriria à possibilidade da mediação ou da síntese ... História Social como História da Sociedade.” (BARROS, 2005, p.15).

A meta dos historiadores da sociedade, ou do social, é abarcar o cerne, a originalidade de uma sociedade em seus inúmeros aspectos

em comum, situar meticulosamente a essência de cada elemento, essa intervenção determina, um intenso estudo comparativo. Nesse sentido, Antoine Prost afirma a conveniência que sejam buscadas ocasiões sociais diversas e compará-las entre si, assim, através do método comparativo, examinar se os fatos analisados sofrem, frequentemente, alterações semelhantes ou não. Nesse sentido, quanto mais o historiador abrange seu campo de pesquisa, melhor serão os resultados. Como exemplo, Prost refere o estudo de Durkheim que ao pesquisar a “prática” do suicídio buscou comparar a incidência dessa em diferentes países, classes sociais, perfis psicológicos, grau de formação de ensino, religiosidade, entre outros tantos possíveis fatores que levavam ao suicídio (PROST, 2008, p. 173).

O autor refere que o método comparativo, para que origine bons resultados deve ser imprescindível que os fatos sociais sejam tratados como “coisas”. O ponto fundamental incide em arquitetar fatos sociais enquanto sociais, se prestando, assim, à comparação. Prost aduz

Tal assertiva não significa que eles sejam coisas. Aliás, seria uma provocação criticá-lo por ignorar o aspecto moral ou psicológico das coisas: ele (Durkheim) conhecia perfeitamente esse aspecto. Simplesmente, ele optou por afastá-lo porque essa era a única maneira de construir fatos sociais que se prestassem à comparação: “Uma explicação puramente psicológica dos fatos sociais deixará escapar, forçosamente, tudo o que eles têm de específico, ou seja, de social” (PROST, 2008, p. 175)

O fato social, segundo o autor, necessita ser alcançado através de dados, que se aplicam à análise, “tais dados são exteriores aos indivíduos, se impõem a eles de fora, o que significa que são coletivos ou se impõem a uma coletividade. A porcentagem dos suicídios em determinada população é um fato social, assim com a mortalidade por acidentes de trânsito ou o desemprego” (PROST, 2008, p. 176). A comparação ordenada pressupõe uma constituição prévia, atingindo assim, um resultado correto e legitimado a partir dessa metodologia.

Antoine Prost, além da obra de Durkheim, cita também o estudo de P. Barral (BARRAL, 1968) que empreendeu uma comparação sociológica nas regiões rurais construídas por ele com essa finalidade

[...] em resumo, ele procedeu ao cruzamento dos três critérios adotados: o modo de valorização dominante (grandeiro ou meeiro/latifundiário), o volume das produções agrícolas e a religião. Assim distinguiu democracias rurais (de direita ou de esquerda, segundo o

fator religioso); e regiões de agricultura capitalista” (PROST, 2008, p. 177).

O autor também destaca a obra de André Siegfried de 1913, *Tableau politique de la France de l'Ouest* (SIEGFRIED, 1913), a qual trabalha com uma análise pioneira. Refere Prost

uma análise esforçava-se por situar em mapas, meticulosamente, as diferentes variáveis sociais e compará-las com a orientação política. Em seguida, a comparação de mapas individuais — aliás, frequentemente, de maneira bastante aproximada — tomou-se um dos métodos usuais no exercício do ofício. As correlações entre os dados que os mapas traduzem deveriam ser calculadas sistematicamente: então, seria possível perceber que, na maior parte das vezes, a influência exercida pelas diferenças é superior à das semelhanças nas quais se concentra o comentário (PROST, 2008, p. 184).

Nesse sentido, cabe ao historiador decidir o método que possibilitará ajudar a responder os problemas levantados no projeto de pesquisa e no discurso histórico, em meio a conjuntos explicativos ou abrangentes, e séries ligadas ao método comparativo, de modo quantificado, nem é o casamento da insensibilidade dos balancetes com a arte da imaginação, “a mescla inconfessável de métodos heterogêneos, mas sim a utilização de uma verdadeira gama de argumentos que se desenrola, inteiramente, em um universo em que os conceitos são indissociáveis de seus contextos” (PROST, 2008, p. 184).

Sendo assim, percebe-se que a história social ganhava cada vez maior destaque no meio historiográfico, principalmente no que diz respeito ao viés metodológico. Nas décadas de 1960 e 1970, encontrava-se profundamente abalizada por uma qualidade distinta de metodologias quantitativas para o estudo das diferentes fontes históricas. Fontes essas que poderiam ser fontes demográficas, judiciais, inventários post-mortem, testamentos, contratos de casamento, documentos de cartório, registros eleitorais e fiscais, entre outros; “proliferaram os estudos sobre estratificação sócio-profissional, estratégias matrimoniais, alianças sociais, mobilidade geográfica e social.”

Também as pesquisas referentes aos movimentos sociais, ou ainda, das representações coletivas, foram intensamente condicionadas pelas fontes qualitativas. Com o aparecimento da informática, ainda se conservou a metodologia serial, entretanto, como salienta Castro “apesar dos expressivos resultados, a quantificação corria o risco de transformar-se em panaceia. O reconhecimento de seus limites metodológicos e teóricos

está na base da evolução da disciplina nas décadas de 1970 e 1980” (CASTRO, 1997, p. 52).

Na verdade, a partir da década de 60, a história social seguiu um caminho que valorizava as questões referentes a constituição das identidades coletivas e focando de maneira intensa nas posições sociais, hierarquias e estratificações sociais numa perspectiva com claro viés advindo da sociologia. Também ocorreu uma forte influência da antropologia no que diz respeito a enfoques socioculturais. Nesse sentido, também merece destaque a aproximação com a “história vista de baixo” sob égide da escola social (marxista) inglesa, principalmente a influência de E.P. Thompson.

A tradição marxista britânica de história social do trabalho e a obra de Thompson, em especial, haviam colocado as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social. O desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse inicial no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência. Tal postura implicou profundas reavaliações metodológicas. Que fontes utilizar para dar voz às pessoas comuns? A prática e o debate metodológico em relação ao uso da técnica de história oral neste campo têm sido intensos nos últimos vinte anos, mapeando seus avanços e limitações.²⁰ Um intenso intercâmbio com a antropologia permitiu transformar mitos, rituais e imagens em fontes históricas (CASTRO, 1997, p. 52).

Hebe Castro argumenta que “o esforço interpretativo de contextualizar culturalmente acontecimentos sociais, a princípio ininteligíveis ao pesquisador, mostrou-se uma chave extremamente fértil na luta contra o anacronismo, perigo sempre presente para o historiador.” (CASTRO, 1997, p. 57).

Em meados dos anos 70, e durante toda a década de 80, a história social trilhou novos caminhos metodológicos afastando-se dos modelos anglo-franceses e americanos. As novas alternativas de se fazer história veio da Itália, que legou à História duas metodologias que muito contribuíram para as abordagens sociais, a Micro-História e a história oral, tendo como historiadores protagonistas Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Alessandro Portelli e Luisa Passerini.

Tanto a Micro-História como a História oral despontam no contexto da derrota política e do colapso cultural de 1968 na Itália. Ambas, aos poucos, foram se ligando e se apoiando em um novo “fazer histórico”, que logo teria amplo uso na história social.

Os pioneiros da história oral italiana descobriram as fontes orais fazendo trabalhos de História Oral: conduziram pesquisas circunscritas, empiricamente fundamentadas, procurando novas variedades de documentos, mesmo aqueles menores [...] Se os historiadores da oralidade encontraram a Micro-História, quando esta ainda não existia, os historiadores da micro-história utilizaram as fontes orais ainda antes de serem definidas como tais (CASELATTO, 2016, p. 56)

Nesse contexto (1970), o debate historiográfico envolvia o “problema de subverter a centralidade e hierarquias de espaços e de experiências sociais” (CASELATTO, 2016, p. 56). Os historiadores da micro-história discutiam o momento pelo qual a História passada e se debruçavam em métodos como o saber indiciário, traços, o olhar dos arqueólogos referente a realidade presente e a demarcação do espaço como instrumento para melhor comprehendê-la. Ao final da década de 70, os historiadores da “geração” 1968 já lançavam obras de destaque, muitos lecionavam em universidades e se tornavam referência para inúmeros profissionais da História.

Na década de 1980, evidenciou-se uma divisão entre os historiadores militantes e os historiadores acadêmicos, nesse momento haverá um fortalecimento da experimentação historiográfica no campo empírico, nas dimensões teórico-metodológicas “aprofundando limites disciplinares, cronológicos e geográficos; essa experiência seria considerada como um dos produtos mais interessantes da historiografia italiana a nível internacional.” (CASELATTO, 2016, p. 56).

Também na década de 1980, lentamente vai ocorrendo o relacionamento entre a micro-história italiana e a história global que, inicialmente, ficou restrito à forma narrativa. Uma série de trabalhos narravam de forma cativante e menos “dura” que a das ciências sociais, apresentando indivíduos viajantes, imigrantes, que transitavam por diferentes regiões, vivendo diferentes culturas, aprendendo diferentes línguas, sob determinadas leis e políticas internacionais. Estes trabalhos caíram no gosto do público, em geral, e obtiveram grande sucesso além das fronteiras das universidades.

Atualmente, os historiadores debatem buscando compreender o que vem a ser uma história global. Carneiro aduz que

Numa interpretação convencional (Crossley, 2008) história global é o rejuvenescimento de tentativas heroicas passadas de se escrever uma história universal, como ela foi concebida através dos séculos e em múltiplas civilizações por autores tão diversos como Heródoto,

Abu al-Hasan Ali ibn al-Husayn al-Mas'udi (895-957), Rashid al-Din (1247-1318) e Arnold Joseph Toynbee (1889-1975). Mas nem todos os trabalhos mais recentes encerrados nessa rubrica aspiram a escrever uma história universal, não importa o quão ecumônica ela seja (CARNEIRO, 2021, p. 215)

Segue Deivy Carneiro

A despeito da heterogeneidade de designações e metodologias, as contribuições que se autointitulam como sendo de história global, na maior parte das vezes adotam uma análise de escala macro. Elas examinam catástrofes demográficas, grandes migrações forçadas ou voluntárias, desastres ecológicos, invasões militares e progressos tecnológicos. Elas oferecem comparações estruturais entre continentes, impérios e oceanos, e também enfatizam rupturas e transformações no longo prazo (CARNEIRO, 2021, p. 216)

Na sua mais destacada variante, a micro-história dedicou-se “a análise de escala reduzida para todos os objetos de pesquisa (tanto para um vilarejo como para uma cidade, por exemplo), mas também combinou as escalas micro e macro, em vez de tão somente favorecer a microescala” (CARNEIRO, 2021, p. 218). O autor refere Levi (1992:96), o qual percebeu que “mesmo a simples ação de, digamos, alguém indo comprar pão, na verdade concentra o sistema muito mais amplo, que concerne todo o mercado mundial de grãos” (CARNEIRO, 2021, p. 218). Nesse sentido, podemos encontrar algum ponto de convergência entre a macro e a micro-história, daí um dos motivos do porquê de os micro-historiadores italianos terem se debruçado sobre temas globais.

A partir da proeminência do global, esse aspecto foi moldado com um objetivo específico “a vida de um indivíduo singular é reconstruída com o intento de dar conta da tarefa mais elusiva da história global: compreender as múltiplas e imbricadas conexões através de culturas e grupos a partir da vida de um determinado indivíduo.” (CARNEIRO, 2021, p. 219).

Os atores dessas micro-histórias globais são protagonistas que viveram movimentos geográficos e culturais, frequentemente vêm de grupos minoritários. Atualmente muitos debates discorrem sobre o foco no micro e o foco no macro. Como vimos, muitas teorias e metodologias foram “construindo” a história social da forma que vemos hoje, rica, interessante e com novos conceitos em destaque. Independentemente dos usos e desusos de todos esses elementos que compõem a história social, o que podemos perceber é um fortalecimento cada vez maior dessa forma

de se fazer história. Com certeza, novos caminhos surgirão, para o bem do conhecimento histórico e para os leitores, que cada vez mais se interessam pela história social.

Considerações finais

A trajetória historiográfica apresentada demonstra que a História Social consolidou-se como um dos campos mais dinâmicos e férteis da disciplina histórica, em constante diálogo com a sociologia, a antropologia e outras ciências humanas. Desde o início do século XX, com a aproximação entre historiadores e sociólogos, observou-se uma crescente preocupação em compreender as estruturas e práticas sociais a partir de um olhar interdisciplinar, capaz de articular teoria e empiria.

O percurso metodológico abordado evidencia que a História Social, ao privilegiar as relações humanas, as práticas cotidianas e as formas de sociabilidade, abriu espaço para novas interpretações sobre o funcionamento das sociedades. A incorporação de métodos quantitativos e qualitativos, o uso de fontes diversas e o diálogo com outras áreas permitiram ao historiador social construir uma visão mais complexa e abrangente do passado.

A partir das décadas de 1970 e 1980, com o surgimento da Micro-História italiana, o olhar histórico voltou-se para a análise de pequena escala, valorizando a experiência individual e as particularidades locais como vias legítimas para a compreensão do social. Essa perspectiva não se opôs à História Social, mas a complementou, ao enfatizar a profundidade do vivido e as singularidades das trajetórias humanas. Ao mesmo tempo, a História Oral ampliou o campo de fontes, permitindo o registro das vozes antes silenciadas pela historiografia tradicional.

Por outro lado, o advento da História Global, nas últimas décadas, trouxe novos desafios e possibilidades. Inspirada em autores como Crossley (2008), al-Mas‘udi, Rashid al-Din e Toynbee, essa vertente busca compreender os fenômenos históricos em escala macro, destacando as conexões e interdependências entre sociedades, culturas e economias ao longo do tempo.

Nesse sentido, observa-se um movimento de convergência entre as perspectivas micro e macro, que, longe de se excluírem, tornam-se complementares no esforço de compreender a complexidade das sociedades humanas.

Em síntese, a História Social, a Micro-História e a História Global constituem abordagens interligadas que, cada uma a seu modo, contribuem para a ampliação do olhar historiográfico. Juntas, possibilitam ao historiador apreender o social em múltiplas escalas — do cotidiano ao sistema mundial — e reafirmam o papel da história como ciência interpretativa, crítica e comprometida com a compreensão das experiências humanas em sua totalidade. Essa pluralidade de métodos e enfoques é, hoje, o principal traço distintivo da historiografia contemporânea, que se mantém aberta, dinâmica e em permanente reconstrução.

Referências

- ABRAMS, Philip. *Historical Sociology*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1982.
- BARROS, José d'Assunção. *História Social: seus significados e seus caminhos*. LPH – Revista de História, Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, n. 15, 2005.
- BURKE, Peter. *Sociology and History*. London: George Allen & Unwin, 1980.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines (orgs). *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*, Rio de Janeiro: FGV, 2021.
- CASELATTO, Alessandro. *História Oral e Micro-História*. IN: VENDRAME Maíra; KARBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Ensaios de Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo-RS. Editora Unisinos, 2016.
- CASTRO, Hebe. *História social*. IN.: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CROSSLEY, Pamela Kyle. *What is Global History?* Cambridge: Polity Press, 2008.
- KAYE, Harvey, *Los historiadores marxistas británicos: análisis introductorio*. Zaragoza, Prensas Universitarias, 1989.
- MILLS, C. Wright. *The Sociological Imagination*. New York: Oxford University Press, 1959.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução: Guilherme João

de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Auntêntica, 2008.

SIEGFRIED, André. *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République (1870-1914)*. 2. éd. Paris: Armand Colin, 1964.

TILLY, Charles. *As Sociology Meets History*. New York: Academic Press, 1981.

TOYNBEE, Arnold J. *A Study of History: Abridgement of Volumes I–VI by D.C. Somervell*. London: Oxford University Press, 1946.

Capítulo 7

VISUALIDADES DA ERA VITORIANA EM PELOTAS (RS): UMA LEITURA DE IMAGENS SOBRE O PERÍODO DE 1860 A 1880

Amanda Mensch Eltz¹

Laiana Pereira da Silveira²

Francisca Ferreira Michelon³

Introdução

Destinadas ao olhar e ao futuro, as fotografias são películas cristalizadas que oportunizam a apreensão de vestígios alusivos ao tempo e ao espaço de sua produção, podendo ser transformadas “em testemunho e representação de uma realidade reconstruída” (Arrigucci Júnior, 1993, p. 11) por meio da pesquisa e da narrativa histórica. A partir desta perspectiva, estrutura-se a presente pesquisa.

O objeto de reflexão refere-se à coleção *Cartes de Visite*, pertencente ao acervo da Fototeca Memória da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e sua sistematização de geração de conhecimento. O conjunto é composto por 91 fotografias, produzidas entre 1860 e 1880, outrora vinculadas a um álbum familiar. Dentre os registros encontram-se as assinaturas de distintos

-
- 1 Doutora (2025) em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), com pesquisa financiada pela CAPES (Finance Code - 001). Mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019). Pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul é Especialista em Educação Especial e Gestão de Processos Inclusivos (2016) e Licenciada em História (2009). Currículos acadêmicos estão disponíveis em Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3340-5971> e Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2772710913511268>.
 - 2 Doutoranda (2023-206) e Mestre (2022) em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel), com pesquisa financiada pela CAPES (Finance Code - 001). Possui graduação no Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense campus Pelotas Visconde da Graça (2018) e é formada no curso Técnico em Vestuário (2012) pela mesma instituição. Currículos acadêmicos estão disponíveis em Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8506-5230> e Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4493023707282382>.
 - 3 Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001), Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993). Pós-doutorado Universidad de Sevilla (2022-2023). É professora Titular do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. Currículos acadêmicos estão disponíveis em Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4737-323X> e Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4451406034191031>

fotógrafos, itinerantes ou domiciliados, como Carlos Grunewall, Fillat, Giovannini & Greco, Renouleau, Masoni, Auguste Amoretty, Baptista Lhullier, Carlos Serres e Irmão, Eduardo Wilhelmy e Jorge Wetzwel.

Nenhuma das fotografias destinadas à instituição possuía identificação do retratado. Por conseguinte, devido à perda de valor afetivo para a família doadora e, da mesma forma, pelo reconhecimento de seu possível valor histórico, as imagens foram doadas. Com a incorporação das fotografias ao acervo da Fototeca, foram realizados os procedimentos técnicos de conservação preventiva (higienização, laudo de estado de conservação e acondicionamento) e sistematização da coleção (inventário, digitalização das imagens e documentação)⁴. Para a argumentação teórica desta etapa da pesquisa foram consultados Coelho (2024), Kossoy (2001), Leite (1993), Mauad e Ramos (2017) e Pomian (2001).

Para além do registro, a sistematização configura um instrumento de observação, reflexão e interpretação, devido aos arranjos socioculturais em relação ao tempo e espaço geográfico de produção do documento, neste caso, as fotografias. A primeira etapa, de viés intrínseco, foi a análise instrumental da coleção a partir das características técnicas de produção, tais como tipo, tamanho, enquadramento, cartão, datação, localização, fotógrafo e fotografado. Estes dados oportunizaram reflexões e contextualizações dos índices sobre o corpus documental do registro da imagem (Leite, 1993), associado a elementos extrínsecos.

Em relação a elementos intrínsecos às fotografias, a primeira característica é a predominância do formato *Carte de Visite*. O tamanho – 9 por 6 centímetros – contribuiu para a expansão e a popularização da fotografia, colaborando nas dinâmicas sociais de trocas de imagens (Lemos, 1983), facilitando as operações de transporte, seja por correspondência ou passando por bolsas e bolsos, além de auxiliar no manejo e na guarda das imagens nos álbuns de família (Mauad; Ramos, 2017).

A segunda característica refere-se ao estilo dos cartões e aos processos de autenticidade (Soares, 2009) e autoridade (Resende, 2023) dos fotógrafos. Os distintos tipos de cartão apresentam papéis de alta gramatura, cortes de tamanho padrão com cantos retos ou rombos. Além disso, contam com diversos tipos de decoração nas cores azul, preto, amarelo e vermelho, sendo a marca de autenticidade o elemento principal de parte da coleção, ou seja, de identificação do fotógrafo ou ateliê. Estes

⁴ Estes e outros procedimentos técnicos podem ser consultados no catálogo “Sistematização da coleção *cartes de visite*” (Michelon et al., 2024).

mecanismos promoveram o reconhecimento do profissional, gerado pela polivalência informacional, como a localização, as premiações, os serviços e técnicas executadas e a autoridade.

A terceira característica refere-se ao processo de individualização (Fabris, 2009) por meio das técnicas de registro do fotografado, como tipo (individual ou coletivo) e enquadramento. As imagens dos retratados são predominantemente individuais, sendo, portanto, os enquadramentos majoritariamente no formato busto ou meio corpo, os quais promovem aspectos fisionômicos, como características de personalidade (Le Breton, 2019).

Gilda de Melo e Souza, em “O espírito das roupas”, observa dois paradigmas de representação, “para a mulher a beleza, para o homem o despojamento completo” (Souza, 1987, p. 72), no qual se destaca a moda. Assim, indaga-se como o acervo nos informa sobre os modos de vestir e quais os possíveis regramentos destinados aos personagens femininos capturados pelas lentes dos fotógrafos.

No percurso de vida, os indivíduos são direcionados a inúmeras normativas reguladoras oriundas da esfera social, dentre elas as vestes e os ornamentos. Desta forma, a moda e os modos de se vestir são vestígios reveladores de informações do tempo e do espaço social, suas representações e simbolismos nos âmbitos cultural, educacional e econômico, dentre outros. Essas características estão presentes em imagens como as fotografias da coleção estudada, da mesma forma que em outros documentos, como as mídias impressas.

Logo, catálogos, jornais e revistas constituem uma excelente fonte para conhecer as dinâmicas culturais da vida cotidiana. Entre eles estão os produtos e serviços relativos à moda no século XIX, a qual era um instrumento de afirmação não apenas de um sexo ante ao outro, como também do indivíduo diante do meio social (Souza, 1987). Estas publicações auxiliam na compreensão dos fluxos estéticos e regramentos sociais simbolicamente estabelecidos conforme o sexo e o gênero. Neste estudo, encontram-se as modas (vestimentas, penteados, adornos, cadeiras, tapetes, penteadores e outros) relativas ao “mundus muliebris” (Baudelaire, 1996) da elite brasileira.

Dentre as publicações estão periódicos nacionais e internacionais, sendo eles, respectivamente, A Estação: jornal ilustrado para a família, Revista Mai de Família, Jornal O Constitucional, Peterson's Magazine e a Revue de la Coiffure et des Modes. Estes documentos, juntamente com a

bibliografia especializada, possibilitaram compreender a fotografia como um registro dos regramentos conferidos ao corpo feminino a partir da indumentária, desde o nascimento até a vida adulta.

Percursos das fotografias: do particular ao institucional

As ações do homem no espaço se transformam com o passar do tempo. Este fenômeno incide nas múltiplas representações culturais, como nas fotografias presentes em álbuns de família. Isto posto, “cada família constrói, através da fotografia, uma crônica de si mesma, uma série portátil de imagens que testemunha a sua coesão” (Sontag, 1986, p. 18). De tal modo, essas recordações constituem vestígios culturais endereçados ao olhar vindouro, sendo caracterizadas pela produção, seleção, armazenamento e modos de exibição das imagens representativas alusivas às plurais manifestações da persona.

Por conseguinte, percebe-se pelos vestígios fotográficos a constituição de coleções afetivas e testemunhais, as quais são indicadoras da memória e da sociabilidade das famílias. Logo, “as fotografias são monumentos da intimidade familiar por serem produzidas com a função de lembrar, ao mesmo tempo em que, como documentos da história, nos permitem conhecer e observar como essa instituição vem se transformando no tempo e no espaço” (Mauad; Ramos, 2017, p. 156).

Por conseguinte, do pessoal ao coletivo, as imagens transpassam o núcleo familiar, percorrendo significados e contextos alusivos a um grupo social, que são passíveis de múltiplas leituras. Essas imagens apresentam uma variedade de formas, tamanhos, técnicas e poses, da mesma forma que podem ter diferentes retratistas e retratados. São dispositivos que auxiliam na fundamentação do espaço e do tempo, que, neste estudo, foram guarnevidos por distintas gerações de uma família de Pelotas (RS), desde a segunda metade do século XIX.

Sobre a contextualização do espaço e do tempo, historicamente, no período oitocentista, a principal indústria sul-rio-grandense caracterizava-se pela criação e beneficiamento do gado vacum. Neste cenário estão as charqueadas na cidade de Pelotas. Estrategicamente posicionada no litoral sul, entre o porto de Rio Grande e próxima à fronteira com o Uruguai, a região da antiga Pelotas contava com uma extensa planície de campos e fontes de água, fatores preponderantes para o investimento e exploração do gado. Por conseguinte, a cidade torna-se um polo produtor

de charque, couro, crina, sebo e outros. Manufaturados a partir da mão de obra escravizada, estes produtos eram comercializados com agentes das *plantations* nacionais e estrangeiras (Vargas, 2014).

Entre as décadas de 1860 e 1880, a região tornou-se a única a produzir e comercializar os insumos supracitados no país, oportunizando “um notável desenvolvimento econômico e cultural para a cidade” (Vargas, 2016a, p. 132). Devido à alta circulação de valores pecuniários oriundos da indústria pecuarista, inúmeros foram os investimentos na cidade, principalmente na área urbana, local onde a “aristocracia do sebo” (Vargas, 2016b) residia.

Na década de 1870, presenciou-se o fenômeno dos processos de industrialização e modernização urbanística na cidade com a execução de projetos de infraestrutura (água, iluminação, pavimentação e outros):

Datam do início dos anos 1870, a formação da Companhia Hidráulica Pelotense, o início do trânsito de carros de passageiros realizado pela Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas e a construção da estação férrea. Na área cultural e artística, por exemplo, diversas companhias teatrais, pintores e fotógrafos estrangeiros enchiam as páginas dos jornais da cidade de anúncios e arrebatavam importante clientela. Professores de piano, de línguas, de etiquetas e empregados em escolas particulares também tinham um importante espaço (Vargas, 2016a, p. 141).

Assim, percebe-se que a cidade seguia as tendências mundiais, especialmente dos grandes centros urbanos e comerciais europeus. Com a modernização e a industrialização, “Pelotas tornou-se a principal cidade da região sul da Província, vivendo o seu auge entre as décadas de 1860 e 1880⁵” (Vargas, 2016b, p. 1), nos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais. Por conseguinte, graças à expansão e obtenção de divisas financeiras, oriundas da exploração da mão escrava nas charqueadas, Pelotas transformou-se em um destino atraente para imigrantes.

Com a especulação desenvolvimentista da malha urbana, durante o período entre 1858 e 1890, quadruplicou a população da cidade. O historiador Jonas Vargas, fazendo referência aos índices censitários, destaca que em 1858 existiam “[...] 12.883 habitantes, em 1872 ultrapassou os 25 mil e, em 1890, atingiu 41.591 moradores. No início dos anos 1870, Pelotas teve 8.141 escravos recenseados” (Vargas, 2016a, p. 133).

5 Período de datação das fotografias presentes na coleção estudada.

Em relação aos prestadores de serviços e técnicos especializados, existiam arquitetos, engenheiros, médicos, químicos e outros, sendo muitos estrangeiros. Sobre fotógrafos, pintores e outros profissionais ligados à produção de artes e imagens, verifica-se, especialmente a partir de 1870, a introdução de anúncios em jornais locais (Soares, 2009). Ainda sobre os prestadores serviços, cabe destacar a existência de cabeleireiros, costureiras⁶, sapateiros e chapeleiros. Este dado evidencia o mercado de moda, especialmente voltado para mulheres, as quais, “[...] estavam demandando não apenas artigos de luxo, mas também serviços mais sofisticados” (Vargas, 2016a, 144), não apenas para si, mas também para seus familiares.

Dentre esses sujeitos, oriundos das opulentas famílias, estavam os patriarcas charqueadores José Antônio Moreira (Barão de Butuí), Joaquim José Assumpção (Barão de Jarau) e João Simões Lopes Filho (Visconde da Graça). O último era pai de Augusto Simões Lopes, proprietário do álbum de 91 fotografias datadas entre 1860 e 1880, referenciado na apresentação deste artigo. Assim, retornando à coleção em questão, percebe-se nuances relativas à encomenda, produção, distribuição, armazenamento e exibição em momentos diversos e com guardiões distintos. Naturalmente, com o tempo, aconteceram perdas de informações, especialmente relativas à identificação dos personagens retratados nas películas emulsionadas, fator desencadeador da dissociação e perda de valor para a memória familiar.

Para o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2019, p. 16), a dissociação é resultante de “danos gerados a partir da perda total ou parcial de informações”, os quais geram a deterioração do item, impedindo, assim, a associação de dados. Deste modo, o fenômeno transcende o suporte material, atingindo especialmente as referências imateriais, como, neste caso, o reconhecimento dos sujeitos retratados na coleção afetiva e familiar.

Sobre o assunto, Pomíán (2001) destaca que toda a coleção expressa valor simbólico. Assim, à medida que se sucedem perdas nas distintas camadas representativas ou de utilidade, acontece a descontextualização do objeto. Com base na situação apresentada, a família guardiã selecionou um conjunto de imagens para destinar e integrar à Fototeca Memória da UFPel. Isto porque, como afirma Bóris Kossoy (2001, p. 28), “desaparecidos os cenários, personagens e monumentos, sobrevivem, por

⁶ Segundo o Censo de 1872, existiam 4.435 homens e 1.878 mulheres livres em atividades profissionais em Pelotas. Em relação ao gênero feminino, foram classificadas como “domésticas” 882 mulheres, sendo que 668 delas foram enquadradas como costureiras (VARGAS, 2016a).

vezes, os documentos”, como as fotografias, as quais passaram a possuir qualidades plurais.

A instituição, reconhecendo os valores históricos, estéticos e educativos das imagens, efetuou sua incorporação ao acervo por meio de um tratamento de sistematização. Dentre as ações efetuadas estão a identificação preliminar, inventário e digitalização das imagens, além de sua conservação preventiva, pesquisa e divulgação científica e comunitária. Referente ao processo de documentação, foram preenchidas as fichas de registro e identificação, as quais também contemplam as observações remissivas aos dados de conservação de cada exemplar.

O processo de conservação foi executado a partir do planejamento prévio, tendo por base a ficha de registro individual. Para tanto, foram observados aspectos alusivos ao diagnóstico dos agentes de deterioração, sejam eles químicos, físicos, biológicos e (ou) antrópicos. A partir desta e de outras orientações, posteriormente, a fim de garantir a preservação dos artefatos, foram observados índices qualitativos e quantitativos para o tratamento da coleção, dentre eles, o volume, os materiais utilizados para a guarda, o mobiliário e o espaço de armazenamento (Coelho, 2024). Dentre os primeiros processos empreendidos está a digitalização do acervo. A prática, além de oportunizar a reprodução imagética no formato digital e seu registro em banco de dados, permitiu a conservação preventiva em relação ao manuseio.

Dentre as demais atividades desempenhadas estão os procedimentos de higienização mecânica com pincéis, bem como a guarda das fotografias em embalagens individuais em papel neutro, em estilo folder. Posteriormente, segundo a classificação, os artefatos foram acondicionados em pastas plásticas de polipropileno, a fim de qualificar o controle de isolamento (térmico, luminescência e umidade) e a resistência protetiva dos artefatos sensíveis (Coelho, 2024).

Por fim, as pastas foram guarnecidadas em armários de metal, com pintura polimerizada. Visando atender orientações alusivas à minimização de danos nos artefatos, a área técnica encontra-se distante de sistemas hidráulicos. De igual modo, o mobiliário de guarda está disposto com recuo da parede, para facilitar a circulação de ar. Além disso, também com a intenção de evitar sinistros por água e correntes de vento, os gaveteiros estão acondicionados distantes das janelas e portas (Coelho, 2024).

A função técnica-metodológica da sistematização é de suma importância para a qualificação da coleção, para além dos registros

documentais na Fototeca. Para Leite (1993), por meio desta ação é possível abranger as particularidades da imagem, assim como verificar aspectos comunicacionais inerentes das e entre imagens. Com a sistematização verificaram-se informações como nome e endereço dos retratistas, processo, formato, enquadramento, pose, retrato infantil ou adulto, tipologia individual ou coletiva, dentre outras (Eltz, 2024).

Tais procedimentos e dados auxiliam no reconhecimento e pesquisa da coleção. Entende-se coleção como um agrupamento de índices materiais e imateriais que se encontram sob a guarda e gerência de pessoa jurídica e (ou) física, pública ou privada. Este conjunto, para tanto, é selecionado, reunido, classificado, categorizado, contextualizado, conservado e disponibilizado ao público. Os objetos reunidos em coleções devem ter preservados seus valores estéticos, artísticos, históricos, científicos, simbólicos, educativos e outros (Desvallés; Mairesse, 2013).

Na coleção, além das imagens sem identificação de autoria, foram identificados dez retratistas, dentre eles Carlos Grunewall, Fillat, Giovannini & Greco, Renouleau, Masoni, Auguste Amoretty, Baptista Lhullier, Carlos Serres e Irmão, Eduardo Wilhelmy e Jorge Wetzwel, perfazendo 53,84% de todo o acervo. Como comumente contextualizado na literatura sobre a história da fotografia, assim como nas demais províncias do Brasil e dos países do sul da América do Sul (Argentina, Paraguai e Uruguai), percebe-se a circulação de profissionais itinerantes provenientes de outros países, especialmente França, Alemanha e Espanha.

Para falar sobre as fotografias, é de suma importância tecer brevidades sobre os processos de sociabilidade nos ateliês fotográficos. Desde o advento da técnica fotográfica, esses espaços seguiam estruturas consagradas em manuais de fotografia, os quais expressavam orientações sobre a arte do retrato, nas distintas etapas da sessão, como recepção do cliente e instruções sobre a sessão de fotos, tais como postura, inclinação e olhar. Em consonância, conselhos de ordem estética também eram efetuados. Todos os procedimentos, desde a sala de recepção até a de cena, levavam em consideração os desejos do cliente e a possibilidade técnica (Grangeiro, 1998).

Pelas imagens preservadas na coleção, percebem-se tais referências mencionadas. Em relação às características técnicas entre profissionais, notam-se aproximações e distanciamentos no que tange aos métodos e técnicas de captura da imagem, dentre elas arranjo de panorama, posicionamento do retratado (gestos e poses), perspectivas de

enquadramento (busto, meio corpo ou corpo inteiro), luz, sombra, nitidez, tamanho e suporte, os quais expressam distintos graus de uniformização da representação.

Leite (1993, p. 19) ressalta que “o espaço fotográfico e geográfico [é] capaz de nos revelar comportamentos, representações e ideologias [...] através das características da imagem”. Dentre as verificações concretizadas encontram-se dois formatos fotográficos, referentes ao período entre 1860 e 1880, sendo as *cartes de cabinet* e as *cartes de visite*. No referido acervo encontram-se 04 *cabinet*⁷ e 85 *visite*⁸. Devido à alta incidência do primeiro formato, atribuiu-se o nome de *Cartes de Visite* ao acervo de fotografias do século XIX.

Na perspectiva social, as dimensões menores, como das *cartes de visite*, contribuíram para a comodidade em relação ao transporte, manejo, guarda e exibição, especialmente em álbuns. Esses artefatos circulavam no cotidiano com maior facilidade, podendo ser transportados em bolsas e bolsos e também por correspondência. Isto posto, “os retratos encurtavam as distâncias geográficas e aproximavam as pessoas pela linguagem imagética” (Mauad; Ramos, 2017, p. 162).

Tais atributos cooperavam na dinâmica social de oferta e recebimento de imagens de pessoas próximas “como lembrança e prova de estima” (Lemos, 1983, p. 56). Além disso, o formato ainda favorecia o circuito social da fotografia⁹, especialmente no colecionismo, desde a compra até a guarda de fotografias de personalidades ou “tipos humanos utilizados para fotografias de gênero pitoresco [...], como índios e negros, soldados e principalmente de homens e mulheres de classes médias urbanas” (Toral, 1999, p. 286).

7 Tecnicamente as *cartes de cabinet* eram fotografias obtidas a partir de negativos de colódio (úmido e seco), sendo as cópias fotográficas feitas em papel fotossensibilizado com sais de prata e elemento aglutinante, o albúmen, de 11 por 16,5 centímetros e fixadas em cartões. Em consonância, também eram confeccionadas *cartes de visite*, seguindo o mesmo processo das *cartes de cabinet*, entretanto, as imagens positivas eram fixadas com prensa ou cola em cartões com medidas de 6 por 9 centímetros.

8 Além das técnicas e formatos já expostos, há dois exemplares em ferrotipia, com dimensões variadas. O ferrótipo é um processo amplamente realizado entre as décadas de 1850 e 1880. De produção única tecnicamente, a imagem era produzida diretamente sobre lâminas de metal, as quais estavam envolvidas com piche (betume e sais minerais). Após secas, eram envernizadas. Seguidamente eram emulsionadas com colódio úmido. Após a captura da imagem, a revelação era realizada com sulfato de ferro. Para destacar a imagem do fundo preto, aplicava-se cloreto de sódio. Salienta-se que a ferrotipia era mais rápida e acessível, se comparada às técnicas de daguerreotipia e ambrotipia (Kossoy, 2001).

9 Para saber mais sobre o circuito da fotografia consultar Lima (1991).

Ao mesmo tempo, para além da dimensionalidade, a perspectiva dos processos negativo e positivo possibilitou a alta difusão do formato *cartes de visite*. A característica resultou em produtos com valores mais baixos, se comparados aos de uma pintura, atraindo consumidores. Esses elementos desempenharam um papel crucial na propagação da fotografia e do gênero do retrato, além de estabelecerem novos padrões de desejo, criação, construção, pose, visualização, leitura e exibição de imagens, orientando mudanças culturais.

Na coleção ora estudada, em relação à forma do cartão, destacam-se ligeiras variações de tamanho, tipo, espessura e gramatura do papel. No percurso da fotografia, inicialmente esses cartões eram adquiridos em empresas especializadas. Com o tempo, muitas tipografias, internacionais e nacionais, passaram a produzir os cartões tipo *visite* e *cabinet*. Não obstante, também diversos profissionais, visando baratear custos de produção, obtinham papéis de alta gramatura, e, em seus ateliês, cortavam segundo as medidas vigentes. Sobre os cantos dos cartões, apresentavam-se retos ou rombos (Soares, 2009; Resende, 2023).

Thais Soares (2009) afirma a existência de diferentes tipos de cartão, sendo eles apresentados em cores distintas, como azul, vermelho, amarelo e preto, todas evidentes nas *cartes de visite* examinadas. Além disso, percebe-se um revestimento de papel de baixíssima espessura e gramatura, possivelmente de seda, o qual recobre a fotografia e o verso do cartão, quando no último há marcas de autenticidade.

Sobre a identificação, em diversos cartões o positivo fotográfico não ocupava sua totalidade. Assim, em algumas imagens, exibe-se a identificação ou publicidade do ateliê ou do fotógrafo. Essa informação também era comum no verso da imagem. Pelas marcas, tornava-se público o profissional e seu estabelecimento, da mesma maneira que se evidenciava a autenticidade da produção por meio de selos, impressos, carimbos ou mesmo com a assinatura cursiva do retratista (Eltz, 2024).

Nuno Resende (2023, p. 466) descreve que todo o “[...] trabalho de tipografia, com os seus tipos de caracteres (o uso do itálico, do cursivo e do gótico são frequentes), de vinhetas, de filetes e de fantasias” era usual. Também em referência às informações exibidas, constam o nome do profissional, a profissão (fotógrafo ou retratista), nome do ateliê, rua, número e cidade. Existiam outros mecanismos de divulgação e autenticidade, como os anúncios em revistas e jornais, os quais informam os serviços prestados, espacialmente os sistemas fotográficos sendo, à

época, a fototipia, planotipia e colódio (úmido e seco) (Soares, 2009). Assim, por meio destes mecanismos, construía-se a autoridade do espaço e do profissional.

Os registros presentes na coleção estão integralmente na posição vertical. Na época, a posição horizontal era predominantemente aplicada em retratos de paisagens e vistas urbanas, bem como em algumas imagens coletivas. Com a qualificação dos produtos na indústria e dos métodos e técnicas profissionais, advém em maior escala fotografias coletivas, nos formatos *cabinet* e *visite*. Também é possível perceber a predominância do tipo individual sobre o coletivo, notado em 92,30% das imagens. Para Annateresa Fabris (2009, p. 45) as fotografias, podem ser incluídas:

[...] no conceito de individualização, do qual deriva um código de representação particular, que inclui três elementos: pose, enquadramento artificial, primazia do rosto em relação ao restante do corpo. O retrato fotográfico herda do retrato pictórico a preocupação com o modelo luminoso e com a tradução do relevo espacial, o que lhe permite condensar numa única imagem os traços distintivos da fisionomia e os atributos sociais da personalidade (Fabris, 2009, p. 45).

Em analogia ao enquadramento, existem três categorias: busto, meio corpo e corpo inteiro, sendo a soma da primeira e a segunda levemente prevalecente, com 52,74% dos retratos. No formato busto, sobreleva a imagem do rosto, considerado um elemento de identidade, reconhecimento e recordação de si e dos outros. Isto porque o “[...] rosto [é] marcado por uma individualidade peculiar, totalmente independente [...]” (Le Breton, 2019, p. 38) das características socioculturais e do espaço. Por conseguinte, o retrato, especialmente de busto, por si só, evoca “[...] a celebração inequívoca da pessoa através de seu rosto – torna-se um quadro, sem outra justificativa daquela de colocar em evidência a efígie de um indivíduo [...]” (Le Breton, 2019, p. 40).

Conforme o gênero, percebe-se sinais “[...] de distinção e valorização da própria individualidade” (Le Breton, 2019, p. 44). Neste processo de cristalização, na perspectiva masculina, os traços fisionômicos do rosto eram supervalorizados, especialmente o cabelo, barba e (ou) bigode. As roupas e acessórios estão em segundo plano, geralmente associados ao enaltecimento dos valores modernos de civilidade na vida urbana, como “terno escuro, acompanhado de gravata-borboleta fina, colete preto, camisa branca e a corrente do relógio de bolso” (Mauad, 1997, p. 228) e bengala.

Os dados referentes ao enquadramento, no âmbito feminino, revelam equivalência na escolha entre formatos, sendo levemente

predominantes as imagens de corpo inteiro, usualmente aplicado para evidenciar composições entre modelo, pose e cenário, estando os critérios de beleza e discrição sempre em consonância com os preceitos sociais aplicados às mulheres da elite. As poses são eretas, ligeiramente inclinadas à esquerda ou à direita e o olhar é indireto. No panorama sócio representativo, exaltava-se a estética de feminilidade projetada durante a era vitoriana por meio das vestes, adornos e penteados, pois “os objetos-pessoais estão associados à representação do indivíduo, isto é, de seu estilo de vida e sua posição na hierarquia social” (Mauad, 2008, p. 166).

Souza (1987) afirma que, na segunda metade do século XIX, havia dois fatores de distinção perceptíveis na fotografia: o grupo social e o sexo. Porém, “[...] embora segregados por duas morais, duas concepções de vestimenta, duas mentalidades, os grupos masculino e feminino acabam se completando [...] são parcelas que se somam na contabilidade astuciosa da ascensão” (Souza, 1987, p. 83).

Subsecutivamente, no referido período, a moda torna-se um instrumento de distinção grupal, diferenciando e alargando parâmetros comportamentais dispensados ao sexo masculino e ao feminino. Isto é verificável pela análise dos produtos, dentre eles características dos tecidos e adornos e serviços como tipos de cortes de vestimentas, já que a moda, como já delineado, “para a mulher [era] a beleza, para o homem o despojamento completo” (Souza, 1987, p. 72).

Ao examinar os retratos fotográficos, fica claro que os profissionais mantiveram composições convencionais existentes desde a pintura de retratos em cavalete, exprimindo, assim, representações de valores e costumes sociais do tempo e espaço de produção. Como resultado, as imagens conjecturam normas estéticas definidas por elementos como as roupas, mobiliário, decorações, vestes, ornamentos pessoais e os atributos físicos dos retratados, todos característicos da moda vitoriana.

Pelos golpes do olhar: representações sociais a partir da imagem

Ao longo do percurso de vida são conferidas socialmente inúmeras normativas reguladoras de comportamentos ou condutas, sendo perceptíveis em diferentes manifestações do meio social, dentre elas, os modos de vestir. Assim, comprehende-se a moda – roupas, adornos e penteados – como instrumento revelador de informações individuais ou coletivas, as quais

permitem o reconhecimento das camadas entre os sujeitos no tempo e no espaço. Tal ideia é constituída no discurso da historiadora Mara Rúbia Sant'Anna, segundo o qual a aparência nada mais faz que “[...] nos insere, nos representa e nos constitui no mundo social” (Sant'Anna, 2009, p. 11), por isso a moda auxilia nesta contextualização.

Por meio de instruções sobre o vestuário, mediante normas e códigos do mesmo, é praticado o que o historiador Daniel Roche define por “educação do vestir, da fralda à primeira calcinha [...]” (Roche, 2007, p. 51), os ritos de passagem conforme as faixas etárias e culturas locais. Assim, é estabelecida a relação entre o sujeito – vestido – e a sociedade em que está inserido, considerando esses códigos de vestir¹⁰.

Portanto, por meio destes índices, são reconhecidas distintas representações simbólicas alusivas às mulheres no século XIX, como as exibidas no acervo em questão. Primeiramente, essas imagens retratam um grupo social, a elite de Pelotas. Considerando que a cultura e a sociedade se influenciam mutuamente, podemos entender como algo é visualizado e reflete as normas e valores individuais e coletivos.

Neste contexto, a fotografia, como parte da cultura, carrega consigo significados e contextos pré-determinados de forma sistêmica. Entende-se que as imagens são alegorias que exprimem narrativas por meio de símbolos, sinais e signos. Sua função é classificar as “coisas” no campo social, apoiada em formas e expressões referenciais, expressivas e conotativas. Até aqui, o objeto (referência) é criado por suas representações (sinais), visando criar sentido (significado) (Barthes, 1989).

Nesse jogo visual, o significante interage com outras manifestações do meio, gerando a informação. A dinâmica provê o texto visual remetido ao olhar, o qual, graças ao processamento semântico e cognitivo, efetua organização mental e estrutural, ou seja, pela “[...] competência de quem olha [e] que fornece significados à imagem” (Mauad, 2008, p. 24). Assim, ao “dar-se a ler”, as narrativas fotográficas viabilizam as interações entre o tempo, o espaço e os atores sociais.

O consumo de fotografias revela múltiplos fragmentos do cotidiano de determinado grupo social, assim como qualifica a realidade dos sujeitos individualmente perante a sociedade. Logo, a fotografia, para além de preservar a memória, comunica critérios, valores e regramentos por meio

10 Os códigos tiveram início por meio de manuais de etiqueta e civilidade, mas também foram reflexos de encyclopédias de medicina, pois, desde muito cedo, questões de saúde foram relacionadas aos modos de vestir (Rainho, 2002).

de seus aparatos, entre eles, a indumentária. Portanto, a fim de estabelecer os valores simbólicos lançados ao olhar, ao refletir sobre o retrato pintado, Peter Burke afirma que, no processo de representação, “[...] os modelos geralmente vestiam suas melhores roupas para serem pintados” (Burke, 2004, p. 35).

A respeito da coleção estudada, percebem-se transformações nos modos de vestir, no campo heterogêneo – a elite local –, sendo que “[...] o gênero, como representação e auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais” (Lauretiz, 1994, p. 208), como a moda e a fotografia. Todas essas manifestações estão associadas à vida cotidiana e ao conjunto de implicações determinadas nos corpos, condutas, comportamentos e relações socioculturais por meio dos artifícios políticos representativos. Para este artigo, serão expostas perspectivas alusivas ao corpo feminino, seu desenvolvimento e as implicações e construções de gênero por meio da moda no período vitoriano.

Com isso, percebe-se, a partir da análise da história da moda, a construção social e as representações do vestuário feminino. Conforme breve levantamento sobre as teorias da moda do século XIX, “[...] a produção e o consumo, para a maioria da população, correspondiam ao ato de atender uma necessidade, fosse a de comer, vestir, morar ou mesmo de se exibir, que era justificado como uma necessidade social” (Sant’Anna, 2009, p. 55), observa-se aqui como as necessidades são igualadas pela sociedade da época. Segundo Rainho (2002),

Pode-se dizer assim que o século XIX foi o século da explosão da moda, ou o século da moda por excelência. Nele, ela atinge um maior número de pessoas, da pequena a média burguesia da França e da Inglaterra à “boa sociedade” de lugares distantes como o Rio de Janeiro, onde, a partir de então, se tem acesso quase simultâneo às novidades estrangeiras (Rainho, 2002, p. 14).

A respeito da coleção de fotografias, destaca-se que a confecção das imagens “tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época” (Kossoy, 2001, p. 36). Assim, pensando na relação de representação, devemos considerar o estrato social desses indivíduos fotografados, neste caso, a elite pelotense (entre 1860 e 1880). Por essas imagens, percebe-se regramentos sociais e morais em relação às vestes. Tais referências são notadas nas roupas e ornamentos, conforme a faixa etária, desde o nascimento, passando pela infância e a mocidade até a vida adulta.

É necessário fazer algumas considerações sobre a vestimenta, uma vez que durante os primeiros meses de vida das crianças, não havia nenhuma distinção por gênero. No período estudado, meninos e meninas eram trajados com túnicas longas até o momento do desfralde, sendo as mangas e golas removíveis das roupas e os cabelos, mantidos sem cortes. Acreditava-se que a não interferência estética assegurava a pureza da alma.

Neste sentido, a revista *A Estação*¹¹, na edição publicada em 15 de junho de 1879, recomendava que o vestuário de recém-nascidos deveria seguir “os conselhos dos higienistas”. Com modelos longos e largos, os vestidos, roupões e camisolas deveriam ser confeccionados com tecidos apropriados para a estação: o outono e no inverno, com mangas compridas e bustos fechados¹², “[...] e no verão ao contrário, vestidinhos decotados e de mangas curtas¹³”, como na fotografia abaixo.

Figura 1 - Criança de vestido com calça por baixo, 1860 a 1880.



Fonte: Acervo da Fototeca.

-
- 11 A revista *A Estação* (editada de 1879 a 1904) era inspirada na revista francesa *La Saison*, a qual foi publicada no Brasil entre 1872 e 1879. “Seu conteúdo de moda apresentava roupas infantis, vestidos para o dia, vestidos para festa, toucas, luvas e acessórios em geral. As várias ilustrações do periódico mostravam detalhes das peças e continham informações sobre sua confecção junto com referências para os moldes” (Assunção; Italiano, 2018, p. 243)
- 12 Para as mulheres jovens e adultas, seguiram recomendações semelhantes quanto à relação do cuidado da saúde e as formas de vestir (Rainho, 2002).
- 13 A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 11, ano 8, 15 de junho de 1879, p. 01. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

A referida revista também arrolou “o enxoval ideal”¹⁴, do nascimento aos três anos de vida. A partir do desfralde, verifica-se algumas interferências na rouparia segundo o gênero, permanecendo, entretanto, a utilização de vestes assexuadas curtas. No artigo “A Educação da Mulher”, Felix Ferreira, ressalta que as “[...] crianças, meninos e meninas, até os seis anos andam vestidos do mesmo modo; depois dessa idade é que se dá a cada um o vestuário de seu sexo¹⁵”.

Esses trajes eram compostos por vestidos, conjuntos de duas peças (corpinho e – ou – costumes) e camisolas, as quais, segundo o gênero socialmente reconhecido, eram ornamentadas com aviamentos distintos. Teresa Lauretis observa que o termo gênero é uma representação e está associado à construção social do referente, seja esse um ser vivo ou inanimado. Portanto, é relacional e objetiva o pertencimento, tendo como mecanismo a interação de dois campos: sujeito e entidade. Logo, o “gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe” (Lauretis, 1994, p. 210).

Pode-se observar na Figura 2, abaixo, à esquerda, a distinção de gênero na ilustração apresentada por James Laver (1989), na obra “A roupa e a moda: uma história concisa” escrita pelo historiador, em que meninas estão vestindo calças por baixo de vestidos, referente ao ano de 1853, na Europa. Na mesma figura, à direita, observa-se em uma *carte de visite* o vestuário infantil semelhante ao da imagem descrita por Laver (1989), dentro do recorte temporal de 1860 e 1880, registro realizado na cidade de Pelotas.

¹⁴ O enxoval era composto por composto por 36 fraldas de linho liso ou olho de perdiz; 4 cueiros de moletom de lã; 4 cueiros de algodão felpo; 4 cueiros de pelúcia; 4 fraldas calças de flanela; 6 camisas de cambraia lisa; 6 camisas de festonadas; 6 camisas enfeitadas com rendas; 12 camisolinhas de fustão liso; 6 camisolas enfeitadas; 1 ou 2 camisolas ricas, à vontade; 6 camisolas de flanela para dias chuvosos; 6 touquinhas de flanela para os primeiros dias; 6 fichus ou lenços de cassa apanhados; 6 fichus enfeitados; 6 babadores lisos; 6 babadores enfeitados; 12 toucas para dormir; 6 toucas de nanzouk; 2 vestidos longos de percale enfeitados; 1 vestido nanzouk enfeitado com tiras bordadas e rendas de bilro; 1 capa de murça e capuz de fustão e chapéus com véu. Todas as peças deveriam ser graduadas conforme a idade (À ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 11, ano 8, 15 de junho de 1879, p. 01. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital).

¹⁵ Ferreira, Felix. A Educação da Mulher. Mai de Família: jornal científico, literário e ilustrado (1879 – 1888). Rio de Janeiro. N. 16, ano 3, agosto de 1881, p. 123. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

Figura 2 - À esquerda, menina de vestido com calça por baixo (1860 a 1880). À direita, meninas com calças por baixo dos vestidos, 1853.



Fonte: Acervo da Fototeca e Laver (1989, p. 179).

Percebe-se que a criança representada à esquerda está com um vestido curto sobreposto à calça e meias longas, e nos pés veste uma botinha. Seu cabelo é curto, partido ao meio, possivelmente moldado a fim de formar uma tiara, assim como na ilustração exposta por Laver (1989), na qual a criança mais baixa apresenta os mesmos detalhes de penteado. A criança na *carte* utiliza acessórios como brinco, anel, corrente e bolsinha, todos retocados com pigmentação dourada, permitindo a identificação da construção social de gênero da criança: uma menina branca da elite, possivelmente pelotense.

Em relação às vestes de meninas, de acordo com idade, observam-se variações nas vestimentas. Segundo Perrot (2019), a partir dos seis anos termina a primeira infância. A partir de então, o vestuário recebe maiores conotações de gênero, sendo aparentes elementos estéticos característicos nas imagens das pequeninas. Cabe ressaltar que, nesta idade, iniciava-se a instrução das crianças, visando prepará-las para a vida adulta, a fim de exercerem papéis socialmente construídos em relação ao homem e à

mulher. Assim, as vestes destinadas às meninas acompanharam os anseios familiares de enquadramento delas no meio social.

A partir desta idade, têm entrada novas vestes nos guarda-roupas, com vias a construir um “aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade” (Lauretis, 1994, p. 212). Logo, as roupas e acessórios, bem como o imaginário a eles atribuídos, promoviam o reconhecimento da posição social, considerando que “a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação” (Lauretis, 1994, p. 212).

No universo feminino, dos sete aos onze anos, usava-se costumes¹⁶, vestidos em estilo princesa, bem como conjuntos compostos por vestidos ou blusas¹⁷, com decote quadrado ou redondo¹⁸. As roupas eram claras, ricamente ornamentadas com bordados, rendas de bilro e laços. Os cabelos soltos ou parcialmente presos, crespos ou ondulados, recebiam adornos como a “travessa com arco para crianças¹⁹”, laços, fitas e chapéus²⁰.

Seguidamente, dos 12 aos 14 anos, simultâneo à puberdade, evidencia-se o início da transição dos trajes das meninas, pois “em geral, em nosso país, a criança começa a ser moça aos 12 anos de idade, desde essa época, portanto, convém fazer com que se siga todo o rigor o que preceitua a higiene [...]. Com o vestuário deve começar a boa prática”²¹.

Verifica-se, pelo trecho acima, as noções educativas alusivas à moralidade pelas vestes destinadas aos indivíduos do sexo feminino e suas famílias pela sociedade reguladora, representada por médicos higienistas. Isto porque o controle dos corpos é um instrumento político, inclusive pelas prerrogativas de sexo e gênero. O apontamento é verificável tanto nas imagens da coleção como nos demais discursos e narrativas representativas

16 Conjunto de duas peças, composto por saia e blusa.

17 Conjunto de duas peças, com tecido de fios mais finos.

18 As roupas das mulheres adultas mantinham algumas semelhanças, “os vestidos eram de dois tipos: feitos em uma só peça (o chamado estilo “princesa”) ou com corpete e saia separados” (Laver, 1989, p. 192).

19 O CONSTITUCIONAL: folha política e noticiosa. Porto Alegre. 03 abr. 1873, p. 3. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

20 As informações foram extraídas das revistas: A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 7, ano 8, 15 de abril de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital. A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 8, ano 8, 30 de abril de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

21 Costa, Carlos. Palestra do Médico. Mai de Família: jornal científico, literário e ilustrado (1879 – 1888). Rio de Janeiro. N. 19, ano 2, outubro de 1880, p. 146. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

presentes nas mídias impressas do período. A ação reguladora é exercida por diversos setores da sociedade civil, como medicina e religião, bem como pelo Estado, os quais instituem regras em prol da vigilância sobre os corpos das meninas e mulheres (Perrot, 2019).

Portanto, entre os 12 e os 14 anos, verifica-se a introdução de novos modelos de roupas, como vestidos e costumes longos, os quais cobriam os tornozelos. Durante esse período, recomendava-se o uso de roupas não apertadas no peito e no abdômen, evitando o uso de corpetes-espartilhos. As cores eram preferencialmente claras e as roupas eram confeccionadas seguindo as seguintes categorias: *toilette* de passeio, costume de passeio e *toilette* de visita, sendo o último predominante nas fotografias. Os tecidos eram variados e continham distintas aplicações, como barras, drapeados, rendas, bordados, fitas e outros. O busto dos vestidos era fechado, muitos com a aplicação de fichus (gravatas) e golas.

As narrativas publicadas nas mídias impressas sobre o emprego de vestes adultas em meninas sustentavam os preceitos e papéis femininos, tanto no espaço privado quanto no público. Entre as décadas de 1870 e 1880, nota-se a inserção de referências produzidas por médicos higienistas em revistas de moda e manuais do lar. Contudo, apesar de tais orientações, os periódicos realizavam ressalvas evidenciando que cortes não recomendados por higienistas eram comumente bem recebidos pelas meninas e mães, como evidenciado no Jornal A Estação²²:

[...] vê-se meninas de 11 a 12 anos, com vestidinhos à Maria Antonietta, com colarinhos à Pompadour, botinas à Luiz XV, etc., etc. Embora, segundo os rigorosos higienistas, sejam estes vestuários considerados impróprios e podendo ser até causas de moléstias, entretanto não se poderá negar que são elegantes e que são recebidos com entusiasmo pelas mães e pelas filhas.

Os penteados no estilo Mary-Stuart eram destinados principalmente às jovens com 12 anos ou mais, com variações de *torsets*²³, sendo que dentre as remodelações, encontra-se o estilo princesa. Estruturalmente elaborados, os distintos toucados eram elevados e volumosos, sendo eles totalmente ou parcialmente presos. A revista Mai de Família, em artigo assinado pelo médico higienista Carlos Costa²⁴, enfatiza, que na grande

22 A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 11, ano 8, 15 de junho de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

23 Os *torsets* eram ondas efetuadas para gerar a elevação do penteado, eram confeccionados a partir da sobreposição de cabelos torcidos entre si, sendo o mesmo torcido sobre cilindros de papelão.

24 Costa, Carlos. Palestra do Médico. Mãe de Família: jornal científico, literário e ilustrado (1879

arte da moda, deve-se “poupar os cabelos da mocinha. Curtos ou longos, esse natural adorno, deve ser desrido de qualquer postiço, deve ser deixado em liberdade. Nada mais bonito para uma donzela do que simples trança apenas presa por uma fita”.

Por conseguinte, devido aos preceitos sociais direcionados às moças e principalmente suas mães, foram desenvolvidos distintos métodos, a fim de evitar o uso de apliques ou perucas. Para atender tais prerrogativas, os penteados eram montados com o auxílio de *papallotes* (rolos de papel), *puffs* de crepom, tiaras e grampos para amarrar o cabelo²⁵. Além disso, segundo a *Revue de la Coiffeur et des Modes*²⁶, periódico francês, as moças poderiam incluir flores e fitas nos toucados, conforme a Figura 3.

Figura 3 - À esquerda, moça com penteado com aplicações no cabelo, década de 1870.
À direita, anúncio de flores para cabelo, de dezembro de 1877.



Fonte: Acervo Fototeca e Peterson's Magazine²⁷.

No panorama das mulheres adultas²⁸ jovens, existiam inúmeros manuais de etiqueta e revistas de moda, que regravam os padrões morais

– 1888). Rio de Janeiro. N. 19, ano 2, outubro de 1880, p. 146. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

25 REVUE DE LA COIFFURE. Paris, n. 7, 01 maio 1875. Instituição de custódia: GALLICA DIGITAL – Biblioteca Nacional da França (www.gallica.bnf.br).

26 REVUE DE LA COIFFURE. Paris, n. 1, 01 novembro de 1875. Instituição de custódia: GALLICA DIGITAL – Biblioteca Nacional da França (www.gallica.bnf.br).

27 PETERSON'S MAGAZINE. Philadelphia, v. 72, n. 6, junho 1877. Instituição de custódia: babel.hathitrust.org.

28 Neste aspecto não está relacionado às perspectivas de vestimenta e adornos direcionados às

e sociais por meio da indumentária. Sobre as vestes, na década de 1870, destaca-se a introdução das anquinhas ou *puffs*, aplicados com a finalidade de armar a parte de trás das saias, “deixando a frente do vestido mais reta” (Assunção, Italiano, 2018, p. 233). Este recurso cooperava esteticamente para a formação da cauda das saias, sendo estas unidas ou não ao corpo.

Os regramentos morais expressos nas publicações enfatizavam a preservação dos cabelos longos e integralmente presos no dia a dia. De acordo com Perrot (2019), as revistas femininas foram fundamentais nos séculos XIX e XX. A Revista Peterson's Magazine²⁹ descreve o penteado estilo *Princesse*, como *torsertes* entrelaçados e sobrepostos, camada sobre camada acima da testa, de modo que, a uma curta distância, o cabelo exibia o efeito de longas ondas. Da nuca, deixava-se cair duas mechas do centro da cabeça, podendo ser naturais ou apliques de cabelo. A ornamentação contava com fitas ou pequenos laços presos no alto entre os caracóis, e eram utilizados em momentos festivos, conforme a Figura 4.

Figura 4 - À esquerda, mulher com duas peças (1860 a 1880), e à direita, duas mulheres e uma criança expondo detalhes do vestuário da época.



Fonte: Acervo da Fototeca e Laver (1989, p. 196).

mulheres viúvas e idosas.

29 PETERSON'S MAGAZINE. Philadelphia, v. 65, n. 2, outubro 1874. Instituição de custódia: babel.hathitrust.org

Além dos coques, parcial ou totalmente presos, as mulheres jovens utilizavam toucados trançados. Estes penteados exibiam acessórios como borboletas, estrelas³⁰, peinetas (pentes)³¹, margaridas, rosas e contas de aço azul, bem como tiras de tecido bordadas com lantejoulas e (ou) vidrilhos. Outros materiais eram aplicados, como ramos naturais. Todos os acessórios eram fixados com grampos³² de vidro lapidado ou metal. Destaca-se que, apesar do inconveniente atrito do metal nos cabelos e roupas, os ornamentos obtiveram uma ampla aceitação mundial³³. Esses penteados eram habitualmente utilizados em eventos formais, especialmente bailes e *soirées*.

Em seus estudos a respeito da história das mulheres, Perrot segue a destacar que, “a mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências. [...] Códigos bastante precisos regem suas aparições assim como as de tal ou qual parte de seu corpo. Os cabelos, por exemplo, condensam sua sedução” (Perrot, 2019, p. 50).

30 Se a estrela for pequena e o cabelo for liso, era montada sobre um laço de veludo preto, o qual realçava os cabelos.

31 Muitos dos pentes manufaturados eram confeccionados com materiais nobres como pedras, marfim e casca de tartaruga, sendo que muitos apresentavam detalhes em pedras preciosas ou semipreciosas.

32 O par de grampos de vidro lapidados eram vendidos em Porto Alegre por \$240 réis (O CONSTITUCIONAL: folha política e noticiosa. Porto Alegre. 03 abr. 1873, p. 3. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital).

33 PETERSON'S MAGAZINE. Philadelphia, v. 66, n. 4, outubro 1874. Instituição de custódia: babel.hathitrust.org

Figura 5 - Acima, retratos de mulheres (Batista Lhullier, 1876 a 1878). Abaixo, penteados usados pelas mulheres na Europa, década de 1870.



Fonte: Acervo da Fototeca. Abaixo, à esquerda, Peterson's Magazine³⁴. À direita, Laver, 1989, p. 191.

A época, em distintos penteados, desde os simples até os mais sofisticados, recorria-se às perucas e também ao “invisível de cabelo com contas”³⁵, ou seja, apliques com ornamentações³⁶. Comuns nos cenários

³⁴ PETERSON'S MAGAZINE. Philadelphia, v. 67, n. 6, junho 1875. Instituição de custódia: babel.hathitrust.org

³⁵ Tratava-se de apliques com missangas, sendo vendido na praça de Porto Alegre a \$500 réis (O CONSTITUCIONAL: folha política e noticiosa. Porto Alegre. 03 abr. 1873, p. 3. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital).

³⁶ O CONSTITUCIONAL: folha política e noticiosa. Porto Alegre. 03 abr. 1873, p. 3. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital

sociais, tais recursos são narrados no romance *Senhora*, de José de Alencar, lançado pela primeira vez em 1875:

Suponha que a senhora não possuísse esta bela e opulenta madeixa, suntuoso diadema como não o tem nenhuma rainha, e que fizesse como as outras moças, que compram os coques, as tranças e os cachos. Não teria decerto a pretensão de que esses cabelos comprados lhe nascessem na cabeça, nem exigiria razoavelmente senão uns postiços. O amor que se vende é da mesma natureza desses postiços: flocos de lá, ou despojo alheio (Alencar, 2019, p. 169).

No final da década de 1870 começaram a entrar em desuso os penteados armados e volumosos. A revista *A Estação*³⁷ salienta que “os penteados de hoje são simplicíssimos; bandós planos e lisos, chignons pouco volumosos e sem acréscimos de anelados”, com alguns ondulados na franja. Os coques eram moldados em direção à parte de trás da cabeça, na altura da nuca, local onde “acrescentam-se alguns crespos curtos apenas passando³⁸”.

Nos casos de cabelos curtos, eram realizadas ondulações, sendo a finalização por redes de cabelo. Ainda, a nova moda prescrevia “[...] trança pesada, torcida e estilo Luiz XV, composta de duas partes muito leves, ondeadas de modo que os anelados se misturem uns nos outros³⁹”. Em relação aos acessórios “o pente de tartaruga volta a ocupar o seu emprego⁴⁰”, de tamanho pequeno. Outros adornos, especialmente as flores e galhos, artificiais ou naturais, deveriam ser iguais às do *toilette*.

Portanto, nota-se de forma geral a representação dos penteados ou o volume na cabeça por meio de acessórios. A frente dos vestidos é lisa e sem volume, enquanto a parte de trás da saia do vestido segue com volume. É possível observar os detalhes de recortes e misturas de tecidos e texturas, a cintura marcada, a cauda, os babados e as pregas, bem como detalhes no decote e na gola. Elementos que podem ser identificados nas *cartes de visite* de corpo inteiro, assim como nas revistas e jornais de moda da época, que apresentam os detalhes dos penteados de forma ampliada.

³⁷ A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 21, ano 8, 15 de novembro de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

³⁸ A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 1, ano 9, 15 de janeiro de 1880. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

³⁹ A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 21, ano 8, 15 de novembro de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

⁴⁰ A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 21, ano 8, 15 de novembro de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

A associação das imagens presentes na coleção com as fontes documentais e bibliográficas possibilita compreender a moda como um instrumento de regramento de preceitos e valores morais oitocentistas. Sobre isso, revisita-se Roche (2007), que aponta aspectos do dimorfismo sexual indumentário. O autor, ao analisar a cidade de Paris durante os reinados de Luís XIV e Luís XV, enfatiza que tais diferenciações entre os guarda-roupas masculinos e femininos eram menores. O conjunto de peças (vestes, adornos e outros) apresentavam valores similares, “como também eram parecidos na mediocridade (os dos homens valiam pouca coisa mais)” (Roche, 2007, p. 109).

Conforme Souza apresenta, o período de 1870 é como a “idade de ouro dos costureiros” (Souza, 1987, p. 64). Nesse momento, alguns elementos estéticos, como apliques, barras, ancas, rendas e outros esquemas de corte e costura se destacam, enquanto outros não, uma vez que na frente o corte é liso e sem muito volume. De acordo com Laver (1989), pode-se notar na moda europeia as evidências da cintura marcada e da transferência de volume das laterais à parte de trás das saias dos vestidos.

Sobre a aparência e os novos volumes, os cabelos não ficaram de fora e, para estar na moda dos penteados da década de 1870, era necessário importar cabelos em grande quantidade para dar conta do desejo da sociedade feminina da época de adornar-se (LAVER, 1989). Conforme aponta Perrot, “cobrir ou enfeitar os cabelos, por conseguinte, é objeto de convenções de distinção e de moda” (Perrot, 2019, p. 58). A autora ainda diz mais sobre a importância dos penteados: “o penteado transforma os cabelos em peça de vestuário, em objeto de arte e de moda” (Perrot, 2019, p. 59). Diversos são os esquemas por meio de ilustrações apresentados em livros e revistas nos quais se pode observar as formas de penteados, que “repetem o ritmo em cascatas de *chutes*, *ondulations* e cauda” (Souza, 1987, p. 64).

Apesar de Pelotas estar ao sul do Rio Grande do Sul, distante, portanto, do centro do país, representado pela região Sudeste, percebe-se conexões alusivas aos regramentos e valores morais e sociais circulantes no período entre 1860 e 1880 por meio das fotografias. Esta análise e produção de conhecimento somente foi possível devido ao acervo sistematizado na Fototeca Memória UFPel. Por meio da sistematização, evidenciou-se aspectos intrínsecos da coleção, como as características técnicas de produção das fotografias, as quais promoveram as ações extrínsecas, como a pesquisa relativa à moda feminina.

Considerações finais

Por meio da observação de algumas *cartes de visite* que compõem a coleção doada ao acervo da Fototeca e expostas acima, identificamos a importância e o volume de informações registrados no suporte material sobre os modos de vestir das mulheres da sociedade pelotense na segunda metade do século XIX. Por meio dos levantamentos realizados em fontes documentais e bibliográficas, encontramos informações que subsidiaram as análises deste estudo, desde as questões de gênero até as características por faixa etária. Em análise levantada por Perrot (2019), a partir dos seis anos, quando termina a primeira infância, temos os primeiros indícios de elementos de vestuário com efeito de distinção de gênero.

Foi a partir desta observação, relacionando-a com o levantamento de informações sobre o período histórico, que compreendemos como a moda poderia ser utilizada como um instrumento de regramento de preceitos e valores morais oitocentistas. As *cartes de visite*, portanto, auxiliam na compreensão da moda de uma determinada época como um indicador das transformações sociais e culturais que ocorriam naquela comunidade.

Revisitar o passado nos possibilitou identificar como elementos de outros períodos seguiram influenciando nas práticas de vestir. É o caso do dimorfismo sexual e também da interferência que os profissionais da saúde tinham sobre as práticas de vestir, além dos manuais de etiqueta e civilidade, como Rainho (2002) havia destacado sobre tais manuais e como a medicina influenciou nos modos de vestir, pensando no bem-estar principalmente da figura feminina. O pudor também era um aspecto relevante, junto à saúde.

Assim sendo, este estudo reforça a importância que os acervos – neste caso, de característica institucional – possuem para podermos conhecer os modos de viver e vestir, as configurações sociais, as estruturas das sociedades de determinadas épocas. Nesta situação, considerando o recorte espacial da cidade de Pelotas, ao sul do estado do Rio Grande do Sul, onde os fotógrafos atuavam realizando registros da elite pelotense, na segunda metade do século XIX.

Por meio da pesquisa, tivemos a oportunidade de mapear diversas características do período, como apresentado na análise. É notório que, pelo tamanho da coleção doada à instituição, existe a possibilidade de desenvolvimento de outras pesquisas, com outros tipos de recortes, enfatizando ainda mais a importância que os arquivos possuem na

produção de conhecimento, a fim de compreender melhor o valor simbólico (POMIAN, 2001) desta coleção. Aqui, um pequeno recorte foi observado, mas outras possibilidades podem ser desenvolvidas futuramente por meio das demais *cartes de visite* que compõem a coleção, visto que, é uma oportunidade de preservar mais enfaticamente a memória da história local, referente ao período dos registros.

Em última análise, podemos concluir que a partir do suporte fotográfico guardado, identificamos quais eram os elementos de alegoria da época, que compunham o cenário para o momento do registro, sendo o vestuário parte importante do cenário: quanto mais impecavelmente estivesse vestida a pessoa retratada, mais encantadora ficaria a *carte*.

Referências

- ALENCAR, José de. Senhora. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.
- ALMEIDA, Guilherme Pinto de. Porto Memória. 2.ed. Pelotas: 222, 2022.
- ARRIGUCI JUNIOR, Davi. Prefácio. In: LEITE, Miriam Moreira. Retratos de família: leitura histórica da fotografia. São Paulo: Edusp, 1993.
- ASSUNÇÃO, Beatriz Albarez de; ITALIANO, Isabel Cristina. Moda e vestuário nos periódicos femininos brasileiros do século XIX. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, p. 232-251, 2018.
- BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre fotografia. Trad. Julio Castaño Guimarães. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- BAUDELAIRE, Charles. Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BURKE, Peter. Testemunha ocular. História e imagem. Bauru: Edusc, 2004.
- COELHO, Jossana Piel. O acondicionamento da coleção Carte de Visite. In: MICHELON, Francisca Ferreira. DIAS, Kátia Helena Rodrigues. ATAÍDES, Rayza Roveda. Sistematização da coleção cartes de visite. Pelotas: Fototeca Memória da UFPel, 2024. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/13569>. Acesso em: 20/07/2024.
- DESVALLÉS, André. MAIRESSE, François. Conceitos-chave de

Museologia. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. Disponível em: museuindianuire.org.br. Acesso em: 20/07/2024.

ELTZ, Amanda Mensch. O retrato: um espelho do social que reflete o desejo de olhar. In: MICHELON, Francisca Ferreira. DIAS, Kátia Helena Rodrigues. ATAÍDES, Rayza Roveda. Sistematização da coleção cartes de visite. Pelotas: Fototeca Memória da UFPel, 2024. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/13569>. Acesso em: 20/07/2024.

IBRAM. Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. CARTILHA. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), 2019. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/cartilha_PGRPMB_2013.pdf. Acesso em: 17/03/2024.

FABRIS, Annateresa. Fotografia e arredores. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009.

GRANGEIRO, Cândido Domingues. As artes de um negócio: no mundo da técnica fotográfica do século XIX. Revista Brasileira de História, v. 18, p. 185-205, 1998. Disponível em: <https://scielo.br/j/rbh/a/pJjc45sz3z4mvffJfYxmTbN/?lang=pt>. Acesso em: 17/03/2024.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206 - 242.

LAVER, James. A roupa e a moda: uma história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE BRETON, David. Rostos: ensaio de antropologia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

LEITE, Miriam Moreira. Retratos de família: leitura histórica da fotografia. São Paulo: Edusp, 1993.

LEMOS, Carlos, A. C. Ambientação Ilusória. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Retratos Quase Inocentes. São Paulo: Nobel, 1983.

LIMA, Solange F. O circuito social da fotografia: Estudo de caso II. In: FABRIS, A. T. (Org.). Fotografia: Usos e funções no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1991. pp. 59-82.

- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do segundo reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil: Império, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 181-231.
- MAUAD, Ana Maria. Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografia. Niterói: Eduff, 2008.
- MAUAD, Ana Maria; RAMOS, Itan Cruz. Fotografias de família e os itinerários da intimidade na história. 2017. Acervo, v. 30, n. 1, p. 155-178, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/795>. Acesso em: 20/07/2024.
- MICHELON, Francisca Ferreira. DIAS, Kátia Helena Rodrigues. ATAÍDES, Rayza Roveda. Sistematização da coleção cartes de visite. Pelotas: Fototeca Memória da UFPel, 2024. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/13569>. Acesso em: 20/07/2024.
- PERRROT, Michelle. Minha história das mulheres. 2^a ed. 6^a reimpr. São Paulo: Contexto, 2019.
- POMIAN, Krzysztof. Collection: une typologie historique. In: Romantisme, 2001, n. 112. La collection. pp. 9-22. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/roman_0048-8593_2001_num_31_112_6168. Acesso em 20/04/2024.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- RESENDE, Nuno. Dísticos, legendas e «marcas» em cartes de visite de fotógrafos portugueses. In: PEREIRA, Gapar Martins. CEQUEIRA, Carla. Marcas e denominações de origem: história e identidade. Porto: FLUP, 2023. Disponível em: https://sigarra.up.pt/faup/en/pub geral. pub_view?pi_pub_base_id=638395. Acesso em: 20/07/2024.
- ROCHE, Daniel. A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- SANT'ANNA, Mara Rúbia. Teorias da moda: sociedade, imagem e consumo. 2^a. Ed. Rev. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.
- SOARES, Taís Castro. Memória da fotografia em Pelotas/RS na produção dos ateliês de Lhullier e Amoretty (1876-1906). 2009. 174f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e

- Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS).
- SONTAG, Susan. Sob o signo de Saturno. São Paulo: L&PM, 1986.
- SOUZA, Gilda de Melo e. O espírito das roupas: a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TORAL, André Amaral de. Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. Revista Brasileira de História, v. 19, p. 283-310, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Cqb8HxV6pcyn8QxvGrtGnzw/?lang=pt>. Acesso em: 20/07/2024.
- VARGAS, Jonas Moreira. Abastecendo plantations: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). História (São Paulo), v. 33, n. 2, p. 540-566, 2014.
- VARGAS, Jonas Moreira. “Entre ricos e pobres”. Desigualdade econômica, diversidade ocupacional e estratificação social no Brasil oitocentista: Uma análise da cidade de Pelotas-RS (1850-1890). Tempos Históricos, v. 20, n. 1, p. 131-153, 2016a.
- VARGAS, Jonas Moreira. A aristocracia do sebo”: riqueza, prestígio social e estilo de vida entre os charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, 1850-1890). Revista Digital Estudios Históricos, v. 8, n. 17, p. 1-23, 2016b.

Fontes

A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 7, ano 8, 15 de abril de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 8, ano 8, 30 de abril de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 11, ano 8, 15 de junho de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 12, ano 8, 30 de junho de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 21, ano

8, 15 de novembro de 1879. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

A ESTAÇÃO: jornal ilustrado para família. Rio de Janeiro, v. 1, ano 9, 15 de janeiro de 1880. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

COSTA, Carlos. Palestra do Médico. Mai de Família: jornal científico, literário e ilustrado (1879 – 1888). Rio de Janeiro. N. 19, ano 2, outubro de 1880, p. 146. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

FERREIRA, Felix. A Educação da Mulher. Mai de Família: jornal científico, literário e ilustrado (1879 – 1888). Rio de Janeiro. N. 16, ano 3, agosto de 1881, p. 123. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

O CONSTITUCIONAL: folha política e noticiosa (1871 – 1873). Porto Alegre. 03 abr. 1873, p. 3. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

O CONSTITUCIONAL: folha política e noticiosa (1871 – 1873). Porto Alegre. Ano 02, n. 85, 16 jun. 1872, p. 2. Instituição de custódia: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital.

PETERSON'S MAGAZINE. Philadelphia, v. 65, n. 2, outubro 1874. Instituição de custódia: babel.hathitrust.org

PETERSON'S MAGAZINE. Philadelphia, v. 66, n. 4, outubro 1874. Instituição de custódia: babel.hathitrust.org

PETERSON'S MAGAZINE. Philadelphia, v. 67, n. 6, junho 1874. Instituição de custódia: babel.hathitrust.org

PETERSON'S MAGAZINE. Philadelphia, v. 72, n. 6, junho 1877. Instituição de custódia: babel.hathitrust.org.

REVUE DE LA COIFFURE. Paris, n. 7, 01 maio 1875. Instituição de custódia: GALLICA DIGITAL – Biblioteca Nacional da França (www.gallica.bnf.br).

REVUE DE LA COIFFURE. Paris, n. 1, 01 novembro de 1875. Instituição de custódia: GALLICA DIGITAL – Biblioteca Nacional da França (www.gallica.bnf.br).

Capítulo 8

QUARTO DISTRITO: QUAL O LUGAR DA ANTIGA PORTO ALEGRE INDUSTRIAL NAS DINÂMICAS DA PORTO ALEGRE CONTEMPORÂNEA?

Victoria Malta Mascarello dos Santos

Introdução

Antiga região fabril de Porto Alegre, o Quarto Distrito ficou conhecido no contexto geral do município através de suas relações com classe operária, grupos imigrantes, com o setor comercial e industrial, e com os principais acessos e ligações da cidade. Se em seu auge o local adquiriu condições de autossuficiência, constituindo-se enquanto bairro-cidade, de referências plurais e organização complexa (Mattar, 2014), as modificações sofridas pela região no percurso dos anos resultaram em seu esvaziamento, desconfiguração e desvalorização.

Enquanto a região apenas muito recentemente tem as atenções do poder público voltadas para si após um longo período de negligências, os vestígios de seu passado industrial sofrem, seja pela degradação natural do tempo, seja pela forte especulação imobiliária em decorrência de projetos de revitalização trazidos em pauta nas últimas décadas, geralmente confiados a renomados arquitetos e grandes construtoras. A função estratégica assumida pelo Quarto Distrito na Porto Alegre contemporânea pode vir a gerar pressões especulativas que corroborem para sua descaracterização e para um processo de gentrificação, facilitados por uma legislação patrimonial e urbanística que vem apresentando tendências de um tratamento mais brando nas gestões municipais mais recentes, cedendo a interesses econômicos.

Partindo da revisão e articulação de trabalhos já publicados anteriormente referentes à temática, este texto busca enfatizar a importância histórica da região do Quarto Distrito para a história da capital gaúcha e a situação de vulnerabilidade em que atualmente se encontra. Para tanto, parte-se da contextualização das origens da indústria no Rio Grande do

Sul, mas sobretudo de seu desenvolvimento no município de Porto Alegre. Em segundo momento, é dado enfoque à consequente formação do distrito industrial às margens do Guaíba, tratando dos aspectos formativos e característicos que o distinguiram na história da capital. Por fim, busca-se discutir a decadência da região em virtude do processo de deslocamento das fábricas para a¹ Região Metropolitana e das transformações urbanas, culminando em sua situação de precariedade e vulnerabilidade frente ao conflito de interesses e problemas sociais.

A indústria gaúcha e sua peculiaridade

A industrialização no cenário brasileiro tem seus primórdios no século XIX, fomentada sobretudo pelo capital oriundo da cultura cafeeira e pela mão de obra livre após o fim da escravidão. A República Velha se configura, nesse contexto, conforme apontado por Nery (2021), como um período de expansão da atividade industrial no país, de modo que, até os anos 1930, os principais centros concentrados constituíam-se em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas gerais e Rio Grande do Sul.

Sobre o processo de industrialização gaúcho, Pesavento (1985; 1988) aponta que, de maneira distinta dos principais eixos industriais do país, caracterizados pelo entrelaçamento e subordinação ao contexto agrário dominante ligado à lavoura de café, teve seu início profundamente vinculado à economia da colonização imigrante alemã e italiana, proveniente de suas atividades produtoras. Partindo dos excedentes da agricultura colonial e do artesanato doméstico, as unidades de produção se caracterizavam pela mão de obra familiar, e pela subordinação do pequeno produtor ao capital comercial, na figura do comerciante que detinha o controle dos canais de comercialização.

O desenvolvimento das atividades produtivas do chamado complexo colonial fora imprescindível para o surgimento das primeiras fábricas no estado, contudo, a interpretação da evolução da indústria sul-rio-grandense via artesanato como um processo linear, e admitir que todo empresário fora, por origem, um colono imigrante artesão, seria mera reprodução de um discurso meritocrático. Associar o processo de industrialização no

1 Este texto tem como base o primeiro capítulo da monografia intitulada “Patrimônio industrial em (re)uso: o caso da antiga Cervejaria Brahma – Porto Alegre/RS”, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel no curso de História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

estado à figura do imigrante não significa, portanto, sua “interpretação heroica”, ou a romantização de seu papel neste processo.

Nesse sentido, Sandra Pesavento (1985; 1986) aponta em sua análise que o capital industrial teria se originado de variadas formas: 1) a partir do capital comercial; 2) a partir da evolução do artesanato paralelamente à atividade comercial; 3) a partir da pequena manufatura que viria a se expandir em sua força de trabalho, força-motriz, capital e produção; 4) pela participação do capital bancário no financiamento da instalação de empresas, e 5) a partir da figura do “burguês-imigrante”, que trouxe consigo capital e experiência na gestão de alguma empresa de sua terra de origem. Aponta, ainda, para o caráter diversificado da indústria gaúcha, com a predominância das agroindústrias, que se beneficiavam dos produtos da agropecuária colonial ou da pecuária tradicional, sem que se possa deixar de mencionar a presença, desde os primórdios, do setor industrial metal-mecânico, que apresentava desempenho estável e crescente. O trabalho artesanal era predominante frente a um uso de maquinário menos expressivo, este último podendo ser notado em um número reduzido de empresas que se mantiveram em crescimento e foram capazes de incorporar capital, adquirir tecnologias, diversificar sua linha de produção e aumentar o contingente de mão de obra.

A industrialização no Rio Grande do Sul ocorre em dois principais polos produtores bastante distintos entre si em seus modelos. Identificados por Mertz (1991) e Aravanis (2010), um deles se concentra no sul do estado, nas cidades de Rio Grande e Pelotas, que nasce com o objetivo de exportar sua produção para o mercado nacional, aproveitando-se das ligações já estabelecidas através das exportações de produtos pecuários. Estas indústrias geralmente já nasciam grandes, concentrando sua especialização em ramos limitados, principalmente nos segmentos têxtil, alimentício, de fumos e de curtumes. Já o segundo polo, originado e concentrado na região metropolitana de Porto Alegre, abrangendo Caxias do Sul e o Vale do Rio dos Sinos, caracterizaria-se pela produção diversificada e pela proliferação de um numeroso núcleo de pequenas empresas, muitas delas de produção artesanal. Teve sua indústria apoiada fundamentalmente no mercado regional, buscando atender às necessidades de consumo da população da zona colonial. Muitas dessas pequenas indústrias foram capazes de se desenvolver ao patamar de grandes empresas, voltando-se também para o mercado nacional.

Desta forma, coexistiam localmente dois tipos de espaços de produção e, consequentemente, dois tipos de operários fabris: os artesãos das oficinas, fábricas de pequeno porte, e os operários das fábricas de grande porte, chegando muitas vezes a dividir o mesmo espaço de trabalho. As oficinas, contudo, principalmente a partir do início do século XX, passaram a ser, progressivamente, substituídas ou numericamente superadas pelas fábricas de maior porte.

Conforme Pesavento (1988), a partir destas grandes empresas é que irá se constituir a presença de uma elite industrial no estado, de origem social marcada pela influência e presença do capital mercantil, que tomou a frente da defesa dos interesses do setor enquanto classe. Marcada fortemente pela imigração, essa elite se consolidou enquanto um grupo distinto no conjunto das classes dominantes, estruturando-se em grande parte por grupos familiares unidos através de laços matrimoniais e, por consequência, de parentesco (Miranda, 2013), sendo responsável pela absorção de muitas das pequenas fábricas durante o processo.

Nesse contexto de implantação industrial, Porto Alegre assumia condição de escoadouro dos produtos coloniais, apropriando-se de grande massa de capital monetário através da distribuição de gêneros da colônia para o interior e pelo seu envio para o restante do país e mesmo para o estrangeiro, figurando como maior ponto de importação-exportação dos grandes atacados do estado (Pesavento, 1985; Eckert, 2003). Associado à expansão de seu parque industrial na passagem do século XIX para o século XX e sua primeira metade, a capital experimentou um crescimento urbano acelerado (Fortes, 2004), convertendo-se no maior conglomerado urbano do estado e centro comercial de maior destaque à época.

Dentre os estabelecimentos porto-alegrenses de destaque, caracterizados pela predominância da produção de bens de consumo não duráveis, é possível mencionar: Fundição Becker; Berta; Cia. de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense; Cia. Fabril Porto-Alegrense; Cervejaria Ritter; Fábrica de Pregos Pontas de Paris, Neugebauer; Wallig; Moinho Rio-Grandense; Rio-Guahyba, A. J. Renner e Siderúrgica Rio-Grandense (Eckert, 2003). Estes empreendimentos tiveram suas bases no que se Fortes (2004) identifica como distrito industrial de Porto Alegre, constituído em princípio pelos bairros Navegantes e São João, mas que viria a se expandir para toda a zona norte da capital, e que concentraria, durante o período mencionado, o crescimento populacional da cidade. Nascido à beira do Guaíba e intimamente ligado a ele, o Quarto Distro, como será visto a

seguir, será marcado pela influência do imigrante, do trabalho fabril e do comércio, e por problemáticas sociais que atravessam a atualidade.

A formação de um distrito industrial em Porto Alegre

A região conhecida até hoje por Quarto Distrito fora identificada por Alexandre Fortes (2004) como uma “cidade dentro da cidade”, emergindo em torno do predomínio do emprego fabril, marcada pela concentração de trabalhadores e por uma complexa composição étnica, visto sua população caracteristicamente imigrante (Saldanha Júnior, 2015). A localização junto ao Guaíba é ressaltada por Mattar (2014) como fator essencial para que se comprehenda a importância comercial e industrial assumida pelo Quarto Distrito, dada a condição do município enquanto principal porto importador e exportador do estado.

A título de origens, a área urbana contínua de Porto Alegre se concentrava e limitava na região que hoje constitui o Centro, fora da qual se iniciava a vasta área rural do município, em que havia pequenos núcleos de habitação chamados arraiais ou arrabaldes. Esses pequenos núcleos passaram a ser integrados como parte da cidade a partir do momento em que se passa a projetar uma expansão da área urbana, nas décadas finais do século XIX. O progresso, contudo, chegava muito lentamente na área correspondente aos bairros Navegantes e São João, mantendo-se ali por muito tempo o aspecto rural e condições precárias, com ruas praticamente intransitáveis e suscetíveis a enchentes, além da falta de água e iluminação ineficiente (Fortes, 2004; Titton, 2012).

Com o comércio se tornando base do desenvolvimento da capital, a Voluntários da Pátria, antigo Caminho Novo, se constitui como *locus* das trocas coloniais. Ao longo da avenida, que se estendia pela margem do lago a partir do cais central do porto, instalariam-se as principais fábricas da cidade nas primeiras décadas do século XX, acarretando o desenvolvimento de um intenso transporte fluvial, a construção de estaleiros junto às ilhas do Guaíba, e a construção de estradas de ferro pela necessidade de ligação com novos povoados (Fortes, 2004; Mattar, 2014), como as vias que levavam a São Leopoldo e Novo Hamburgo. Frente ao crescimento da atividade industrial, do emprego fabril e das atividades deste decorrentes, relacionadas aos transportes e comércio, Fortes (2004) aponta para a relevância da região enquanto ponto de atração de um grande fluxo

migratório oriundo tanto do interior do estado, com destaque para levas de alemães e italianos, quanto de variados países do Leste Europeu.

As antigas chácaras passaram, então, por um processo de desmembramento e reconfiguração, com a abertura de ruas e loteamentos, de modo que começava a se formar um bairro predominantemente operário de múltiplas etnias e uma paisagem ocupada, em grande parte, por depósitos e estaleiros (Mattar, 2014; Titton, 2012). Dessa forma, expansão urbana e industrialização se entrelaçavam, apontando a tendência de uma nova configuração socioespacial, compondo uma localidade de famílias operárias que fixavam suas moradias nos arredores das fábricas.

Dentre os empreendimentos industriais de destaque para a história e desenvolvimento da região, destacam-se a fábrica de pregos pontas de Paris, de João Hugo Gerdau, que em 1922 já figurava como um dos grandes estabelecimentos de seu gênero; a Wallig, também do ramo da metalurgia, que se ocupava da fabricação de fogões, cofres, móveis de ferro e demais artigos; o engenho Kessler; os moinhos Chaves e Rio-Grandense, e a fábrica de chocolates Neugebauer (Mattar, 2014). Titton (2012) assinala também a importância das três principais indústrias têxteis, Renner, Fiateci e Rio Guahyba, que, na década de 1940, chegaram a representar $\frac{1}{4}$ do número total de operários e de capital da indústria municipal, além da viação Aérea Rio-Grandense (Varig), uma das maiores indústrias empregadoras na década de 1950.

O distrito fora então se expandindo, fosse incorporando novas áreas ao parque industrial a partir do eixo principal Navegantes-São João, fosse no crescimento de setores de grande contingente de operários qualificados e no aumento de empresas com maior concentração de trabalhadores. Não à toa, Alexandre Fortes (2004, p. 45) identifica a classe operária enquanto “espinha dorsal do Quarto Distrito”.

A expressão “bairro-cidade” (MATTAR, 2014, p. 189) é utilizada para denominar a maneira com que a região ficou conhecida, dado seu caráter singular, sua estrutura e condição de autossuficiência em relação às necessidades dos moradores locais, mesma expressão utilizada por Fortes (2004, p. 47), que ainda se refere ao distrito industrial como uma “cidade dentro da cidade”.

Núcleo “miscigenado, heterogêneo e plurifuncional” (MATTAR, 2014, p. 192), estruturava-se sobretudo na proximidade entre a moradia e o trabalho, agregando à vida local atividades de lazer e socialização. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância das sociedades recreativas e clubes

desportivos, como a Sociedade Carnavalesca Gondoleiros, a Sociedade Polônia, a Sociedade Ginástica Navegantes São João, o Círculo Operário, a Sociedade Eslava e a Sociedade Ucraniana, testemunhas da presença de estrangeiros e das diversas identidades coexistentes, além da presença de educandários e templos, como a Igreja Evangélica Navegantes, as igrejas Luterana de Cristo, Nossa Senhora de Monte Claro, Metodista Institucional, São Geraldo e Nossa Senhora dos Navegantes. Práticas esportivas como o remo, introduzido pelos alemães, mas praticado também pelos italianos e polacos, teriam se popularizado na região, e o distrito teria ainda se tornado palco de festejos populares como o carnaval de rua na antiga Avenida Eduardo, posteriormente renomeada Presidente Roosevelt, e da tradicional procissão da Festa dos Navegantes, no dia 2 de fevereiro.

Consequência do processo de industrialização e do aumento de número de operários, o Quarto Distrito se caracterizaria também, segundo analisado por Titton (2012), como um ambiente político, marcado pela mobilização de grupos de trabalhadores que buscavam por melhores condições de vida e trabalho e que, a exemplo da Greve Geral de 1917, manifestaram suas reivindicações através de mobilizações e articulações políticas. Foram instituídas na região centrais sindicais como a União Geral dos Trabalhadores (UGT), de viés anarquista, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), de viés social-democrata com influência alemã, além da forte participação dos trabalhadores fabris da região enquanto base articulada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A Praça Pinheiro Machado e a Praça dos Navegantes, nesse contexto, assumem papel importante como pontos de encontro e palcos de comícios e festejos. Unindo-se também em prol de seus próprios interesses, os industriais criaram, sob a presidência de A. J. Renner, o Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul.

Embora não se tratando de um grupo social homogêneo, unicamente operário e de dependência geracional exclusiva do trabalho fabril, as experiências locais e formas de sociabilidade baseadas na proximidade do trabalho nas fábricas e nas relações provenientes deste, no comércio diversificado, na plurietnicidade que compunham os bairros e na presença do movimento sindical, proporcionaram a definição de um universo simbólico e identidade locais. Uma forte noção de identidade, observada por Alexandre Fortes (2004), que atravessada por inúmeros fatores de distinção e particularização, era acimade tudo baseada nas experiências comuns vivenciadas, compartilhadas, preservadas e reelaboradas.

Existe certa dificuldade de se determinar com clareza os limites espaciais exatos da área do Quarto Distrito atualmente, mas parte-se do entendimento que esta seja referente à região ao norte do Centro Histórico, compreendendo os bairros Floresta, Navegantes, São João, São Geraldo, Humaitá e Farrapos. A denominação remete à antiga divisão do município em distritos ao final do século XIX, depois da qual foram realizadas várias outras no ano de 1927, 1957, 1959 e nos anos mais recentes. As diversas intervenções e sucessivas transformações morfológicas sofridas associadas aos ideais de modernidade e progresso, como aterramentos e construções de rodovias, acabaram por fazer com que, ao longo do tempo, a compreensão exata e o estabelecimento de limites fixos para o Quarto Distrito se torne tarefa difícil (Mattar, 2014; Saldanha Júnior, 2015).

Segundo o arquiteto Gelson Saldanha Júnior (2015, p. 353), Quarto Distrito talvez “hoje seja mais uma construção ideológica baseada em uma memória coletiva do que propriamente uma área específica de Porto Alegre”, uma vez que nem sempre existe uma equivalência entre os limites percebidos de determinada área e seus limites administrativos. O que se entende por Quarto Distrito talvez esteja muito mais baseado em um “produto da apropriação feita através do imaginário, afeto e/ou identidade social sobre o espaço” (HABSBAERT, 1997, p. 39). Isso é, que exista antes enquanto um território social, um espaço de identidade cultural, compreendido a partir de uma abordagem que prioriza suas dimensões simbólicas e subjetivas. As questões relacionadas às suas delimitações espaciais, contudo, caracterizam apenas uma das problemáticas que atravessam a região, como será exposto a seguir.

Decadência e problemáticas atuais

A bibliografia aponta para a metade dos anos 1950 e a década de 1960 como um momento em que se intensifica o deslocamento industrial para a Região Metropolitana de Porto Alegre, onde os custos do solo eram mais baixos e havia melhores condições fiscais e de mão de obra, o que demarca o declínio da antiga região fabril (Fortes, 2004; Mattar, 2014). Em sequência, o uso residencial, que já vinha diminuindo gradualmente, entrara em um processo de estagnação e descaracterização, culminando, no decorrer do tempo e principalmente a partir da década de 1970, em uma paisagem caracterizada por grandes áreas ociosas, e galpões e edificações sem uso, muitas delas remanescentes do período da industrialização e dotadas de valor histórico (Titton, 2012).

A enchente de 1941, importante por estimular uma solidariedade mútua local e encabeçar uma memória coletiva a partir de suas narrativas decorrentes, figura aqui também como um dos agravantes para o começo do processo de enfraquecimento e abandono de parte da população local, de modo que o Plano Diretor de 1959 serviria apenas para selar a estagnação da área ao induzir um desenvolvimento restritivo somente a atividades de caráter industrial (Fortes, 2004). A condição de Porto Alegre de cidade industrial fora, assim, paulatinamente se transformando para a de uma cidade prestadora de serviços (Saldanha Júnior, 2015).

Alterações morfológicas urbanas entre os anos 1970 e 1980 ocasionaram a segregação e isolamento ainda maiores do distrito, a diminuição de calçadas e de sua permeabilidade com o restante da cidade (Constantinou; Machado, 2019), e a introdução de sedes de transportadoras, garagens e depósitos também afetou a possibilidade de circulação pelas ruas. Dessa forma, Mattar (2014) alega que a pluralidade local e demais elementos que garantiam sua diversidade acabaram por se tornar insuficientes e incapazes de sustentar a vitalidade, produtividade e desenvolvimento de outrora.

O gradativo esvaziamento das atividades industriais e de seu caráter habitacional, além das condições topográficas que tornam a região fortemente suscetível a alagamentos, vide a dimensão dos danos sofridos na enchente de maio de 2024, foram fazendo do Quarto Distrito cada vez menos atrativo, sendo reconhecido hoje pela degradação econômica, ambiental e social (Titton, 2012).

Há pelo menos três décadas a revitalização da antiga zona industrial tem sido tema recorrente de discursos legitimados por sua situação precária, com projetos e propostas sendo discutidos desde os anos 1990, a exemplo do projeto Parque Tecnológico Urbano do IV Distrito, parte do projeto Porto Alegre Tecnópole, durante a gestão da Frente Popular na capital (Fernandes, 2014). Tal iniciativa já demonstrava a inclinação a alocar a região em um discurso voltado para a inovação. Desde então, iniciativas envolvendo interesses e atores múltiplos, arrolando desde urbanistas, núcleos acadêmicos, o setor imobiliário, consultorias e entidades internacionais e o próprio poder público, têm surgido como propostas para seu desenvolvimento e revitalização urbana e econômica (Zottis; Lunkes, 2017).

A inserção de Porto Alegre no programa filantrópico de financiamento de planejamento urbano “100 Resilient Cities” da Fundação

Rockefeller, em 2013, também contava com estratégias específicas voltadas para a revitalização da região, surgindo assim a demanda de elaboração de um *Masterplan*, elaborado em 2016, através da formação do Grupo de Trabalho do Quarto Distrito. Além disso, modelos como o “@22” de Barcelona, de reabilitação de uma antiga área industrial, têm sido constantemente citados como inspiração para uma futura renovação do Quarto Distrito (Marx; Araújo; Souza, 2019). Nas propostas mais atuais, se encontra o “Programa +4D”, que propõe a transformação e desenvolvimento sustentável da região a partir da revisão de normas urbanísticas, obras viárias, de drenagem e saneamento, incentivos para a habitação, programas sociais, de segurança pública, e fomento ao turismo (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2021).

Muitas vezes, contudo, projetos como estes acabam por não levar em consideração as necessidades dos diferentes grupos sociais que compõem as regiões a serem revitalizadas, invisibilizando seus atores no processo. No caso do Quarto Distrito, os projetos são marcados pela influência de agentes internacionais e pela transferência de modelos, o que muitas vezes não se articula com as dinâmicas locais (Marx; Araújo; Souza, 2019). Problemas como a segregação e a gentrificação, que culminam no escanteamento dos habitantes originais em virtude da elevação dos preços pós-revitalização, são um risco, visto que iniciativas desse tipo contam com políticas de Parcerias Público-Privadas. Além disso, a especulação imobiliária também demonstra risco quando há incentivos tributários para a aquisição de lotes e para a construção, como é o caso do Programa +4D.

Cabe ressaltar a grande ocorrência de edificações inventariadas como Patrimônio Cultural nos bairros Floresta, São Geraldo, São João e Navegantes. Classificadas em sua maioria como bens de Estruturação ou de Compatibilização, parte destas edificações são testemunho de uma Porto Alegre industrial muitas vezes relegada ao esquecimento. Sua inserção no Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município conta com leis específicas para intervenções e modificações que poderiam servir como “dispositivos de controle” (FERNANDES, 2014, p. 64) para a renovação dessa área da cidade, mas as atualizações das leis referentes ao Inventário promovidas pelas gestões mais recentes, podem ser representativas de um risco de descaracterização à identidade local. Pelo menos desde 2010, as alterações no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PPDUA) e na legislação patrimonial do Município vem demonstrando um sinal de retrocesso (Costa, 2019). Seja através da redefinição das Áreas de Interesse Cultural em relação às suas delimitações,

reduzindo-as consideravelmente, seja pelo tratamento mais brando no caso dos bens de Compatibilização, dispensando a necessidade de um Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) prévio em casos de intervenção, e liberando-os de restrições em prol de uma “liberdade arquitetônica” (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2022), o que se verifica é uma inclinação aos interesses da especulação imobiliária e de construtoras.

É necessário citar, contudo, iniciativas e atuações com o intento de reabilitação têm partido da sociedade civil no cenário contemporâneo da antiga região industrial pelo menos desde 2012, como a Associação Vila Flores, empreendida no bairro Floresta. O projeto é resultado da iniciativa de restauração de um conjunto histórico de moradias operárias, voltado para a construção de um espaço cultural que hoje abriga grupos vinculados à economia criativa. Ainda no bairro, destaca-se o papel do grupo Refloresta, formado por moradores que se organizam em suas reuniões para debater e reivindicar as demandas locais. O Quarto Distrito é também berço de projetos como o “Distrito Criativo”, de 2013, do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), fruto do Assentamento 20 de Novembro e da ocupação de um dos prédios vazios do bairro Floresta, e também da Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros (AREVIPA), responsável pelo sustento de várias famílias do Loteamento Santa Terezinha (Piqué, 2017; Marx; Araújo; Souza, 2019).

A região do Quarto Distrito vem sendo, assim, compreendida como zona de interesse para novos investimentos e projetos de renovação há pelo menos 30 anos, seja pela administração municipal, seja pela própria sociedade civil que se articula em iniciativas locais. Tendo grande parte de seu território enquadrado no PPDUA enquanto Área de Interesse Cultural pela ocorrência de Patrimônio Cultural, e apontado ainda dentre as Estratégias de Promoção Econômica como área de revitalização econômica e de incentivo para criação de empresas de tecnologia (Marx; Araújo; Souza, 2019), o Quarto Distrito se vê inserido num discurso de reabilitação cujos interesses são diversos e complexos, caracterizando-o como um espaço de disputas.

Considerações finais

O Rio Grande do Sul constitui-se à época da República Velha como um dos principais centros de atividade industrial no país, junto aos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Nesse cenário, Porto Alegre

irá assumir grande importância enquanto um dos polos produtores do estado, assumindo a condição de maior ponto de importação-exportação e de centro comercial de maior destaque, onde proliferavam-se pequenas e grandes empresas de produção diversa em ramos variados.

Com a expansão de seu processo de industrialização, Porto Alegre experimenta um acelerado crescimento urbano, e com a presença das fábricas e oficinas que se estabeleciam, experimenta a formação, por um lado, de um operariado fabril, e por outro, a ascensão de uma elite industrial marcada fortemente pelo fator imigrante, pela influência econômica e política e pela presença do capital mercantil, cujos sujeitos relacionavam-se entre si através de laços matrimoniais e de parentesco.

O Quarto Distrito, nesse contexto, se destacou na história da capital enquanto distrito industrial, expandindo-se a partir dos bairros Navegantes e São João e abarcando a região ao norte do Centro Histórico de Porto Alegre. Emergindo em torno do predomínio do emprego fabril e marcada pela concentração de trabalhadores e suas famílias, a região se caracterizava ainda por sua composição étnica complexa, dada sua população composta majoritariamente por imigrantes e seus descendentes, configurando-se enquanto núcleo “miscigenado, heterogêneo e plurifuncional” (MATTAR, 2014, p. 192) na história porto-alegrense.

Assumindo contornos de “bairro-cidade” em virtude de seu caráter singular dentro do cenário da capital e de sua autossuficiência, o Quarto Distrito foi berço de festejos populares, de tradicionais carnavais de rua e de manifestações de fé que permanecem vivas até os dias de hoje, a exemplo da festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Foi cenário de sociedades recreativas de origens italiana, alemã, polonesa, eslava e ucraniana, retrato do quadro diverso que o compunha e das identidades distintas que abrigara ao longo do tempo. Foi, ainda, chão de mobilizações e articulações políticas de grupos de trabalhadores que buscavam por condições mais dignas, através da instalação de centrais sindicais e de manifestações como a Greve Geral de 1917.

Com a migração das grandes indústrias para as cidades vizinhas na metade final do século XX, na direção de Canoas, Cachoeirinha e Gravataí, as alterações morfológicas e cirurgias urbanas que deixaram suas marcas, transformando e descaracterizando consideravelmente antigos territórios ao longo dos anos, a exemplo dos sucessivos aterramentos e da abertura de avenidas, e com o gradual esvaziamento habitacional da região, grande parte do Quarto Distrito acabou por sofrer com a segregação e isolamento

em relação ao restante da cidade, com a estagnação, desvalorização e abandono, com suas antigas fábricas tornando-se grandes áreas ociosas.

A insegurança, a progressiva deterioração e favelização, e a carência de demandas básicas como transporte público e lazer acabou, assim, por se tornar a realidade da região que, a partir da década de 1990, passa a ser alvo de projetos e iniciativas que visam sua revitalização urbana e econômica, envolvendo atores e interesses múltiplos, muitas vezes marcados pela influência de capital internacional e pela transferência de modelos.

O caso do Quarto Distrito permite que se perceba, partir de uma perspectiva local, as problemáticas das antigas zonas industriais que, com a desindustrialização, tornam-se grandes vazios no meio urbano, vulneráveis aos impactos da ação destruidora do tempo, e ao avanço do empreendedorismo urbano e da especulação imobiliária, que passam a considerá-las como regiões estratégicas. Tais regiões geralmente acabam por se tornar suscetíveis a *masterplans* genéricos que, por muitas vezes não se articularem com as dinâmicas e necessidades locais, acabam por ocultar moradores, movimentos sociais urbanos e as populações mais vulneráveis, fomentando a segregação e exclusão.

Diante de leis patrimoniais e urbanísticas mais brandas, zonas como o Quarto Distrito, visadas por projetos de revitalização e intervenções, podem acabar por sofrer nesse processo com sua descaracterização e com o apagamento de aspectos memoriais que tem raízes em sua história profundamente ligada aos processos industriais. Em uma Porto Alegre contemporânea, cujas gestões recentes demonstram inclinação a atender interesses de grandes construtoras, casos como o do Quarto Distrito tornam-se uma questão latente.

Referências

ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, SC, v. 2, n. 3, p. 148-180, jan./jul. 2010.

BEM, Judite Sanson de et al. (org.). Porto Alegre: o despertar do 4º distrito. Canoas, RS: Unilasalle, 2017.

CONSTANTINO, Eliane; MACHADO, Letícia Bettio. Cenários de Transformação da Habitação no 4º Distrito de Porto Alegre. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL IMAGINÁRIO: CONSTRUIR

E HABITAR A TERRA, DEFORMAÇÕES, DESLOCAMENTOS E DEVANEIOS, 3., 2019, São Paulo. Atas [...]. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, abr. 2019. Disponível em: <https://sites.usp.br/icht2019/>. Acesso em: 23 maio 2024.

COSTA, Manuela Franco Lopes da. O Inventário do Patrimônio Cultural de Porto Alegre como Instrumento de Gestão da Conservação Urbana. Orientador: Inês Martina Lersch. 2019. 254f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

FERNANDES, Ana Clara. Cemitérios industriais: contribuição para a análise espacial da metrópole de Porto Alegre - RS/Brasil. Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares. 2014. 207f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul, RS: Garamond/EDUCS, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

MARX, Vanessa *et al.* A cultura, o patrimônio e uma possível gentrificação do bairro Floresta, em Porto Alegre - RS. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, MA, v. 19, n. 1, p.153-170, jan./abr. 2022.

MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle de; SOUZA, Vitoria Gonzatti. Estratégia global-local e reflexos no 4º distrito de Porto Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. Anais [...]. Natal, RN: ANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>. Acesso em: 28 out. 2024.

MATTAR, Leila Nesralla. O 4º Distrito de Porto Alegre. In: CUSTÓDIO, Luiz Antônio; KLEIN, Liane (org.). Viva o Centro a pé. Porto Alegre, RS: Letra&Vida: Secretaria da Cultura de Porto Alegre: Coordenação da Memória Cultural, 2014. p. 185-197.

MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 422-444, 1991.

MIRANDA, Adriana Eckert. A evolução do edifício industrial em Porto Alegre 1870 a 1950. Orientador: José Luiz de Mello Canal. 2003. 149f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Joinville, 2003.

NERY, Olívia Silva. Memórias industriais: narrativas do patrimônio industrial da cidade do Rio Grande/RS. Diálogos, Dili, Timor-Leste, v. 6, p. 31-54, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A indústria da cerveja no Rio Grande do Sul: um caso de análise. Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS, Porto Alegre, RS, n.4, p. 157-174, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História da indústria sul-rio-grandense. Porto Alegre, RS: Rio Grande Companhia de Celulose do Sul - Riocell, 1985. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/biblioteca.html>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PORTE ALEGRE. Lei n. 13.288, de 26 de outubro de 2022. Altera o inc. II do caput do art. 3º, o parágrafo único do art. 14, o caput do art. 18 e o inc. III do caput do art. 19; inclui §§ 3º, 4º e 5º no art. 3º, § 6º no art. 4º, parágrafo único no art. 12, § 2º no art. 14, parágrafo único no art. 17 e art. 18-A; e revoga o § 3º do art. 18 e os arts. 20, 22, 23 e 25, todos da Lei nº 12.585, de 9 de agosto de 2019 – que dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre e sobre as medidas de proteção e preservação dos bens que o compõem. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/137963/Lei_13288.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

SALDANHA JUNIOR, Gelson. IV Distrito de Porto Alegre: onde começa, onde termina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE SANDRA JATAHY PESAVENTO, 1., 2015, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mar. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/coloquio2015anais.htm>. Acesso em: 20 maio 2024.

THIESEN, Beatriz Valladão. Fábrica, identidade e paisagem urbana: arqueologia da Bopp Irmãos (1906-1924). Orientador: Tânia Andrade Lima. 2005. 262f. Tese (Doutorado Internacional em Arqueologia)

– Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TITTON, Cláudia Pauperio. Reestruturação produtiva e regeneração urbana: o caso do IV Distrito de Porto Alegre. Orientador: Carlos Leite. 2012. 314f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

TOMASI, Manoela. Programa +4D busca acelerar desenvolvimento do 4º Distrito. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Gabinete do Prefeito, 12 dez. 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/programa-4d-busca-acelerar-desenvolvimento-do-4o-distrito>. Acesso em: 29 out. 2024.

A ciência brasileira nasce do encontro entre ideias, trajetórias e olhares diversos. É dessa força coletiva que surge *Alimentação, Justiça e Sociedade: Experiências Multidisciplinares de Pesquisa*, uma obra concebida de forma independente, que valoriza a colaboração entre pesquisadores de diferentes áreas e instituições do país. Reunindo estudos que entrelaçam temas como alimentação, cultura, justiça, história e sociedade, o livro evidencia como esses elementos se articulam no cotidiano. O alimento que nutre também revela identidades e desigualdades; a justiça se manifesta tanto nas leis quanto nas relações sociais; e a sociedade se constrói nos espaços onde essas dinâmicas ganham forma. Os capítulos percorrem múltiplos tempos e territórios: da análise do comércio de escravizados no século XIX às discussões contemporâneas sobre direitos reprodutivos e comunicação; das disputas ideológicas expressas em think tanks às práticas alimentares que fortalecem identidades culturais; das transformações urbanas às leituras visuais da história; das feiras populares ao debate teórico sobre a História Social. Disponibilizado gratuitamente e financiado pelos próprios autores, este e-book reafirma o compromisso com a democratização do conhecimento. Ele convida o leitor a reconhecer a potência da pesquisa interdisciplinar e a refletir sobre o papel da história na compreensão e transformação da realidade.

ISBN 978-656135200-0



9 786561 352000

